



RELATÓRIO FINAL DA CAMPANHA: SOS TÉRMITAS – UNIDOS NA PREVENÇÃO

Programa de Comunicação de Risco para o Combate às Térmitas nos Municípios Açorianos

AUTORES

Ana Moura Arroz (Coord.)

Rita São Marcos

Isabel Cunha Neves

Orlando Guerreiro

Rosalina Gabriel

Paulo A. V. Borges

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Paulo R. Silva

Universidade dos Açores

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E TECNOLOGIA AGRÁRIA DOS AÇORES – CITA.A

Campus do Pico da Urze, Angra do Heroísmo, 28 de Fevereiro de 2012



ÍNDICE

09	1. INTRODUÇÃO
11	1.1. Contornos do problema
18	1.2. A Comunicação de Risco
23	2. O PROGRAMA SOS TÉRMITAS: CONCEPÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO DE RISCO NO CONTROLO DE UMA PRAGA URBANA
25	2.1. Objectivos gerais e linhas de ação
27	2.2. Grupos-alvo
28	2.3. Opções estratégicas de ordem geral
28	2.3.1. Princípios de ação
29	2.3.2. Dispositivo analítico: do modelo lógico ao sistema de avaliação
32	2.3.3. Equipa adstrita à Comunicação de Risco para o controlo de térmitas de madeira seca
35	2.3.4. Calendarização
37	3. A CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO DE RISCO “UNIDOS NA PREVENÇÃO”
39	3.1. Objectivos estratégicos
42	3.2. Suportes e veículos de comunicação contratualizados com a CM
43	3.2.1. Cimeira
46	3.2.2. Ímanes & Armadilhas
54	3.2.3. Outdoors
56	3.2.4. Formação em Contexto
58	3.3. Outros suportes e veículos que integraram a Campanha não contratualizados com a CM
58	3.3.1. Esquadrões-T
66	3.3.2. Dia-T
68	3.4. Outros suportes e veículos previstos mas não implementados
68	3.4.1. Spots (TV+Rádio)
72	3.4.2. Arruada
74	3.4.3. BD
83	3.5. Outros suportes de apoio à divulgação da campanha
87	4. DIVULGAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROGRAMA NA COMUNIDADE CIENTÍFICA
91	5. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
92	5.1. Procedimentos de avaliação
95	5.2. Satisfação alcançada junto dos <i>stakeholders</i>
95	5.2.1. Avaliação da Campanha pelos Cidadãos
98	5.2.2. Poder Local (CM+JF)
98	5.2.3. Governo Regional
99	5.2.4. Participação dos voluntários (seniores e jovens) na Campanha
105	5.3. Impactos produzidos
105	5.3.1. Consolidação da consciência social do risco
105	5.3.1.1. Repercussão nos media (nº de notícias)
110	5.3.1.2. Repercussão junto das populações
112	5.3.2. Implicação em práticas concretas de gestão do risco
112	5.3.2.1. Cidadãos
119	5.3.2.2. Poder local (CM+JF)
119	5.3.2.3. Governo Regional (SRAM+SRTSS)
119	5.3.2.4. Voluntários (Institucionais e informais)

120	5.3.3. Contributos para a monitorização do problema
121	5.3.3.1. Nº de térmitas capturadas
124	5.3.3.2. Georreferenciação dos fogos participantes e novos focos de infestação detetados
131	6. BALANÇO, DESENVOLVIMENTOS FUTUROS E RECOMENDAÇÕES
132	6.1. Síntese dos resultados
134	6.2. Balanço crítico do Programa
136	6.3. Contributos específicos do Programa de Comunicação de Risco para a Governança da Infestação
137	6.4. Rumos futuros
137	6.4.1. Objectivos estratégicos
138	6.4.2. Eixos de intervenção
141	6.4.3. Viabilização dos Rumos Futuros
143	7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DE SUPORTE
147	AGRADECIMENTOS
149	APÊNDICES
	APÊNDICE I Ficha de Registo de entrega de armadilhas
	APÊNDICE II Questionários dos Esquadrões-T
	APÊNDICE III Lista de acrónimos e abreviaturas

ÍNDICE DE FIGURAS

- 11 FIGURA 1 – Dispersão Mundial da *C. brevis*
- 12 FIGURA 2 – Aumento dos níveis de infestação e novos focos em Angra do Heroísmo (Guerreiro e tal, 2010)
- 20 FIGURA 3 – Enquadramento do modelo de governança do risco do *International Risk Governance Council*
- 21 FIGURA 4 – O modelo de governança do risco do *International Risk Governance Council em contexto*
- 22 FIGURA 5 – A estrutura de envolvimento dos *stakeholders* do modelo de governança do risco do IRGC
- 30 FIGURA 6 – Modelo lógico multi-componente do Programa de Comunicação de Risco SOS-Térmitas
- 35 FIGURA 07 – Calendarização geral da campanha “SOS Térmitas: Unidos na Prevenção”.
- 41 FIGURA 08 – Espectro dos dispositivos comunicacionais da campanha “SOS Térmitas: Unidos na Prevenção”.
- 42 FIGURA 09 – Dispositivos da campanha implementados na Câmara Municipal.
- 43 FIGURA 10 – Conferência de imprensa realizada após a Cimeira dos T8.
- 46 FIGURA 11 – Armadilhas montadas em casa de moradores de Angra do Heroísmo participantes da ação *direct mail*.
- 48 FIGURA 12 – Armadilhas cromotrópicas amarelas (20x25) distribuídas no *infomail*
- 48 FIGURA 13 – Íman que acompanha as armadilhas no *infomail*
- 48 FIGURA 14 – *Layout* do envelope distribuído por *infomail*
- 49 FIGURA 15 – O papel das Juntas de Freguesia áreas de risco
- 52 FIGURA 16 – “Avaliação da iniciativa” *direct mail* – excerto da “Ficha de registo das Juntas de Freguesia”
- 52 FIGURA 17 – “Avaliação da iniciativa” *direct mail* - excerto da “Ficha de registo Esquadrões T”
- 54 FIGURA 18 – *Outdoor* #1, #2 e #3 e respectivas mensagens.
- 58 FIGURA 19 – Esquadrões-T em atuação na cidade de Angra do Heroísmo.
- 61 FIGURA 20 – Página do *facebook* dos Esquadrões T
- 61 FIGURA 21 – *Flyer* digital dos Esquadrões T
- 62 FIGURA 22 – “Percurso” dos Esquadrões T
- 62 FIGURA 23 – “Protocolo de visita” dos Esquadrões T
- 63 FIGURA 24 – Instrumento de avaliação “Testemunho de apreciação” dos voluntários Jovens participantes nos Esquadrões-T.
- 63 FIGURA 25 – Instrumento de avaliação da satisfação pertinência por parte dos cidadãos destinatários dos Esquadrões-T.
- 64 FIGURA 26 – Receção de boas vindas aos participantes
- 64 FIGURA 27 – Apresentação do protocolo de visita
- 64 FIGURA 28 – Exemplificação de montagem de armadilha
- 64 FIGURA 29 – Apresentação de um dos percursos
- 64 FIGURA 30 – Um dos Esquadrões T numa jornada de trabalho
- 64 FIGURA 31 – Um dos voluntários seniores
- 64 FIGURA 32 – Uma das jovens voluntárias numa visita
- 64 FIGURA 33 – Armadilha montada pelos Esquadrões T
- 66 FIGURA 34 – Material de apoio utilizado no Dia T
- 67 FIGURA 35 – Sinalética de indicação da sala no Dia-T
- 67 FIGURA 36 – Aspeto geral da sala no Dia-T
- 67 FIGURA 37 – Espécimes de térmita de madeira seca
- 67 FIGURA 38 – Espécimes de pelotas fecais de diferentes térmitas.
- 67 FIGURA 39 – Computador para visita guiada ao SOS Térmitas
- 67 FIGURA 40 – Projeção de conselhos de prevenção e de controlo
- 74 FIGURA 41 – Capa e pequeno excerto da Banda Desenhada “Vá de Retro”
- 78 FIGURA 42 – As 3 Bandas Desenhadas preferidas dos inquiridos
- 78 FIGURA 43 – Atributos do produto que os inquiridos disseram após a leitura da Banda Desenhada
- 79 FIGURA 44 – Caracterização da Banda Desenhada de acordo com um conjunto de atributos pré-definido recorrendo a uma escala de diferencial semântico
- 80 FIGURA 45 – Avaliação da qualidade dos desenhos quanto à originalidade e inovação
- 80 FIGURA 46 – Avaliação da qualidade através do juízo de gosto, quanto à atratividade dos desenhos
- 80 FIGURA 47 – Avaliação da qualidade da história quanto à originalidade e inovação
- 80 FIGURA 48 – Avaliação da qualidade através de juízo de gosto quanto à atratividade da história
- 80 FIGURA 49 – Avaliação da qualidade da história quanto à previsibilidade da narrativa
- 80 FIGURA 50 – Avaliação da originalidade do desfecho da história

- 81 FIGURA 51 – Intenção comportamental da leitura
- 81 FIGURA 52 – Motivações para a leitura
- 81 FIGURA 53 – Avaliação da qualidade da BD – *willingness to pay*
- 82 FIGURA 54 – Opinião sobre o enquadramento da BD numa Campanha de sensibilização ao risco de infestação por térmitas
- 97
- 95 FIGURA 55 – Pertinência reconhecida na ação *direct mail* (cidadãos participantes N=1844).
- 97 FIGURA 56 – Eficácia reconhecida à montagem de armadilhas (cidadãos participantes).
- 101 FIGURA 57 – Avaliação dos Esquadrões feita pelos voluntários (seniores).
- 103 FIGURA 58 – Motivações para a participação nos Esquadrões T (Jovens).
- 103 FIGURA 59 – Benefícios para os voluntários em participar nos Esquadrões T (jovens).
- 104 FIGURA 60 – Balanço da ação dos Esquadrões T (jovens).
- 104 FIGURA 61 – Intenção de replicar a participação (jovens)
- 107 FIGURA 62 – Comparação do nº de notícias publicadas sobre térmitas no período de Maio a Novembro de 2010 e 2011.
- 107 FIGURA 63 – Comparação do nº de notícias publicadas sobre térmitas no período de Maio a Novembro de 2010 e 2011.
- 108 FIGURA 64 – Comparação do nº de notícias publicadas sobre térmitas por jornal no ano de 2010.
- 108 FIGURA 65 – Comparação do nº de notícias publicadas sobre térmitas por jornal no ano de 2011
- 109 FIGURA 66 – *Still* fotográfico da reportagem acerca dos Esquadrões-T
- 109 FIGURA 67 – *Still* fotográfico do programa Estação de Serviço com a presença da Coordenadora da Equipa
- 110 FIGURA 68 – Experiência prévia com armadilhas (1837 cidadãos participantes).
- 111 FIGURA 69 – Modo e localização da montagem das armadilhas encontradas nos imóveis visitados pelos Esquadrões-T
- 112 FIGURA 70 – Implicação na montagem de armadilhas dos cidadãos visitados pelos Esquadrões (n=137)
- 113 FIGURA 71 – Intenção comportamental dos cidadãos visitados pelos Esquadrões que tinham montado armadilhas de as virem a entregar nas Juntas de Freguesia (n=137)
- 114 FIGURA 72 – Condicionantes para a entrega de armadilhas nas Juntas de Freguesia (n=137)
- 115 FIGURA 73 – Entrega de armadilhas nas Juntas de Freguesia em valores não ponderados
- 115 FIGURA 74 – Entrega de armadilhas nas Juntas de Freguesia em valores ponderados
- 116 FIGURA 75 – Índice de participação nas Juntas de Freguesia de Angra do Heroísmo (n=746).
- 116 FIGURA 76 – Índice de participação nas Juntas de Freguesia da Horta (n=324).
- 116 FIGURA 77 – Índice de participação nas Juntas de Freguesia de Ponta Delgada. (n=456)
- 116 FIGURA 78 – Índice de participação nas Juntas de Freguesia de Santa Maria (n=311).
- 118 FIGURA 79 – Intenção de continuar a montar armadilhas para a prevenção e controlo das térmitas (N=1987)
- 121 FIGURA 80 – Percentagem de térmitas capturadas nas armadilhas (N=84851)
- 122 FIGURA 81 – Percentagem de térmitas capturadas em todas as freguesias participantes n= 14
- 122 FIGURA 82 – Número de térmitas capturadas por município (estimativa)
- 123 FIGURA 83 – Observância das instruções disponibilizadas na montagem das armadilhas (N=1837)
- 125 FIGURA 84 – Georreferenciação dos fogos participantes no município de Angra do Heroísmo (n=746)
- 125 FIGURA 85 – Intersecção dos fogos participantes georreferenciados com a malha urbana de Angra (delimitação de área de risco de infestação) (n=746)
- 126 FIGURA 86 – Georreferenciação dos fogos participantes no município da Horta (n=324)
- 126 FIGURA 87 – Intersecção dos fogos participantes georreferenciados com a malha urbana da Horta (delimitação de área de risco de infestação) (n=324)
- 127 FIGURA 88 – Georreferenciação dos fogos participantes no município de Ponta Delgada (n=456)
- 127 FIGURA 89 – Intersecção dos fogos participantes georreferenciados com a malha urbana de Ponta Delgada (delimitação de área de risco de infestação) (n=456)
- 128 FIGURA 90 – Georreferenciação dos fogos participantes no município de Vila do Porto (n=311)
- 128 FIGURA 91 – Intersecção dos fogos participantes georreferenciados com a malha urbana de Vila do Porto (delimitação de área de risco de infestação) (n=311)
- 129 FIGURA 92 – Intersecção dos fogos participantes georreferenciados com a malha urbana da Freguesia de Santo Espírito em Vila do Porto (delimitação de área de risco de infestação) (n=311)
- 136 FIGURA 93 – Mapeamento de tarefas para a Gestão de Risco

ÍNDICE DE QUADROS

- 27 QUADRO 1 – Freguesias-alvo da Campanha.
- 31 QUADRO 2 – Sistema de avaliação mobilizado no Programa SOS-Térmitas: tipos de avaliação, critérios, indicadores e actividades
- 32 QUADRO 3 – Sistema de avaliação mobilizado no Programa SOS Térmitas: tipos de avaliação, critérios, indicadores e actividades (conclusão.)
- 52 QUADRO 4 – Freguesias alvo do *direct mail* - relação entre inicialmente previsto, alargamento face às alterações legislativas, suspensão por motivos de ordem logística e cancelamento por falta de compromisso financeiro.
- 60 QUADRO 5 – Estimativa de participantes necessários para os Esquadrões T
- 64 QUADRO 6 – Freguesias intervencionadas pelos Esquadrões T e respetivos dias.
- 76 QUADRO 7 – Modelo analítico da BD.
- 77 QUADRO 8 – Caracterização da amostra inquirida para regulação da Banda Desenhada
- 92 QUADRO 9 – Modelo de análise dos resultados provocadas pelo *direct mail* (Ficha de Registo das Juntas de Freguesia)
- 93 QUADRO 10 – Caracterização dos participantes na ação de prevenção e controlo (montagem e entrega de armadilhas nas juntas)
- 94 QUADRO 11 – Modelo de análise dos resultados provocados pelos Esquadrões-T (Ficha de Registo das Visitas)
- 94 QUADRO 12 – Caracterização dos cidadãos visitados e inquiridos no âmbito das visitas domiciliárias dos Esquadrões-T
- 96 QUADRO 13 – Pertinência e adequabilidade reconhecida na ação *direct mail* (por município).
- 97 QUADRO 14 – Eficácia reconhecida à montagem de armadilhas (por município).
- 99 QUADRO 15 – Motivações para a participação e função do trabalho voluntário nos Esquadrões T (seniores).
- 100 QUADRO 16 – Perfil dos voluntários face a experiências anteriores (seniores).
- 101 QUADRO 17 – Benefícios para os voluntários em participar nos Esquadrões T (seniores).
- 106 QUADRO 18 – Elencagem dos Jornais objeto de recolha.
- 106 QUADRO 19 – Comparação do nº de notícias publicadas sobre térmitas no período de Maio a Novembro de 2010 e 11.
- 111 QUADRO 20 – Experiência prévia com armadilhas (por município).
- 112 QUADRO 21 – Autonomia dos cidadãos na montagem de armadilhas por município (n=1837)
- 117 QUADRO 22 – Distribuição dos cidadãos que participaram e não participaram na Campanha em função de terem ou não sido visitados pelos Esquadrões T (N=6182)
- 118 QUADRO 23 – Intenção de continuar a montar armadilhas para a prevenção e controlo das térmitas por município
- 120 QUADRO 24 – Elencagem de instituições contactadas e contribuições angariadas.
- 121 QUADRO 25 – Percentagem de ocupação de térmitas e número estimado de alados correspondentes
- 124 QUADRO 26 – Observância das instruções disponibilizadas na montagem das armadilhas por município

1.

INTRODUÇÃO

1.1. Contornos do Problema

C. BREVIS: UMA PRAGA URBANA DE GRANDE POTENCIAL DESTRUTIVO

A Térmita de madeira seca *Cryptotermes brevis* é uma praga com enorme potencial destrutivo que pode consumir toda a infra-estrutura em madeira de uma habitação, bem como mobiliário, livros, esculturas e artefactos em madeira (Borges & Myles, 2007). Presente na América, África, Austrália, nas Ilhas do Pacífico, Índico e Atlântico (Figura 1), é responsável por gastos anuais para o seu controlo nos Estados Unidos da América na ordem dos 120 milhões de dólares, sendo incalculáveis os valores a nível mundial (Scheffrahn & Nan-Yao, 2011).



(adapt. de Scheffrahn, Křeček, Ripa & Luppichini, 2009)

FIGURA 1- Dispersão mundial da *C. brevis*

Nos Açores é actualmente reconhecida como a praga urbana mais grave da Região (Dec Leg 22/2010/A, de 30 de Junho), cujos impactos económicos e patrimoniais sofrem um considerável agravamento quando a sua ação se combina com a regular actividade sísmica do arquipélago. Dezasseis freguesias foram recentemente delimitadas como áreas de risco num total de cinco das nove ilhas (Res. Conselho Governo, nº2/2011 de 3 de Janeiro).

Alarmante é também a recente detecção da térmita de madeira seca num edifício do Restelo em Lisboa (Nunes *e al.*, 2010), já que é a primeira vez que populações desta praga extremamente invasiva foram detectadas no território continental, gerando a preocupação que Portugal se tenha tornado na porta de entrada da espécie na Europa.

A AVALIAÇÃO PERICIAL DO RISCO

Comparando dados de 2004, 2009 e 2010 provenientes de projectos de investigação de avaliação de risco desenvolvidos pela equipa coordenada por Paulo Borges (Guerreiro, Borges, Ferreira, Couto & Borges, 2010a) conclui-se que o problema se está

a agravar, uma vez que os níveis de infestação estão a aumentar e novos focos estão a ser encontrados (Figura 2), para além de se desconhecer ainda a situação em muitos locais das ilhas onde já foi confirmada a sua presença (Terceira, São Miguel, Faial, São Jorge e Santa Maria) ficando por apurar em que condições se encontram as ilhas onde ainda não foi realizada qualquer monitorização, como as Flores e o Corvo.

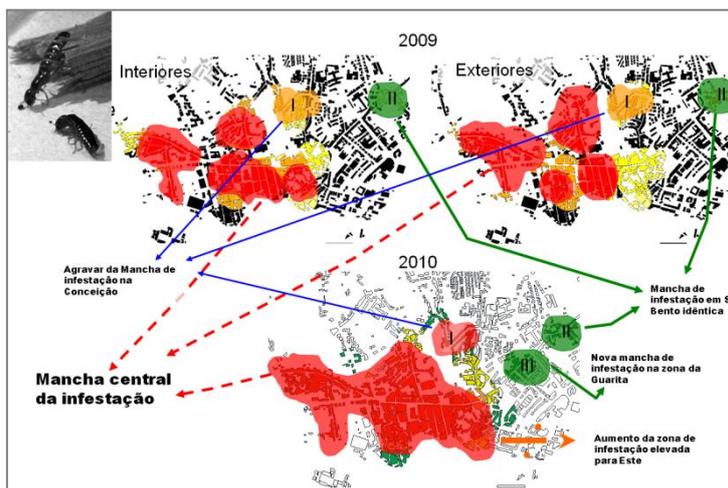


FIGURA 2- Aumento dos níveis de infestação e novos focos em Angra do Heroísmo (Guerreiro e tal, 2010)

Ao longo da última década, a mesma equipa tem vindo a testar no contexto local diversas técnicas de dizimação da espécie (métodos químicos e físicos). Recentemente com o estudo comparativo onde se testaram duas variantes do método da temperatura (*Termolignum pure heat*) alcançaram-se os melhores resultados até ao momento (Guerreiro, Borges, Ferreira, Couto & Borges, 2010b). Em termos de eficácia na eliminação da espécie, dos impactos nas estruturas de madeira (desde que devidamente monitorizados os índices de calor e de humidade) e de inocuidade para o meio ambiente já que, ao não recorrer a químicos, não representa perigo para a saúde dos seus operadores nem dos moradores dos edifícios alvo de intervenção. Com este estudo falou-se, pela primeira vez, na possibilidade da erradicação em locais onde a infestação se encontre espacialmente circunscrita, desde que, a aplicação desta técnica seja feita de forma concertada entre proprietários de habitações vizinhas. Caso contrário, se aplicada de forma individualista, o problema nunca será controlado apesar do inegável poder de dizimação da técnica.

A RESPOSTA POLÍTICA AO RISCO

Quando em 2002 o assunto foi pela primeira vez abordado na esfera pública açoriana, por cidadãos preocupados com indícios de insectos estranhos que estariam a causar danos nas suas habitações, a praga já se encontrava seriamente instalada nos três principais centros urbanos do arquipélago: Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta.

A prioridade política, entre 2002 e 2004, foi dada à peritagem do risco, através do financiamento de investigação com vista a identificar e estimar o perigo em questão (biologia e ecologia da espécie, exposição e vulnerabilidade da Região), o que permitiu uma análise preliminar dos seus padrões de distribuição, características de dispersão e o estudo comparativo de diferentes técnicas de mitigação. Contudo, este investimento não viria a ter impacto no controlo da praga, uma vez que não foi acompanhado por quaisquer medidas de mitigação, controlo e prevenção, na sequência das recomendações feitas pelos investigadores. O investimento público realizado na investigação do problema parece, nesta medida, ter sobretudo servido a uma legitimação científica da ação política, que assim se escusou à implementação de medidas de gestão do problema.

Ainda que tivesse sido criado um grupo de missão (Resolução nº 131/2004 de 16 de Setembro), que reunia representantes de diferentes instâncias e sectores de actividade, para facilitar a construção de um plano de ação que reflectisse uma leitura multidimensional do problema, o Governo Regional evidenciava na altura um entendimento da situação completamente alheio à necessidade de uma gestão integrada da infestação. Considerando tratar-se de um problema privado pelo qual cada indivíduo se deveria responsabilizar quando este lhe “batesse à porta”, o Governo limitar-se-ia a implementar medidas avulsas do amplo conjunto de recomendações produzido pelo Grupo de Missão, dirigidas aos diferentes actores implicados, no que respeita a: (1) informação acerca das fontes de risco; (2) aconselhamento técnico e informação para as populações afectadas; (3) estratégias de mitigação e controlo da fonte de risco; e (4) legislação em medidas de prevenção e controlo de resíduos infestados (Borges & Myles, 2007).

É neste contexto que, em 2005, é regulamentada pela então Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos a atribuição de apoios financeiros à reabilitação ou reconstrução de imóveis infestados pela espécie (Dec Leg Reg nº 20/2005/A de 22 de Julho de 2005) – medida cuja aplicação viria a acusar uma inoperância tal que motivou a sua revisão em 2008, embora sem grande funcionalidade. Da mesma forma, é um ano mais tarde, regulamentada pela Secretaria Regional do Ambiente a destruição de resíduos infestados provenientes das obras de reconstrução/reabilitação (Portaria nº 32/2006 de 20 de Abril), mas uma vez que este normativo só se aplicava às obras alvo de apoio financeiro por parte do Governo, desresponsabilizando-se por todos os detritos que não haviam sido produzidos sob a sua alçada, veio tornar manifesta a vontade política de manter na esfera privada um problema que teimava em evidenciar os seus contornos públicos e colectivos. Para além disso, os municípios contratam ou canalizam técnicos para a identificação de térmitas e financiam a sua formação na matéria. Estes viriam a cessar funções de acordo com as modalidades contratuais

definidas, sem que se investisse na continuidade do serviço prestado por técnicos qualificados.

Seis anos depois dos primeiros resultados de investigação e das recomendações efectuadas pelo Grupo de Missão, entretanto desactivado, foi finalmente criado o primeiro enquadramento legal para o problema (Dec Leg nº 22/2010/A de 30 de Junho de 2010) contemplando a delimitação de áreas de risco e a definição das medidas de controlo específicas a aplicar naqueles territórios, introduzindo, nomeadamente: a obrigatoriedade de (1) certificação dos imóveis em transacções e contratualizações, (2) de desinfestação para edifícios comprovadamente infestados, (3) a regulamentação do transporte e (4) generalização das regras de eliminação de bens potencialmente infestados (5) a proibição da introdução da espécie nos Açores e a (6) constituição de contra-ordenações ambientais, com aplicação de sanções para a violação/incumprimento das mesmas.

Constituindo um passo significativo para a gestão do problema ao providenciar regulamentação para muitas das suas facetas, este enquadramento continua a evidenciar uma representação mais privada do que pública da gestão da infestação, com uma clara orientação liberal que coloca o ónus na responsabilidade individual pela identificação, desinfestação e prevenção do problema, assegurando apenas a regulação e introduzindo maior transparência nalguns actos individuais quando estes colidem mais visivelmente com o interesse colectivo (como sejam: o transporte, depósito e eliminação de resíduos ou as transacções e alugueres no mercado imobiliário).

A reviravolta que introduziu no modo como oficiosamente se partilhavam, de forma minimalista, tarefas e papéis entre instâncias veio criar uma perturbação que levou à demissão das responsabilidades informalmente assumidas pelas edilidades ao nível do apoio ao cidadão na identificação da infestação e na informação pública, situação que ainda não se encontra ultrapassada.

Apesar de se encontrar em implementação desde Janeiro de 2011, grande parte das suas exigências são ignoradas na prática, ao mesmo tempo que continua por esclarecer o papel a desempenhar por cada uma das instâncias implicadas: o que compete, nomeadamente, assegurar neste novo cenário pelas Câmaras Municipais? E pelas Juntas de Freguesia? Como articular o poder municipal com o poder regional? Que relação entre a Direcção Regional da Habitação e a Secretaria do Ambiente e do Mar? A informatização integral dos processos e procedimentos esgotará a necessidade de outra articulação entre serviços? Se inúmeras destas questões ainda não são claras para os próprios técnicos envolvidos, o que dizer dos cidadãos afectados?

O presente enquadramento legal deixa, por outro lado, a descoberto facetas do controlo do problema tão relevantes quanto a responsabilidade pela monitorização contínua da infestação ou a sensibilização, informação e envolvimento dos cidadãos, em geral, e dos empresários e profissionais relacionados com a construção civil, a importação, transformação e comércio de madeiras ou o sector de *pest control*, em particular. Se estas omissões denunciam resistências na assumpção de um comprometimento mais explícito do Estado na gestão do problema, o facto de estarem a ser actualmente colmatadas pelo estabelecimento de parcerias com equipas de investigadores, poderá indiciar uma aproximação progressiva a uma lógica de gestão integrada da infestação, embora qualquer prognóstico seja ainda muito precipitado.

PERCEPÇÃO DO RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL

Num contexto social em que o conhecimento científico produzido até 2006 no âmbito da caracterização do risco não obteve qualquer impacto visível no controlo da praga – porque não se traduziria na implementação de medidas substanciais de gestão e controlo da infestação até 2010, nem se consubstanciaria na adopção de práticas de prevenção, de mitigação ou de controlo pelos cidadãos – e em que o Governo Regional permanecia daltónico aos contornos públicos do problema, tanto peritos quanto decisores tendiam a responsabilizar sobretudo os cidadãos pelo agravamento da situação, por uma alegada incapacidade destes se implicarem efectivamente na gestão do problema: quer por desconhecimento, ignorância e descuido, na opinião dos investigadores, quer por indiferença e passividade típicas de quem conta com um Estado paternalista, na opinião dos decisores políticos. Esta visão reducionista do problema contribuiu, ainda que não pelos melhores motivos, para uma crescente valorização da análise das representações e comportamentos dos cidadãos comuns relativamente à infestação, considerando-se que esta poderia facilitar a emergência de formas de persuasão eficazes na alteração da situação.

Com o objectivo de compreender as condicionantes socioculturais deste alegado alheamento dos cidadãos, foi conduzido um estudo, no âmbito de um projecto de investigação em percepção de risco, financiado pela então Direcção Regional da Ciência e Tecnologia (TERMIPAR: o envolvimento dos cidadãos no controlo da infestação - 2006-2009), que procedeu a uma avaliação da preocupação social, traçando o perfil do risco percebido, e analisou as perspectivas dos participantes acerca do modo como consideravam que o problema estava a ser gerido, de quem responsabilizavam na matéria e do papel que atribuíam a si próprios nesse processo.

Elegendo-se uma abordagem descritivo-interpretativa, foram realizadas vinte e quatro entrevistas semi-dirigidas, nos dois centros urbanos regionais com maior disseminação da infestação (Ponta Delgada e Angra do Heroísmo), a participantes seleccionados por

máxima variação, de modo a captar exemplares ilustrativos de todos os tipos de relação com o fenómeno em estudo, constituindo critérios de selecção: a) o tipo de relação com o imóvel (ser proprietário de habitação própria, proprietário de comércio ou serviços, inquilino de habitação ou funcionário de serviços públicos aí instalados; b) a situação do imóvel (infestado ou não infestado por térmitas) e c) a localização do imóvel (zona sinalizada como afectada ou não afectada).

As análises categoriais, descritivo-interpretativas, a que os dados foram sujeitos permitiram constatar que no centro dos argumentos, com que os participantes justificavam a desresponsabilização dos cidadãos no controlo da infestação, se encontrava a crença na incontrolabilidade da praga: quer *ser incontrolável* (impossível de erradicar de acordo com a experiência internacional e capaz de causar danos infra-estruturais imperceptíveis a não ser quando já é tarde demais) quer por *estar incontrolável* – devido à inexistência de uma estratégia de gestão pública capaz de dar resposta às necessidades dos seus cidadãos (apoios financeiros, disponibilidade no mercado local de técnicas de dizimação eficazes, etc.) (Arroz, Palos, Elias, Borges & Rego, em prep. a). Estas lógicas de argumentação justificavam com plausibilidade o desinvestimento e alheamento intencional de quem se sente manietado, dando a conhecer um novo ângulo do problema a reclamar intervenção.

INCONTROLABILIDADE E FALTA DE CONFIANÇA MÚTUA: UM PROBLEMA DE COMUNICAÇÃO DE RISCO

Embora o conhecimento pericial acerca da ecologia da espécie infestante e das estratégias de dizimação e controlo disponíveis pudessem sugerir estarmos perante um risco simples, de acordo com a tipologia do IRGC (2008, Renn, 2005), um conjunto de condicionantes naturais, sociais, económicas e políticas contribuiu para agravar o risco e, nessa medida, dificultar o seu processo de gestão. Entre estas encontram-se, nomeadamente:

- A invisibilidade que caracteriza o *modus operandi* da *C. brevis* que, perante o grande intervalo de tempo percepcionado entre o estímulo causal (infestação) e o efeito negativo produzido (destruição de infra-estruturas celulósicas), a alta probabilidade de exposição e o elevado valor simbólico e manifesto dos danos causados que ameaçam a segurança da nossa própria casa, provoca, na linha dos riscos *Cassandra* (Klinke & Reen, 2002), uma menor tolerância e aceitação de um problema cuja ação se afigura incerta e indeterminada uma vez que não sabemos quando lhe somos expostos, só vislumbramos o seu impacto demasiado tarde e não podemos controlá-lo autonomamente uma vez que dependemos da ação de outros que não controlamos de todo;

- o facto de atingir sobretudo zonas históricas dos centros urbanos assinaladas por precárias condições de habitabilidade, envelhecimento, menor qualificação e disponibilidade económica dos moradores;
- o denso e, por vezes patrimonialmente protegido, traçado arquitectónico das zonas mais afectadas que reduz as modalidades de intervenção ao nível da dizimação e da prevenção;
- o escasso envolvimento dos cidadãos na adopção de medidas de prevenção e controlo, em aparente contradição com a elevada preocupação que a praga suscita junto das populações, mas em consonância com as representações muito negativas sobre o modo como consideram que ela foi politicamente negligenciada ao longo dos anos (Arroz, Palos, Elias, Borges & Rego, em prep. b);
- as negativas representações que decisores e cidadãos veiculam uns dos outros e as atribuições externas para a eficácia (ie, os políticos são obrigados a agir pelo agravamento do problema) e internas para a ineficácia (ie, os políticos nunca cumprem o que prometem) que representam as perspectivas dos cidadãos acerca dos políticos e das entidades implicadas na gestão do problema (Arroz, Palos, Elias, Borges & Rego, em prep. b).

A ação destas condicionantes aumentou consideravelmente a vulnerabilidade do sistema social ao risco, permitindo mapear o problema da infestação por térmitas como um *risco de complexidade induzida* (Renn, 2005; IRGC, 2008), ou seja, como um problema multivariado em que é difícil identificar os agentes causais em jogo em cada situação concreta mas, sobretudo, descortinar estratégias para quebrar o poder da sua ação conjunta e desmontar os efeitos que produzem. Essa complexidade alia-se a uma incerteza que decorre da invisibilidade da ação da praga e da dificuldade de controlo autónomo, colocando os cidadãos na dependência da ação de outros que não controlam e em quem não confiam. Neste contexto, o *International Risk Governance Council* (IRGC) recomenda que seja accionada a implementação de estratégias de gestão focadas no robustecimento do sistema de absorção do risco, através da diversificação e redundância de dispositivos destinados a aumentar e melhorar a capacidade de enfrentar o risco por todos aqueles que lhe estão sujeitos.

Assim, e em face dos resultados quer da avaliação pericial quer da preocupação social com a infestação, foi reconfigurado o problema comunicacional em jogo: do desinteresse, alienação e ignorância atribuídos aos cidadãos como principais responsáveis migrou-se para um problema de *falta de confiança mútua* em que o governo e os cidadãos se acusam mutuamente pelo agravamento da situação (Arroz, Palos, Rego, Borges & Bettencourt, 2007, June) e de acordo com o qual justificam o seu próprio desinvestimento. Menos consensual é a representação que têm e o papel que atribuem aos investigadores, com os cidadãos a destacá-los como interlocutores

fundamentais, porque confiáveis e genuinamente focados no controlo do problema, e os decisores políticos desconfiados dos alardes científicos, que outrora provocaram dispêndio de energias e recursos financeiros ao Governo na gestão do escaravelho japonês – um poderoso “calcanhar de Aquiles” na relação entre a Ciência e o Estado no contexto regional.

Uma vez que não se prevê que este risco venha a extinguir-se, torna-se necessário agilizar o envolvimento dos diferentes *stakeholders* num sistema de gestão integrada que, partilhando responsabilidades, nos ensine a conviver com ele de forma controlada. Para isso, é crucial que se contrariem os erros clássicos frequentemente cometidos pela gestão institucional tradicional do risco que, entre outros e como alerta o IRGC (2008):

- menospreza ou negligencia o controlo dos riscos de elevada probabilidade mas impacto não imediato, focando-se excessivamente nos riscos catastróficos por menos prováveis que sejam; emprega estratégias monolíticas ou pouco diversificadas para os avaliar e enfrentar cujo impacto não é muitas vezes apreciado;
- desconsidera a distribuição desigual do risco e benefícios entre grupos sociais;
- minimiza as perspectivas, avaliações e atribuições causais das populações afectadas, descurando também a perda de confiança pública;
- não compreende o carácter sistémico de alguns riscos – tanto em termos das consequências sociais, económicos e financeiras que acarreta, quanto das intersecções entre fenómenos naturais, sociais, económicos, tecnológicos e políticos que determinam ou condicionam a sua ação – o que conduz a opções estratégicas mal dirigidas e a falhas na antecipação e compreensão de relações entre fenómenos aparentemente isolados e/ou de efeitos secundários.

Promover uma gestão integrada do risco implica, na nossa perspectiva, assumir uma abordagem comunicacional que coloca a mediação efectiva dos diferentes interesses, perspectivas e agendas em presença no centro do sistema de governança a acionar, como forma de potenciar a ação coletiva requerida ao enfrentamento deste problema.

1.2. A Comunicação de Risco

A comunicação de risco constitui um domínio recente mas em crescente afirmação, que tem vindo a conquistar território há medida que as actuais *sociedades de risco*

produzem novas fontes de incerteza que reclamam intervenção social com vista a reduzir essa incerteza e a promover a confiança no sistema.

Quando se traça o percurso evolutivo da comunicação de risco em vários domínios, percebe-se claramente que das abordagens iniciais (1975-1984), dominadas pela *transmissão de informação pericial*, que ignorava a perspectiva do público ao qual se destinava, e mesmo das *abordagens persuasivas* (1985-1994) que se lhe seguiram, que visavam gerar ou aumentar a aceitação de ideias e/ou a mudança de comportamentos, para as abordagens mais contemporâneas, que dialogam com a comunidade incluindo os cidadãos como um parceiro privilegiado na *negociação de formas de entendimento e de ação colectiva* (a partir de 1995), se assiste a um reconhecimento progressivo do risco como um constructo social, cultural e psicologicamente alicerçado (Covello & Sandman, 2001; Fischhoff, 1995; Leiss, 1996; McCommas, 2006; Slovic, 1999). Esta perspectiva, que vem marcar uma nova fase no debate e na intervenção no domínio, é também acompanhada de uma valorização crescente do papel da confiança pública na comunicação de risco como condicionante do processo de influência social (Leiss, 1996), que assume funções de legitimação e credibilização no *marketing* e na persuasão em geral, ou que vem enfatizar a relevância dos contextos sociais e dos actores implicados em face da falta de confiança generalizada nas instituições a que temos assistido.

Olhar para o problema do ponto de vista do leigo, do cidadão comum, em vez do ponto de visto do perito, fez com que, por outro lado, se comesçassem a ter em conta novos factores na análise do risco surgindo a oportunidade para a incorporação da percepção social e dos factores que a condicionam na comunicação do risco. Esta passa a ser entendida como um processo multidisciplinar e multidimensional de interação entre indivíduos, grupos e instituições que expressam preocupações, opiniões e/ou reacções sobre as causas, características e consequências de um risco e sobre as formas institucionais e legais, mas também privadas, de o enfrentar e gerir (McCommas, 2006; Renn, 2005).

Dado que a gestão de qualquer risco envolve a conjugação das perspectivas de um conjunto de actores implicados, compete à comunicação de risco desempenhar um papel central na forma como quer o processo de análise e compreensão, quer o processo de tomada de decisão, implementação e regulação das intervenções sobre um risco se desenrolam (Renn, 2005, 2008; IRGC, 2008):

Como é que o risco é percebido por cada uma das partes implicadas? Que aspectos do problema aumentam ou diminuem a tolerabilidade ou aceitabilidade social do risco? Como é que cada um dos *stakeholders* interpreta as suas próprias respostas à situação? De que informação dispõem e como interpretam essa informação? Como lidam com o problema? Quem é responsabilizado e responsável pelo quê? Que mecanismos são accionados com vista a apreender e actualizar a informação relativa à preocupação e

implicação da sociedade? As preocupações dos *stakeholders* e da sociedade civil têm sido claramente enunciadas e ouvidas pelos decisores e gestores do risco? Como é que a informação pode ser organizada de modo a que seja efectiva a interação nos dois sentidos? Quem são os interlocutores em que as populações confiam e desconfiam e que argumentos justificam essas avaliações? Que regulação e avaliação de impactos tem sido realizada sobre as medidas accionadas? Qual poderá ser o papel dos *media*?

Este tipo de questões exige a mediação e concertação dos diferentes papéis, perspectivas, interesses, propósitos e agendas em presença, bem como a concatenação de inúmeras fontes de informação e dados em função de um sistema de gestão integrada do risco. No sentido habermasiano do termo, é adoptada uma racionalidade comunicativa na governança do risco, que pragmaticamente visa a implicação de todos os actores na produção das soluções mais funcionais para a mitigação do risco e minimização das suas consequências (Figura 4). Para além do

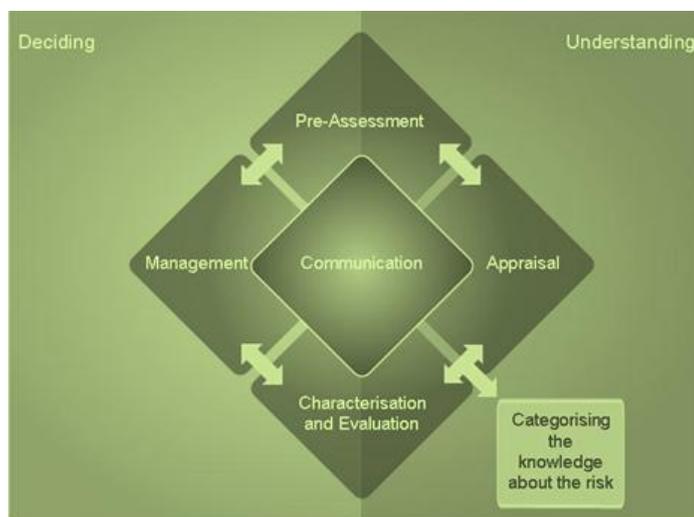


FIGURA 3- Enquadramento do modelo de governança do risco do *International Risk Governance Council* (adapt. de IRGC, 2008)

papel central concedido à *comunicação* nas suas múltiplas aceções e funções – informativa, persuasiva e mediadora – o enquadramento global oferecido pelo modelo de gestão integrada do risco do IRGC (2008; Renn, 2005, 2008) estabelece uma clara separação entre as responsabilidades relativas à *avaliação* (análise multidisciplinar da fonte de risco, da vulnerabilidade social e da preocupação social que lhe está associada) e à *gestão* do risco, como um meio de maximizar a objectividade e a transparência de ambas. No entanto, os responsáveis por cada uma delas devem ser implicados nas restantes vertentes: *pré-avaliação*, *caracterização* e *ponderação* e *comunicação*.

É à comunicação de risco que compete facilitar a compreensão dos contornos do risco pelos *stakeholders* e pela sociedade civil e promover o debate acerca do papel e das responsabilidades de cada um no processo de governança. Mas a sua natureza intencionalmente interactiva não só pretende “dar voz” a todos os *stakeholders* para

garantir audibilidade, como mediar a negociação dos seus interesses de modo a conquistar um comprometimento efectivo dos parceiros e assim afiançar maior eficácia. Incluir os diferentes actores implicados como parceiros colaborativos implica, por outro lado, assegurar o estabelecimento de parcerias que permitam à sociedade civil constituir-se como *stakeholder*, dando relevância ao contexto local em que todas estas dinâmicas ocorrem (Figura 5). Quando estas funções se encontram garantidas, a comunicação de risco representa simultaneamente um instrumento de *empowerment*, que contribui para a realização de escolhas informadas, aumenta o poder de atuação e consequentemente a autonomia, e de promoção da confiança pública no sistema gestão do risco.

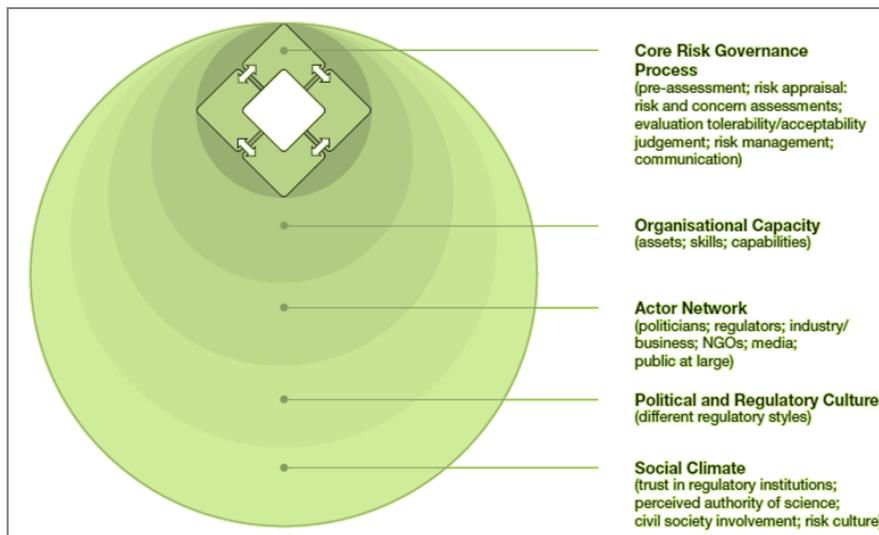


FIGURA 4- O modelo de governança do risco do *International Risk Governance Council* em contexto (adapt. de IRGC, 2008)

Sublinha-se o facto da tomada de decisão em gestão do risco não ser alheia às características específicas sociais, institucionais, políticas e económicas que definem o lugar em que o problema incide, em termos dos recursos e competências disponíveis no sistema social e da cultura política e de regulação governamental que condicionam os processos de governança a implementar, da cultura de risco que contribui para definir o nível de tolerância ao risco e do grau de confiança pública que facilita ou compromete o envolvimento dos diferentes actores no próprio processo de gestão.

Uma gestão inclusiva baseia-se no pressuposto “... *that all stakeholders have something to contribute to the process of risk governance and that their inclusion improves the final decisions rather than impedes the decision-making process or compromises the quality of scientific input*” (IRGC, 2008, p. 18). Mas isto não significa que independentemente do risco em causa devam ser accionados mecanismos de envolvimento e perseguidos níveis de comprometimento dos *stakeholders* e da sociedade civil semelhantes. De acordo com a abordagem do IRGC, o nível apropriado de envolvimento no processo deve ser ponderado em função do perfil do risco e do

conhecimento disponível sobre ele num determinado momento. O que, de acordo com o tipo de *riscos de complexidade induzida*, em que situámos anteriormente o problema em análise, vem sugerir um tipo de participação dirigido para o reforço da confiança pública e a *legitimação das medidas de controlo* existentes junto dos potenciais afectados e o estudo e implementação de *medidas de mitigação* que os impliquem directamente. Mas a incontroabilidade que decorre da invisibilidade da sua ação, bem como de estarmos permanentemente à mercê da ação dos vizinhos sem podermos com o nosso esforço manter o problema sob controlo, vem convocar a necessidade de *envolver os potenciais afectados em modalidades de decisão e ação coletivas de enfrentar o problema*, típicas dos *riscos dominados pela incerteza* (Figura 6).

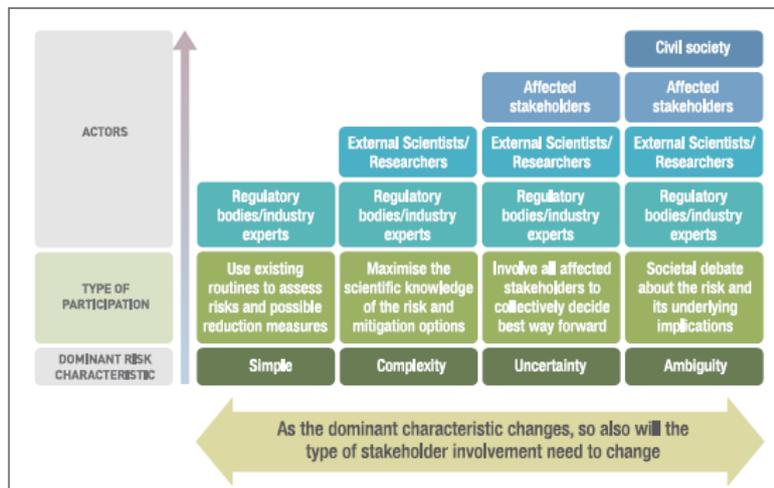


FIGURA 5- A estrutura de envolvimento dos *stakeholders* do modelo de governança do risco do IRGC (adapt. de IRGC, 2008)

Ao desenvolvermos um processo de investigação que acompanha, regula e avalia uma dinâmica concreta de intervenção no âmbito da infestação por térmitas de madeira seca nos Açores, a comunicação de risco aqui será simultaneamente perspectivada como: uma *proposta estratégica* que define públicos-alvo, mensagens e dispositivos comunicacionais com vista a atingir os objectivos concretos de um programa de intervenção elaborado para o efeito; um *instrumento* essencial ao desenvolvimento de competências diversificadas promotoras de autonomia e de modalidades participativas de exercício da cidadania ambiental; e um *fenómeno* também espontâneo que necessita de ser investigado em cenário naturalístico.

2.

O PROGRAMA SOS TÉRMITAS: CONCEPÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO DE RISCO NO CONTROLO DE UMA PRAGA URBANA

2.1. Objectivos gerais e linhas de ação

O projecto de investigação em percepção de risco TERMIPAR – 2006-2009 procedeu a uma avaliação da preocupação social e permitiu constatar que a representação dominante desta infestação lhe atribui um elevado poder de destruição que se considera estar a agravar continuamente e cuja gravidade percebida é suportada por dois tipos de argumentos:

- o primeiro, relativo aos seus impactos potenciais, onde se sublinha os avultados prejuízos económicos e patrimoniais associados a esta praga;
- o segundo, relativo à vulnerabilidade do sistema social, onde se destaca a impotência associada à incontrolabilidade do problema.

Ao analisarmos as perspectivas acerca da vulnerabilidade do sistema social e as razões que suportam a *incontrolabilidade* percebida verificamos que as opiniões se dividem ainda entre aqueles que consideram que o problema:

- *é incontrolável (41%)* devido à *invisibilidade da ação das térmitas* ou às propriedades ecológicas e condições ambientais que lhe são propícias – centrando-se na resiliência da espécie;
- *está incontrolável (52%)* devido à *inexistência de um sistema público de gestão* do problema e de soluções técnicas eficazes de erradicação – focando-se na desresponsabilização do Estado ou, com menor incidência, dos próprios cidadãos.

O que resulta num retrato fortemente penalizador das actuações do Governo e dos Municípios, em que o Estado é responsabilizado pelo descontrolo e agravamento do problema, tanto pelos cidadãos directamente afectados como pelos não afectados pela praga.

Daí que os cidadãos não confiem nas instituições públicas nem as reconheçam como recursos significativos para a resolução deste problema, uma vez que “não cumprem o que prometem”, “burocratizam os processos” e “accionam medidas que não funcionam”. E mesmo quem acredita que mais cedo ou mais tarde o Governo vai agir, justifica a sua crença por considerar que o agravamento do problema assim o exigirá.

Naqueles que não foram ainda afectados directamente pelo problema grassa o desconhecimento e a despreocupação, considerando que “isso é um problema dos outros” que tratarão de enfrentar se e quando os afectar. Quanto àqueles que se defrontam actualmente com ele parece accionar-se uma racionalidade de privatização do risco, gerindo o problema o melhor que os recursos de que dispõem lhes permite,

ou, por outro lado, uma racionalidade de responsabilização do Estado, com um sentimento de impotência a marcar a inactividade e o desespero num discurso de vitimização do tipo “se eles não fazem por que é que eu haveria de fazer?!”.

Estas interpretações demonstram como é que a desresponsabilização do primeiro favorece a desresponsabilização dos segundos. Resultando num jogo de responsabilização mútua entre Estado e cidadãos que reforça a necessidade de accionar mecanismos que ajudem a desconstruir resistências e facilitem a construção de um clima de cooperação estratégica, de acordo com o qual a colaboração é mais vantajosa para a situação individual de cada *stakeholder* do que atuar sozinho.

Nesse sentido e em face do perfil traçado que caracteriza o risco enquanto *incontrolável* estando no centro dos argumentos dos cidadãos para a não participação no seu controlo 1) *a natureza incontrolável da praga* e 2) *o estar incontrolável* devido à *falta de confiança mútua* - onde governo, cidadãos se acusam mutuamente pelo agravamento da infestação – elegeram-se como objectivos gerais do Programa de Comunicação de Risco:

- Promover a controlabilidade da infestação:
 - Consolidando a consciência social do risco (dotando a população de instrumentos que possibilitem a conquista de uma autonomia progressiva na sua gestão)
 - Implicando os diferentes *stakeholders* na sua gestão
- Promover a confiança mútua:
 - Partilhando responsabilidades entre *stakeholders* na assumpção de compromissos efectivos na gestão da infestação

Para isso definiu-se como linha de ação prioritária, do Programa de Comunicação de Risco, nesta sua primeira edição, a concepção de uma campanha de comunicação de risco que, sob a égide “SOS Térmitas - Unidos na Prevenção” fosse viabilizada financeiramente através da assumpção partilhada de um compromisso do Estado – Governo e Municípios – para que se conseguisse evidenciar a colaboração daqueles em cuja ação não se confia (dando visibilidade às responsabilidades por eles assumidas), estrategicamente, como o impulso necessário para que os cidadãos aceitassem partilhar responsabilidades na sua gestão e agissem em consonância adoptando eles próprios medidas de prevenção e de controlo.

2.2. Grupos-alvo

POPULAÇÕES POTENCIALMENTE AFECTADAS

Em Março de 2010 quando o Programa de Comunicação de Risco foi, pela primeira vez, formalmente apresentado na Cimeira dos T8 (Capítulo 3), a fim de se negociarem compromissos para a sua viabilização financeira, a presença da térmita de madeira seca estava confirmada (de acordo com os dados recolhidos em 2004 e 2009 pela equipa de avaliação de risco do Professor Paulo Borges) em 5 das 9 Ilhas do Arquipélago. Sendo sobretudo nos centros históricos das 3 maiores cidades – Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta – que a infestação possuía contornos mais graves dado o perfil sociográfico da população residente (maioritariamente idosa, com poucos recursos financeiros e literários) e o estado de conservação de grande parte do edificado (com muitos edifícios abandonados ou a reclamarem intervenção). No entanto desconheciam-se com precisão os contornos do problema em muitos dos locais das ilhas já monitorizadas, faltando realizar também um diagnóstico para as restantes ilhas onde ainda não havia sido feita qualquer monitorização. Nesse sentido o Programa de Comunicação de Risco foi pensado para a população açoriana em geral, muito embora se tenham delimitado como grupos alvo a ser objecto de iniciativas e dispositivos comunicacionais específicos, os residentes das 15 freguesias onde a infestação já havia sido comprovada (Quadro 1), de acordo com a informação disponível até aquele momento, num total de 5 municípios.

QUADRO 1- Freguesias-alvo da Campanha

Ilha	Terceira	São Miguel	Faial	Santa Maria	São Jorge
Município	Angra do Heroísmo	Ponta Delgada	Horta	Vila do Porto	Calheta
Freguesias inicialmente contempladas	Santa Luzia São Pedro Conceição Sé	São Pedro Santa Clara São José São Sebastião	Angústias Matriz Conceição	Vila do Porto Santo Espírito	Calheta
Freguesias incluídas a posteriori	São Bento	Fajã de Baixo São Roque			

No entanto, em Maio de 2010, data pensada para o arranque da Campanha, a equipa de comunicação de risco viu-se forçada, por motivos de ordem logística (devidamente justificados no Capítulo 3) a adiar a sua implementação para o período de enxameamento do ano seguinte (Maio de 2011). A este contratempo logístico, que obrigaria a uma modificação na calendarização, viria a imprimir-se uma outra alteração quanto ao número de freguesias a ser alvo da campanha. Das 15 inicialmente previstas passar-se-iam a contemplar 17 devido à publicação do novo enquadramento legal para

o combate à infestação (Dec Leg nº 22/2010/A de 30 de Junho de 2010 e Resolução nº 2/2011 de 3 de Janeiro) que delimitou pela primeira vez freguesias “áreas de risco” de infestação por térmitas, formalizando os resultados obtidos na monitorização levada a cabo no verão de 2010, período no qual deveria ter arrancado a campanha. À cartografia outrora delineada acrescentaram-se assim a Freguesia de São Bento (Município de Angra do Heroísmo) e as Freguesias de São Roque e Fajã de Baixo (Município de Ponta Delgada). No entanto contemplar-se-iam apenas 16 freguesias uma vez que, o município da Calheta, ao arrastar indefinidamente o processo de formalização da parceria negociada, forçou a equipa a excluir a Freguesia da Calheta de São Jorge do Programa.

2.3. Opções estratégicas de ordem geral

2.3.1. Princípios de ação

Norteiam este Programa os seguintes princípios de ação:

1. Uma gestão de risco de qualidade implica:
 - 1.1. o envolvimento de todos os *stakeholders*;
 - 1.2. em processos comunicacionais biunívocos e equitativos;
2. A comunicação de risco, através da mediação:
 - 2.1. toma em consideração os interesses de todos os *stakeholders*;
 - 2.2. empodera os *stakeholders* construindo processos de autonomia progressiva;
3. Fomentar a confiança entre as partes implica o comprometimento das instituições públicas e dos cidadãos em processos colaborativos imprescindíveis à gestão integrada de riscos;
4. Toda a intervenção social deve ser objecto de uma avaliação de processos e resultados que permita reorientar a tomada de decisão e capitalizar os investimentos realizados.

A concretização operatória destes princípios corporiza tanto objectivos de trabalho quanto opções estratégicas de ordem geral.

Assim, os primeiros dois princípios traduzem-se na lógica de envolvimento e negociação adoptada desde sempre com os diversos parceiros e na relevância concedida à apreensão, análise e mediação das diversas perspectivas, interesses e dificuldades em presença, como elementos diagnóstico que ajudaram a priorizar necessidades, delimitar grupos-alvo, seleccionar suportes de comunicação, formatar *designs* de mensagem, bem como a optar pela negociação e estabelecimento de parcerias com todas as instâncias públicas envolvidas na gestão do problema – *Cimeiras dos T8*. A mesma óptica permitiu desnudar limitações que se revelariam inultrapassáveis nesta primeira edição do Programa de Comunicação de Risco, como

seja a da inexistência de representantes dos cidadãos, similares às associações de moradores continentais, levando a um investimento posterior no envolvimento das Juntas de Freguesia enquanto instituições mais próximas dos seus “fregueses”.

O terceiro princípio gizado representa um propósito instrumental com vista a conquistar audibilidade e a legitimar posições junto dos parceiros sociais que, de acordo com a literatura no domínio, é essencial à concretização da participação e envolvimento público dos cidadãos – um dos maiores desafios deste Programa. A necessidade deste envolvimento é sobretudo ditada por motivos pragmáticos que respeitam ao *modus operandi* desta térmita, exigindo modalidades de resistência activa e de controlo intersubjectivo entre vizinhos, instâncias de gestão regional e local, cidadãos e tecido empresarial, etc.

Finalmente, o quarto princípio assegurou racionalidade aos procedimentos de planificação e vigilância crítica ao nível da preparação, implementação e pilotagem da intervenção social, nas suas diversas vertentes. Para isso, optou-se pela elaboração de um *modelo lógico de impactos* (Rossi, Freeman & Lipsey, 1999, cit por Israel, 2007), que foca a descrição de resultados que se pretendem provocar ou promover com o programa.

2.3.2. Dispositivo analítico: do modelo lógico ao sistema de avaliação

Corroborando a clássica afirmação do relatório *Improving Risk Communication* do National Research Council (1989), quando afirma que o processo da comunicação de risco:

"can be considered successful only to the extent that it, first, improves or increases the base of accurate information that decision makers use, be they government officials, industry managers, or individual citizens, and, second, satisfies those involved that they are adequately informed within the limits of available knowledge."

e afastando-nos tanto da arrogância de certas áreas do saber que permanecem daltónicas à necessidade de avaliar a intervenção social, quanto da tirania de um racionalismo tecnicista que sacrifica as dinâmicas emergentes em função do antecipado, concebemos um modelo analítico para planear e avaliar a intervenção no âmbito deste programa de comunicação de risco sob a forma de um *modelo lógico de impactos*, cuja elaboração se revelou disciplinadora e facilitadora na identificação de indicadores de ação, em termos de resultados desejáveis a ser promovidos por actividades específicas e correlativamente apreciados na avaliação (Figura 6).

Simultaneamente, procurou-se explicitar todo o processo de regulação da concepção e produção dos dispositivos de comunicação que integram a Campanha e o Programa em geral e de avaliação de resultados, explicitando os tipos de avaliação, os critérios, indicadores, actividades previstas e realizadas e respectiva calendarização, recursos e fontes de informação, grupos-alvo que nortearam a recolha de evidências em termos de resultados e impactos, bem como o registo de mais-valias, ganhos, conquistas, limitações, problemas, dificuldades, bloqueios e anomalias processuais. Os Quadros 2, e 3 representam uma versão simplificada desse dispositivo analítico.

QUADRO 2- Sistema de avaliação mobilizado no Programa SOS Térmitas: tipos de avaliação, critérios, indicadores e atividades

TIPO DE AVALIAÇÃO	CRITÉRIOS E/OU INDICADORES	ACTIVIDADES	
DIAGNÓSTICA	Identificação: Nº de casos por Ilha que ao longo dos anos solicitaram vistorias: . à Universidade, . à Câmara; . as empresas.	Realização de levantamento e relatório	
	Controlo: - Nº casos que recorreu aos serviços das empresas de extermínio. - Nº casos que solicitou informação acerca da remoção de materiais de construção infestados (DRAmb; CM; DRHab)	Realização de levantamento e relatório	
	Reconstrução: - Nº de casos que solicitaram apoios financeiros à Secretaria Geral da Habitação ao longo dos anos	Realização de levantamento e relatório	
ACOMPANHAMENTO OU PILOTAGEM	Conformidade ao previsto	Monitorização do progresso das actividades, em termos de: - Alterações ao programa - Novas tarefas adicionadas - Tarefas não efectuadas - Alterações à calendarização - Alterações da equipa - Obstáculos a contornar	
	Pertinência de alterações	- Justificação das alterações	
	Adequação e Eficiência dos suportes comunicacionais (regulação da qualidade)	. OUTDOORS - entrevista a amostra aleatória de transeuntes para avaliação da eficiência do formato da mensagem e do local de colocação	
		. OUTDOORS - inclusão de questões nas fichas dos Esquadrões T e de registo das armadilhas entregues nas JF a amostras intencionais por critério para avaliação da eficácia da sensibilização	
		. BD - submissão a amostra estratificada por género e idade para avaliação da adequação aos propósitos	
		. BD - publicação online para submissão a amostra aleatória de utilizadores da internet para avaliação por inq. por questionário para avaliação da adequação aos propósitos	
		. BD - submissão a críticos da especialidade	
		. SPOT - submissão a amostra estratificada por género e idade a inq. por questionário para avaliação da adequação aos propósitos	
		. SPOT - inclusão de questões nas fichas dos Esquadrões T e de registo das armadilhas entregues nas JF a amostras intencionais por critério para avaliação da eficácia	
		. DIRECT MAIL - submissão a um grupo aleatório de cidadãos dos materiais para montagem de armadilha e análise das incompreensões ao nível das instruções	
. FORMAÇÃO EM CONTEXTO: feedback dos formandos sobre a ação;			
. ESQUADÕES T - reuniões de preparação da ação; feedback dos participantes; intenção de voltar a participar			
. CIMEIRAS DOS T8 - análise qualitativa das alterações e qualidade da resposta social ao problema			
. ESTRATÉGIA ACCIONADA COM OS MEDIA PARA REPERCUSSÃO SOCIAL - apreciação do poder de audibilidade de cada press release			

QUADRO 3- Sistema de avaliação mobilizado no Programa SOS Térmitas: tipos de avaliação, critérios, indicadores e actividades (conclusão.)

TIPO DE AVALIAÇÃO	CRITÉRIOS E/OU INDICADORES	ACTIVIDADES
EFICÁCIA DOS RESULTADOS	índice de participação na montagem de armadilhas: - % de pessoas que montaram e entregaram armadilhas;	análise estatística das bases de dados e cálculo de estimativas de número de térmitas por armadilha
	tipo e grau de participação na montagem de armadilhas: - nº de pessoas que não montaram armadilhas nem se mostraram interessados em vir a montar (não participação por resistência) - nº de pessoas que não entregaram armadilhas nas JF (não participação passiva) - nº de pessoas que entregaram armadilhas mas não cadastraram nas JF (participação reduzida - índice de mortalidade na participação) - nº de pessoas que entregaram armadilhas e se cadastraram nas JF / nº total de armadilhas devolvidas (participação high)	
	aumento da literacia e aquisição de competências de identificação, encaminhamento e atendimento	
		avaliação de conhecimentos e competências nos participantes em formação alteração de práticas no serviço
IMPACTOS PRODUZIDOS	Incidência (nº de novos casos)	comparação (output - input), análises comparativo-correlacionais e elaboração de relatório
	Prevalência (nº de casos que existem / população total)	

2.3.3. Equipa adstrita à Comunicação de Risco para o controlo de térmitas de madeira seca

FUNÇÃO	NOME	% TEMPO
Coordenação Científica	Ana Moura Arroz	25%
Equipa de Comunicação de Risco	Rosalina Gabriel	5%
	Paulo A.V. Borges	5%
	Rita São Marcos	90%
	Isabel Neves	15%
	Paulo Silva	50%
Formadores	Orlando Guerreiro Rita São Marcos (Bolseira)	
Consultores	Isabel Carvalho Guerra José Manuel Mendes Lia Vasconcelos Manuela Calheiros Maria Luísa Pedroso de Lima Sofia Guedes Vaz	

Parceiros do Programa de Comunicação de Risco

Institucionais

Secretaria Regional do Ambiente e do Mar

Câmara Municipal de Ponta Delgada

Junta de Freguesia de São Pedro

Junta de Freguesia de Santa Clara

Junta de Freguesia de São José

Junta de Freguesia de São Sebastião

Junta de Freguesia da Fajã de Baixo

Junta de Freguesia de São Roque

Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Junta de Freguesia de Santa Luzia

Junta de Freguesia de São Pedro

Junta de Freguesia da Conceição

Junta de Freguesia da Sé

Junta de Freguesia de São Bento

Câmara Municipal da Horta

Junta de Freguesia das Angústias

Junta de Freguesia da Matriz

Junta de Freguesia da Conceição

Câmara Municipal de Vila do Porto

Junta de Freguesia de Vila do Porto

Junta de Freguesia de Santo Espírito

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Academia da Terceira Idade

Escola Profissional

Serviço de Voluntariado

Cáritas

Unidade de Formação da Ilha Terceira

Gê-Questa – ONGA

Rota do Futuro – ONGA

Empresariais

Accional - Ações, Promoções e Representações, Lda.

BD Mania – Edição e Comercialização de Banda Desenhada

Biosani - Agricultura Biológica e Protecção Integrada, Lda.

Bizex - Projetos: Consultoria, Gestão, Execução

Dr.Kartoon - Edição e Comercialização de Banda Desenhada

Laser 2001- Suportes Publicitários

Luna Telles Ribeiro – Produção logística

LGM - Suportes Publicitários

Paulo Silva – Produção logística

Rogério Sousa – Escrita criativa e argumento

Tiago Sousa Pimentel – Ilustração

SOP – Seynave Objetos Publicitários

VivóEusébio – Coletivo de Design

Voluntários

Albino Martins Fonseca
Ana Carolina
Ana Cota
Ana Ludmila de Brito Marques
Anna Kless
António Pedro Silva Bezerra
Catarina Neves
Daniela de Fátima Sousa Ramos
Daniela Guilherme
Edmundo Manuel Lourenço Vasconcelos
Ernest Jimenez
Félix Rodrigues
Gracinda Pereira Tavares
Grimanesa Tábuas
Inês Medeiros
Joana Vanessa Ponte Maia
João Luís Silva
João Paulo Martins Borges
João Salvador
José Agostinho Bertão
José Martins
José Pedro de Almeida Vieira Borges
Judite Dores
Leandro Manuel Pereira Vieira
Lúcia Adelaide Silva Vale Botelho
Luísa Branco
Maria do Céu Rodrigues Alves Pereira
Maria do Mar Pereira
Maria Francisca
Mariana Alves
Mariana Lima
Mariana Meneses Oliveira
Marisa Maria Enes Soares
Nuno Miguel Dias Freitas Lopes
Paulina Rocha
Pedro Miguel Aguiar
Rodrigo Meneses
Rodrigo Silva Meneses
Rui Miguel Ornelas Drumonde
Sara Daniel Toste Gonçalves
Sílvia Raquel Marques Tavares
Vanessa Soraia Furtado Teixeira
Weber Fernando Ávila Alves Pereira

2.3.4. Calendarização



FIGURA 7- Calendarização geral da campanha “SOS Térmitas: Unidos na Prevenção”.

3.

A CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO DE RISCO “UNIDOS NA PREVENÇÃO”

3.1. Objectivos estratégicos

Em face do perfil de risco de complexidade induzida traçado foi adoptada a recomendação do *International Risk Governance Council* (IRGC) relativa às modalidades de gestão comunicacional a implementar, sendo acionada uma estratégia de diversificação e redundância de dispositivos – congregados num plano de acções coordenadas (Campanha) – para que o sistema de absorção do risco fosse robustecido e se aumentasse e melhorasse a capacidade de enfrentamento de todos aqueles que lhe estão sujeitos. Para facilitar o envolvimento dos cidadãos no combate às térmitas foi necessária a adopção de múltiplas abordagens, dadas as diferentes formas como os distintos segmentos populacionais se relacionam com o problema. Nesse sentido, os dispositivos que integram a Campanha suportaram-se em estratégias – *persuasão*, *mediação* e *commitment* – e técnicas comunicacionais diversificadas – *consciencialização*, *desenvolvimento de competências* e *participação* (Figura 9) – para assegurar o pleno cumprimento dos objetivos que a norteiam:

Consolidar a consciência social do risco da infestação:

- sensibilizar as populações para o problema (BD, Outdoors, Spots TV e Rádio, Arruada, *press releases*);
- promover a literacia no âmbito da detecção, controlo e extermínio da praga (Ímanes & Armadilhas, Esquadrões-T, Dia-T, Formação em Contexto);
- desenvolver competências no âmbito da detecção, controlo e extermínio da praga (Imanes & Armadilhas, Esquadrões-T, Formação em Contexto, Dia-T).

Promover a partilha de responsabilidades na gestão:

- Mediar a co-responsabilização de *stakeholders* (Cimeiras);
- Promover a confiança dos *stakeholders* na gestão dando visibilidade às responsabilidades assumidas pelo Estado (Imanes & Armadilhas, Arruada, Spots TV e Rádio, Outdoors, *press releases*);
- Co-responsabilizar os *stakeholders*, implicando-os em práticas concretas (Cimeiras, Spots TV e Rádio, Outdoors, Imanes& Armadilhas, Esquadrões-T, Formação em Contexto).

Para a prossecução do primeiro objectivo – *consolidar a consciência social do risco sensibilizando as populações para o problema* – decidiu-se recorrer aos meios de grande difusão regional, como a televisão, as rádios (concepção de Spots de Rádio e TV) e os jornais (redação de *Press Releases* e publicação de uma BD), bem como à utilização das vias públicas (afixação de *outdoors* e realização de uma arruada), para a divulgação de mensagens diferenciadas, adaptando-se aos contextos de disseminação e aos períodos de maturação da espécie. A congruência entre dispositivos foi assegurada pela complementaridade dos seus conteúdos e uniformidade da linguagem visual criada. Estes dispositivos não se destinaram, porém, à prossecução única e exclusivamente do primeiro objectivo, cumprindo-lhes também a função de simultaneamente *promover a confiança pública nas instituições* – segundo objectivo – ao dar estrategicamente visibilidade às responsabilidades assumidas pelo estado, como estímulo para a co-responsabilização dos cidadãos na adoção de comportamentos de prevenção e de controlo do problema.

Co-responsabilização essa que foi proposta através de um outro dispositivo (*direct mail*) que consistiu na oferta postal, protagonizada pelos autarcas aos seus munícipes, de armadilhas acompanhadas por ímanes com instruções de montagem, *promovendo a literacia e desenvolvendo competências no âmbito da detecção e controlo da praga*. Esta iniciativa constituiu o eixo de toda a Campanha ao demonstrar aos cidadãos a lógica participativa que o sistema de *governance* em curso pretende accionar, *implicando-os directamente em práticas concretas de gestão*. Complementarmente a este dispositivo, e para estimular a emancipação progressiva dos cidadãos na gestão do problema, confrontando-os com modelos de cidadania participativa, foram ainda testadas duas ações piloto: a primeira congregou voluntários em equipas intergeracionais que visitaram porta-a-porta os residentes das freguesias de risco de Angra do Heroísmo (Esquadrões-T); a segunda reuniu especialistas (avaliadores e comunicadores de risco) que disponibilizaram, ao longo do dia dos Açores, o seu *know-how* a todos os cidadãos interessados em ver as suas dúvidas esclarecidas (Dia-T).

Todo o processo de intervenção foi testado junto de potenciais destinatários antes de implementado e sujeito posteriormente a avaliação dos impactos produzidos, tendo sido objecto de monitorização ao longo da fase de implementação, de forma a detectar e corrigir eventuais desvios aos objectivos traçados.

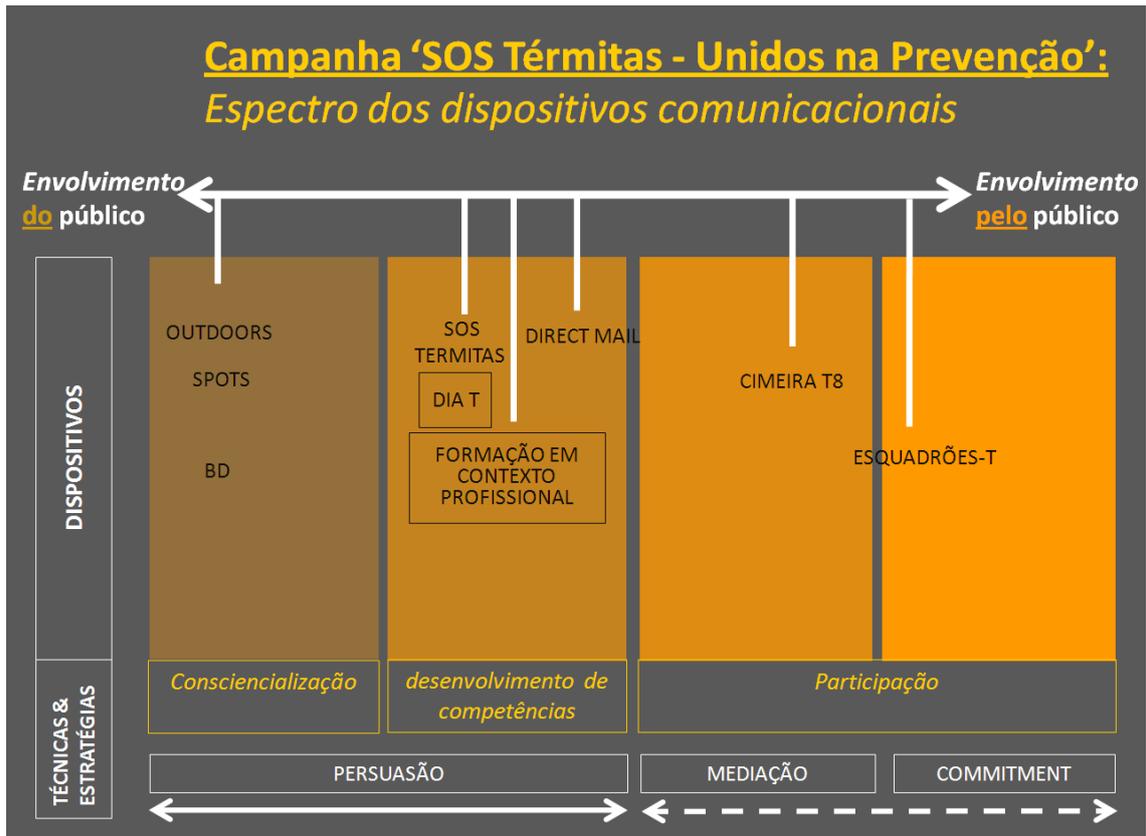


FIGURA 8- Espectro dos dispositivos comunicacionais da campanha “SOS Térmitas: Unidos na Prevenção”.

3.2. Suportes e veículos de comunicação contratualizados com a CM



FIGURA 9- Dispositivos da campanha implementados na Câmara Municipal.

3.2.1 Cimeiras



FIGURA 10- Conferência de imprensa realizada após a Cimeira dos T8.

CONCEITO: Encontro de *stakeholders* para a negociação de compromissos

OBJETIVOS: Promover a partilha de responsabilidades na gestão:

- Co-responsabilizar os *stakeholders*, implicando-os em práticas concretas;
- Mediar a co-responsabilização de *stakeholders*.

CONCEÇÃO & PRODUÇÃO:

Objetivos Operacionais da Cimeira

- Estabelecer o ponto da situação em matéria de avaliação do risco;
- Identificar os sistemas existentes de gestão do risco;
- Apresentar e discutir o Programa de Comunicação de Risco – PECTMA;
- Elaborar e negociar a Carta de Compromissos relativa ao Plano de Comunicação.

IMPLEMENTAÇÃO

Data de realização: 16 de Março de 2010

Promotores: Paulo A.V. Borges (Coordenador da Equipa de Avaliação de Risco)
Ana Moura Arroz (Coordenadora da Equipa de Comunicação de Risco)

Participantes: Director Regional do Ambiente

Representante da Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social

Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada

Representante da Câmara Municipal da Horta

Representante da Câmara Municipal de Vila do Porto

Representante da Câmara Municipal da Calheta

Membros da Equipa de Avaliação de Risco

Membros da Equipa de Comunicação de Risco

Dinâmica geral da Cimeira

A reunião decorreu conforme a ordem de trabalhos. Os promotores da iniciativa apresentaram a agenda e, em seguida, os membros das equipas de Avaliação e Comunicação do Risco foram responsáveis por estabelecer o ponto da situação relativamente às ações já empreendidas e por traçar o itinerário das acções a empreender.

Sistemas Municipais de Gestão do Risco

Um dos objectivos operacionais que norteou a realização desta iniciativa remete para a identificação das potencialidades e constrangimentos inerentes aos sistemas existentes de gestão deste risco. Neste sentido, a equipa promotora solicitou aos representantes do governo e das autarquias que se pronunciassem acerca dos modelos e estratégias que as suas administrações têm utilizado para lidar com a praga das térmitas.

De uma forma geral, o depoimento dos responsáveis camarários permitiu clarificar as debilidades dos sistemas municipais na gestão deste risco.

Os municípios da Horta, Calheta e Vila do Porto evidenciaram a inexistência de qualquer sistema camarário de enfrentamento desta questão pelo que, quando os cidadãos denunciam o problema, a ação da autarquia consiste em “fazer orçamento do caso e solicitar apoio” (representante da C.M. de Vila do Porto).

As considerações formuladas pelos representantes das Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada acentuaram os contornos que a gestão desta praga tem assumido na Região, pronunciando-se sobre a forma como o governo e os cidadãos tem lidado com a praga, sobre os constrangimentos que a autarquia tem enfrentado no controlo da infestação, bem como acerca das propostas de ação para o futuro.

Avaliação das ações governamentais

Os dois representantes municipais consideram que a actuação do governo se tem circunscrito a acções pontuais e ineficazes – apoios financeiros – que em nada têm contribuído para o controlo da infestação. Neste contexto, também tem sido “insuficiente o apoio dado às câmaras”, e “nada se tem feito em matéria de gestão dos

resíduos” (Presidente da Câmara de A.H.). O poder político manifesta-se, na perspetiva destes responsáveis, alheado do problema.

Perceção sobre a ação dos cidadãos

Consideram que os cidadãos estão provavelmente “fechados sobre o problema” uma vez que não têm solicitado a estes autarcas qualquer tipo de medida ou apoio: “ não há alarmismo e não há pedidos de apoio, mas ouve-se falar das térmitas quando se faz avaliação dos imóveis para compra e venda” (Vice-Presidente da Câmara Municipal de PDL). Reconhecem que tem existido uma estratégia privada para lidar com este risco e temem as consequências que esta lógica de ação possa acarretar a médio e longo prazo.

Constrangimentos à ação da autarquia

Uma das preocupações dos autarcas reside no facto de ainda não se conhecer a solução técnica eficaz para debelar a praga, pelo que consideram importante apoiar a Universidade em todas as iniciativas de experimentação de novas tecnologias. Outro obstáculo prende-se com a insuficiência de apoios financeiros para os proprietários dos imóveis afetados e pelo fato dos apoios existentes serem de difícil acesso, pelas condições de elegibilidade que apresentam. Consideram ainda que a falta de estruturas autárquicas é um problema que tem dificultado a gestão da praga, assim como a formação de pessoal especializado que oriente e sirva de mediador entre as instâncias estatais e os cidadãos.

Propostas de ação

Os autarcas consideram que é prioritário enfrentar o tratamento de resíduos resultantes de obras em imóveis afectados. A criação de uma rede de parceiros, que inclua o governo e associações de municípios, é fundamental e urgente. Dada a especificidade da cidade de Angra do Heroísmo – cidade património – a autarca considera indispensável vulgarizar-se a utilização de outros materiais e limitar o uso da madeira nos imóveis urbanos.

AVALIAÇÃO

Compromissos assumidos

O Programa de comunicação de risco, PECTMA, foi felicitado com grande entusiasmo pelos parceiros em presença. De tal forma que, no imediato, os representantes do governo e das autarquias quiseram assumir compromissos de financiamento das iniciativas propostas pelo Programa. Assim, o Director Regional do Ambiente assumiu o financiamento da concepção, impressão e distribuição da Banda Desenhada. O representante da Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social remeteu para

a Secretária Regional qualquer decisão relativa ao financiamento de ações no âmbito do Programa. As câmaras municipais manifestaram interesse e disponibilidade em financiarem os outdoors, os ímanes e as armadilhas, bem como a realização das Arruadas

3.2.2 Ímanes & Armadilhas

CALENDARIZAÇÃO



FIGURA 11- Armadilhas montadas em casa de moradores de Angra do Heroísmo participantes da ação *direct mail*.

CONCEITO: *direct mail* de armadilhas aos municípes residentes em áreas de risco

Distribuição gratuita, via postal, de armadilhas planificadas de modo a implicar os cidadãos em práticas concretas de controlo, que contribuam para a identificação e monitorização do problema. As armadilhas, acompanhadas por um íman onde estão impressas instruções de montagem, solicita a montagem e colocação das armadilhas e posteriormente, a entrega junto da Junta de Freguesia da sua área de residência.

Mensagem: Isto é um problema de todos nós. Sem a sua participação não é possível controlar o problema. **Urgência na actuação:** estamos em Maio, é necessário prepararmo-nos para a época do enxameamento.

OBJETIVOS: Consolidar a consciência social do risco da infestação:

- promover a literacia no âmbito da deteção, controlo e extermínio da praga;
- desenvolver competências no âmbito da deteção, controlo e extermínio da praga.

Promover a partilha de responsabilidades na gestão:

- Promover a confiança dos *stakeholders* na gestão dando visibilidade às responsabilidades assumidas pelo Estado;
- Co-responsabilizar os *stakeholders*, implicando-os em práticas concretas.

CONCEÇÃO & PRODUÇÃO

Território e amplitude de ação:

Como definido nos objetivos estratégicos do Programa de Comunicação de Risco e mais concretamente da sua primeira vertente pública, a Campanha, este dispositivo comunicacional, que constitui o eixo central de todos os outros dispositivos que a compõem, destinou-se aos residentes das 14 freguesias com maior vulnerabilidade ao risco de infestação por térmitas, sendo que, para isso foram considerados todos os fogos registados na base de dados *infomail* dos CTT (21.395 fogos) sendo que, na realidade viriam a ser distribuídos 21.657 envelopes devido a alterações aquando da implementação da intervenção ao passarem a ser contempladas novas freguesias. (Quadro 5)

Material e Formato:

- Íman Material: íman magnético para superfícies metálicas personalizado com impressão numa das faces;
Formato: 12 cm de comprimento x 5 de largura.
- Armadilha Material: Placas adesivas cromotrópica amarela criadas para a deteção e monitorização de pragas, cobertas por uma cola que repele a água, não derrete com altas temperaturas e não é tóxica. A placa adesiva encontra-se coberta com um papel parafinado e tem fácil colocação.
Formato: placas de 20 cm de comprimento x 25 cm de largura.
- Envelope: Material: papel branco para acondicionamento.
Formato: 31 x 23 cm para que fosse possível a sua expedição postal.

Para a realização deste dispositivo comunicacional, composto por três suportes: armadilhas, íman e envelope (Figura 12, 13, e 14) foi necessário realizar várias prospeções de mercado que permitissem encontrar empresas que oferecessem a

melhor oferta no que respeita à aquisição das armadilhas cromotrópicas amarelas à impressão e produção gráfica dos ímanes (22.000), bem como, à sua envelopagem, endereçamento e distribuição postal via *infomail*, em articulação com os CTT, para as quantidades envolvidas (21.395 envelopes).

Definição de conteúdos e *design* de mensagem:

Para além das prospeções de mercado, orçamentação e encomenda de material foi ainda necessário proceder à redação de um *briefing* para a definição dos conteúdos (instruções de montagem) e estratégia comunicacional a adotar na conceção gráfica e criativa do íman (pictogramas e ilustrações para as transmitir de forma clara e concisa, dado o reduzido tamanho do suporte) de forma a munir os *designers* gráficos, responsáveis pelo seu layout, de todos os elementos necessários para a concepção do *design* de mensagem.



FIGURA 12 - Armadilhas cromotrópicas amarelas (20x25) distribuído através de *infomail*.

FIGURA 13- Íman que acompanha as armadilhas no *infomail*.

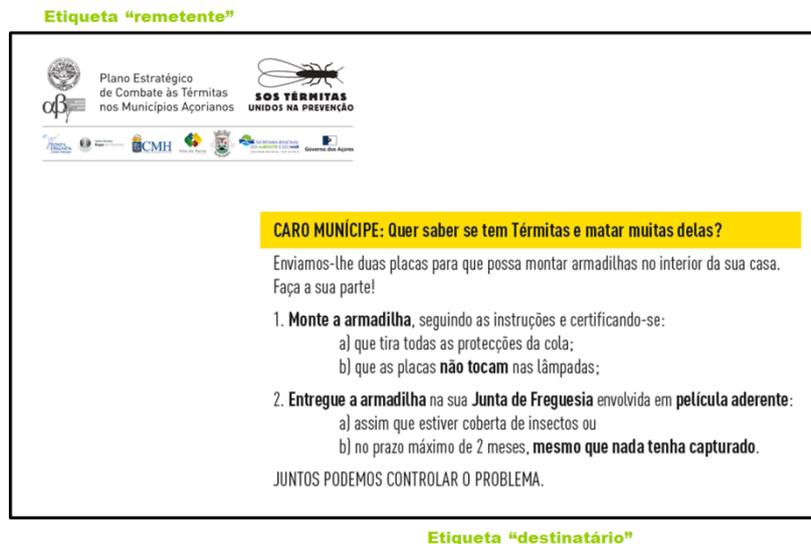


FIGURA 14- Layout do envelope distribuído por *infomail*.

Estratégia comunicacional com vista à implicação em práticas de prevenção:

A solicitação feita aos cidadãos no sentido de entregar as armadilhas na Junta de Freguesia da sua área de residência, foi uma estratégia comunicacional que a Equipa de Comunicação de Risco delineou com o objetivo de, para além de implicar pela primeira vez os cidadãos, também implicar diretamente as Juntas que, através de uma ação concreta - receção, registo da armadilha entregue e oferta de uma nova ao participante – se estreavam de forma inédita, enquanto entidade que prima pela sua privilegiada proximidade à população, na assunção de um compromisso efetivo na gestão da infestação e criando uma plataforma de interação quer com a comunidade local quer com a Universidade.

Instrumentos de apoio à operacionalização do papel das Juntas de Freguesia

Para tornar claro o papel que as Juntas de Freguesia iriam desempenhar no *directmail* foi ainda necessário conceber instrumentos de apoio, apresentações *powerpoint* (Figura 15) utilizadas em reuniões de Câmara e posteriormente disponibilizadas em formato digital via e-mail para garantir uma eficaz operacionalização deste processo e assegurar que efetivamente todos os requisitos eram cumpridos.

OS 5 PASSOS A REALIZAR PELA JUNTA DE FREGUESIA:

1. RECEPÇÃO DA ARMADILHA
envolver a armadilha c/ película aderente, caso o munícipe não o tenha feito

2. ATRIBUIÇÃO DE Nº DE REGISTO À ARMADILHA
enumerar as armadilhas, com a caneta de acetato fornecida, na parte da armadilha que não tem cola, de acordo com seguinte código:

J.F. Vila do Porto	VP_VP_0001
	VP_VP_0002
	...

* EXPLICAÇÃO DO CÓDIGO:
_VP (Vila do Porto)
_VP (Vila do Porto)
_0001 (nº de entrada da armadilha na

3. PREENCHIMENTO “FICHA DE REGISTO”
todos os campos do ficheiro Excel

4. ENTREGA DE UMA NOVA ARMADILHA AO CIDADÃO
do stock de reposição fornecido

5. DEVOLUÇÃO DAS ARMADILHAS À UNIVERSIDADE
para efeitos de contabilização e estimativa do nº de térmitas capturadas

FIGURA 15 - “O papel da Juntas de Freguesia áreas de risco”

REGULAÇÃO & PILOTAGEM

Na regulação deste dispositivo foram vários os instrumentos e estratégias adotados:

- Quanto à conceção gráfica, foi, tal como já referido anteriormente, concebido um *briefing* para o seu *design* de mensagem, documento esse que serviu de base à apreciação e sinalização de incorreções e incumprimentos dos objetivos comunicacionais aquando da discussão das propostas gráficas apresentadas nas reuniões semanais com os *designers*.
- Quanto à distribuição postal via *infomail*: Em Angra do Heroísmo - foram realizados os Esquadrões-T - rede de voluntários que prestaram auxílio aos cidadãos, visitando-os porta-a-porta ao percorrem a pé todas as freguesias, e preenchendo um inquérito por questionário intitulado “Ficha de Visita”- verificando que em inúmeras casas não haviam sido recebidas as armadilhas, o que levou, a um apuramento de responsabilidades nesta matéria, e que viriam a ser imputado aos CTT o que levou a empresa de envelopagem e endereçamento a exigir uma nova distribuição postal, para que essas lacunas fossem colmatadas.
- Quanto ao papel das Juntas de Freguesia na receção, registo das armadilhas e respetivo preenchimento da “Ficha de Registo”, foi necessária uma relação de grande proximidade, contactando todas as 16 freguesias, semanalmente, concebendo uma base de dados “Regulação Papel das Juntas”, onde se relataram todos os imprevistos e desvios aos compromissos assumidos.

IMPLEMENTAÇÃO

Adiamento do arranque da campanha para o verão de 2011

À falta de uma empresa que comercializasse armadilhas cromotrópicas amarelas na região foi necessário recorrer a uma empresa sediada no continente português, mais concretamente em Palmela, o que viria a dar origem, por questões de ordem logística, (devido a uma incapacidade de resposta da empresa em tempo útil) à encomenda directa ao seu produtor, sediado no Reino Unido. Aos tempos inicialmente estimados exclusivamente para o seu transporte para o arquipélago, adicionaram-se os tempos de produção, tempos de chegada à empresa sediada no continente e finalmente à região, o que viria a forçar a Equipa de Comunicação de Risco a adiar o arranque da campanha de Maio de 2010 (como planeado inicialmente) para Maio de 2011.

A este contratempo logístico, adicionaram-se outros de natureza variada que viriam a impor alterações ao número total de fogos inicialmente previstos para distribuição de armadilhas.

Cancelamento na Câmara Municipal de São Jorge

A Câmara Municipal da Calheta de São Jorge após ter formalmente assumido o compromisso de ser um dos municípios parceiros da campanha, quando confrontada com a necessidade da sua viabilização financeira, viria a arrastar indefinidamente o processo de formalização da parceria negociada, forçando a Equipa de Comunicação de Risco a cancelar a implementação neste município devido à completa ausência de um compromisso efectivo. Das 14 freguesias inicialmente contempladas, excluir-se-ia a freguesia da Calheta e respectivos fogos (547), passando assim, dos fogos inicialmente previstos a ser alvo de intervenção (21.395) a apenas 20.848 fogos das restantes 13 freguesias. (Quadro 4)

Alargamento nas Câmaras de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada

Mais tarde, em inícios de 2011, com a publicação do novo normativo legal, formalizaram-se os resultados obtidos na monitorização levada a cabo no verão de 2010 (ano em que a Campanha deveria ter arrancado) e onde se comprovou a presença da espécie em três novas freguesias. Uma no Município de Angra (Freguesia de São Bento) e duas em Ponta Delgada (Fajã de Baixo e São Roque) o que fez com que fosse da vontade destas duas Câmaras integrar estas três novas juntas na campanha, passando assim a ser alvo de distribuição, um total de 24752 fogos e 16 freguesias. (Quadro 4)

Suspensão do alargamento na Câmara de Ponta Delgada

Com esta alteração considerável no número de armadilhas necessárias (14.286) para cumprir os novos 3094 fogos a ser alvo de distribuição postal exigiu-se uma nova encomenda de material (armadilhas e imanes), fato que viria a condenar a implementação nas duas novas Freguesias de Ponta Delgada, a forçar a sua suspensão, e adiamento para o próximo enxameamento (verão de 2012). Fazendo assim um total de 14 freguesias alvo implementação com a distribuição efectiva de 21.657 armadilhas nesta primeira edição da campanha. (Quadro 4)

QUADRO 4- Freguesias alvo do *direct mail* - relação entre inicialmente previsto, alargamento face às alterações legislativas, suspensão por motivos de ordem logística e cancelamento por falta de compromisso financeiro.

CM	Freguesias	Nº FOGOS	Nº PLACAS (direct mail)	Nº PLACAS (reposição JF)	Nº de Rolos de película aderente	Nº marcadores de acetato
CMAH		6182	12364	4326	16	6
		5373	10746	3760		
JF	Santa Luzia	1074	2148	752	3	1
JF	São Pedro	1581	3162	1106	4	2
JF	Nossa Sra. da Conceição	1666	3332	1166	4	2
JF	Sé	1052	2104	736	3	1
JF	São Bento	809	1618	566	2	1
CMPDL		11064	22128	1813	32	14
		11064	22128	7744		
		3094	6188	8097		
		14158	28316	9911		
JF	São Pedro	4101	8202	2870	9	4
JF	Santa Clara	1312	2624	918	3	1
JF	São José	2991	5982	2094	6	3
JF	São Sebastião	2660	5320	1862	6	3
JF	Fajã de Baixo	1816	3632	1271	5	2
JF	São Roque	1278	2556	895	3	1
CMHOR		2653	5306	1854	8	3
JF	Angústias	1087	2174	760	3	1
JF	Matriz	1088	2176	760	3	1
JF	Conceição	478	956	334	2	1
CMVP		1758	3516	1230	2	2
JF	Vila do Porto	1481	2962	1036	1	1
JF	Santo Espírito	277	554	194	1	1
CMCSJ		547	1094	380		
JF	Calheta	547	1094	380		
TOTAL (implementado)		21657	43314	9603	58	25
TOTAL (inicial)		21395	42790	14968		
TOTAL (alargamento)		24751	49502	17320		
TOTAL (cancelamento)		547	1094	380		
TOTAL (suspensão)		3094	6188	8097		

AVALIAÇÃO

Para além de se destinar à mobilização de recursos humanos existentes no terreno, até agora ignorados e inexplorados no combate às térmitas, as Juntas de Freguesia e os seus funcionários passaram também, com as sinergias entretanto criadas, a ter um papel precioso no que concerne ao estudo da participação pública no controlo da infestação. Recolhendo dados sociográficos de caracterização dos cidadãos participantes através do preenchimento do inquérito por questionário inserido na “Ficha de Registo de entrega de armadilhas” tornando possível a análise do seu perfil, avaliar a percentagem de participação alcançada, a adequabilidade e a eficácia reconhecida. (Figura 16). Para além deste instrumento, foi ainda utilizada, ainda que apenas em Angra do Heroísmo e a título experimental, a “Ficha de Visita dos Esquadrões T” para aferir a intenção comportamental, quanto à montagem e entrega das armadilhas nas Juntas uma semana após a distribuição postal. (Figura 17)

AVALIAÇÃO DA INICIATIVA		
ADEQUABILIDADE Para controlar o problema das térmitas, acha que a montagem das armadilhas nas casas: 1. de pouco serve. 2. sempre faz alguma diferença 3. é essencial.	EFICÁCIA DA INICIATIVA (INTENÇÃO COMPORTAMENTAL) 1. Pensa continuar a montar armadilhas nos próximos anos, mesmo tendo de as pagar; 2- Só continuará a montar armadilhas nos próximos anos se a CM as continuar a oferecer; 3- Não pensa continuar a montar armadilhas nos próximos anos.	EFICÁCIA DA INICIATIVA (AVALIAÇÃO DA PERTINÊNCIA) Na sua opinião, a distribuição destas armadilhas pela Câmara Municipal: 1. É uma excelente iniciativa; 2. É louvável, mas apenas um pequeno passo; 3. Pode fazer diferença, se os cidadãos também fizerem a sua parte; 4. Não é mais do que a sua obrigação;

FIGURA 16- “Avaliação da Iniciativa” *direct mail* – excerto da “Ficha de Registo das Juntas de Freguesia”

Onde montou a armadilha?	Entregou a armadilha na Junta de Freguesia?	Se não entregou, porquê?
1. No sótão, com luz artificial.	1. Entregou.	porque ...
2. No sótão, luz natural.	2. Não entregou, mas pensa vir a entregar.	1. ... ainda a colocou há pouco tempo.
3. No sótão, sem luz.	3. Não entregou, nem pensa vir a entregar.	2. ... não consegue sozinho retirá-la do sítio.
4. Noutra parte da casa, com luz artificial.		3. ... não consegue ir sozinho à Junta de Freguesia entregá-la.
5. Noutra parte da casa, com luz natural.		4. ... não sabia que era para entregar na Junta de Freguesia
6. Noutra parte da casa, sem luz.		5. ... como a armadilha estava limpa, achou que não era necessário entregá-la.
		6. ... não a quer entregar.

FIGURA 17- “Avaliação da Iniciativa”: *direct mail* “excerto da Ficha de Visita” dos Esquadrões-T.

3.2.3 Outdoors

CALENDARIZAÇÃO



FIGURA 18- Outdoor #1, #2 e #3 e respectivas mensagens.

CONCEITO: Aforismos e provérbios para transmitir conceitos científicos

Objetivos

Consolidar a consciência social do risco da infestação:

- sensibilizar as populações para o problema;

Promover a partilha de responsabilidades na gestão:

- Promover a confiança dos *stakeholders* na gestão dando visibilidade às responsabilidades assumidas pelo Estado;
- Co-responsabilizar os *stakeholders*, implicando-os em práticas concretas.

CONCEÇÃO & PRODUÇÃO

Como estratégia comunicacional decidiu-se recorrer à linguagem vernacular, à lógica gramatical dos aforismos, dos adágios populares, das rimas associadas aos provérbios: frases curtas e simples de fácil memorização e repetição para que conceitos científicos de difícil compreensão e muitas vezes veiculados através do jargão técnico dos investigadores, fossem facilmente transmitidos e assimilados pela população em geral, começando lentamente a ser integrados na memória colectiva açoriana.

Num prolongamento físico no tempo e no espaço de toda a campanha, cumpriu-lhes criar expectativa em articulação com as mensagens veiculadas pelos outros suportes pautando os diferentes momentos da campanha.

Outdoor #1 – “Cabem mil numa algibeira, mas destroem a casa inteira!”

Outdoor #2 – “A térmita ganhou asa, proteja a sua casa!”

Outdoor#3 – “Com apenas 1.842 armadilhas matámos 84.008 térmitas nas ilhas!”

Material: tela impressa digitalmente em quadricromia;

Formato: 8 x 3 metros.

REGULAÇÃO

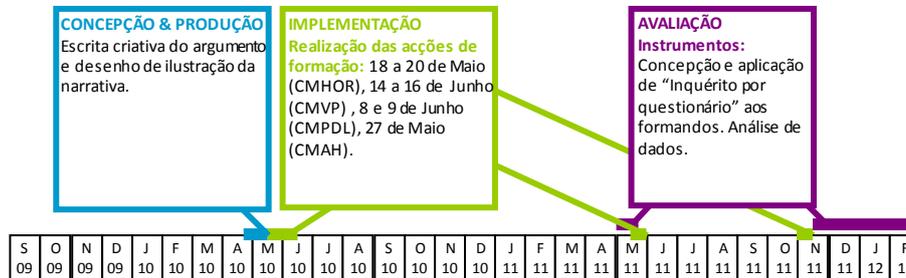
Foram realizadas reuniões semanais com os *designers* utilizando-se o *briefing* como instrumento regulador para a apreciação e sinalização de incorrecções e incumprimentos dos objetivos comunicacionais (forma/conteúdo).

IMPLEMENTAÇÃO

Este dispositivo comunicacional foi implementado em 3 dos 4 municípios parceiros da campanha, através da afixação em painéis nas vias rodoviárias de circulação mais intensa do município de Ponta Delgada (2), da cidade de Angra do Heroísmo (1) e na Horta (2).

3.2.4 Formação em Contexto

CALENDARIZAÇÃO



CONCEITO: Promovendo a eficácia comunicacional no apoio dos municípios ao cidadão

Objetivos

Consolidar a consciência social do risco da infestação:

- promover a literacia no âmbito da deteção, controlo e extermínio da praga;
- desenvolver competências no âmbito da deteção, controlo e extermínio da praga.

Promover a partilha de responsabilidades na gestão:

- Co-responsabilizar os *stakeholders*, implicando-os em práticas concretas.

CONCEÇÃO & PRODUÇÃO

A caracterização operada pelos representantes dos diferentes municípios presentes na Cimeira dos T8 das dificuldades sentidas no apoio aos cidadãos relativamente à infestação e, nomeadamente, a precária preparação dos técnicos na matéria, conduziu à organização de um sistema de formação que permitisse disponibilizar alguma informação, promovendo eficácia no apoio e uma boa articulação com as outras iniciativas da Campanha. A formação em contexto profissional constitui a modalidade mais adequada à etapa inicial da gestão comunicacional deste risco, uma vez que permitiu identificar os principais obstáculos e dificuldades sentidas no apoio ao cidadão, bem como as áreas lacunares na atual capacidade de resposta. Realizou-se,

para isso, um período de dois dias e meio por município em que uma equipa de dois formadores, um de avaliação e outro de comunicação de risco:

- disponibilizou informação relevantes no domínio da identificação da praga, das estratégias de dizimação, das modalidades de apoio disponíveis e dos procedimentos a cumprir;
- ensaiou, com os técnicos das Câmaras Municipais, a resposta a pedidos de apoio concretos, promovendo a aquisição de competências técnicas e relacionais que melhorem o atendimento a efetuar;
- procedeu à identificação dos tipos de problemas que chegam às Câmaras Municipais neste domínio e das modalidades de resposta acionadas, analisando também o circuito de comunicação interna e externa no encaminhamento das situações;

3.3.Outros suportes e veículos de comunicação que integraram a campanha não contratualizados com a Câmara Municipal

3.3.1. Esquadrões-T

CALENDARIZAÇÃO

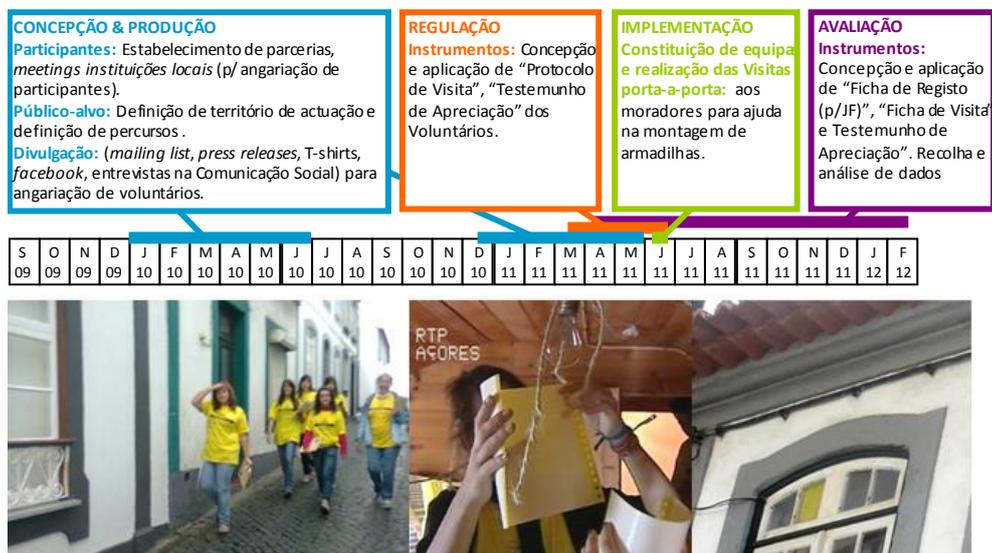


FIGURA 19- Esquadrões-T em atuação na cidade de Angra do Heroísmo.

CONCEITO: uma rede intergeracional de voluntários para atuar junto dos cidadãos

Objetivos da ação no contexto de intervenção para o combate às térmitas:

Consolidar a consciência social do risco da infestação:

- sensibilizar as populações para o problema;
- promover a literacia no âmbito da deteção, controlo e extermínio da praga;
- desenvolver competências no âmbito da deteção, controlo e extermínio da praga.

Promover a partilha de responsabilidades na gestão:

- Co-responsabilizar os *stakeholders*, implicando-os em práticas concretas.

CONCEÇÃO & PRODUÇÃO

Objetivos operacionais da iniciativa:

Com o intuito de representar simbolicamente o esforço conjunto da sociedade civil em torno da gestão do problema, foi constituída uma rede intergeracional de voluntários, à semelhança do trabalho desenvolvido por EcoBrigadas, a atuar junto dos cidadãos, visitando porta-a-porta os moradores das freguesias delimitadas como “áreas de risco” de infestação, para:

- prestar auxílio operacional na montagem, substituição e devolução das armadilhas às respectivas Juntas de Freguesia da área de residência;
- transmitir conselhos práticos e esclarecimentos que contribuam para a consolidação de práticas de prevenção e de mitigação do risco eficazes;
- contribuir para avaliar a participação dos cidadãos na montagem de armadilhas cedidas pelos municípios (*direct mail*), compreender as motivações que lhe subjazem e identificar as dificuldades que comprometeram uma maior adesão à iniciativa;
- proceder à inventariação de situações sociais problemáticas que obstaculizem um controle efetivo da infestação, por motivos de ordem financeira, demográfica, sociocultural, etc.;
- encaminhar os cidadãos para as devidas instâncias públicas e privadas, no sentido de agilizar os procedimentos de gestão da infestação.

Objetivos e princípios de ação no contexto da intergeracionalidade:

Esta ação, ao criar uma rede de voluntários reunidos em equipas compostas por jovens e seniores, pretendeu ainda, ser um veículo para a promoção da troca de recursos e aprendizagens entre diferentes gerações. Guiando-se por objetivos e princípios de ação intergeracionais:

- demonstrar benefícios mútuos para os participantes (jovens e seniores) e para a comunidade: capitalizando o tempo livre dos jovens e dos aposentados (motivados, dinâmicos e energéticos) como um recurso e um valor acrescentado no serviço à comunidade;
- impulsionar o desempenho de novos papéis sociais para ambas as gerações;
- estimular o exercício de uma cidadania ativa ao participar no controlo de um problema social e ambiental;

- encorajar a trans-geracionalidade na aprendizagem ao longo da vida;
- combater a gerontofobia;
- promover a qualidade de vida e o envelhecimento ativos;
- fortalecer os laços na comunidade;

Território e amplitude de ação:

Dada a complexidade da logística inerente ao funcionamento desta iniciativa e a grande dependência da capacidade de mobilização de cidadão anónimos, grupos informais, agentes e recursos locais (e.g. Santas Casas, Paróquias, Agrupamentos de Escuteiros), esta intervenção foi implementada a título experimental apenas em Angra do Heroísmo (Santa Luzia, São Pedro, Conceição, Sé e São Bento) em 2011, pretendendo-se que seja ampliada nos próximos anos aos restantes municípios afetados (Ponta Delgada, Horta, Vila do Porto e Calheta de São Jorge).

Mobilização de recursos - a angariação de participantes, do estabelecimento de parcerias com instituições, ao boca-a-boca digital:

Tratando-se de um total de 6184 fogos, nas cinco freguesias, estimou-se inicialmente que seriam necessários 77 participantes dos quais 69 jovens e 8 adultos. (Quadro 5)

QUADRO 5- Estimativa de participantes necessários para os Esquadrões-T.

Freguesias	Casas a visitar	Esquadrões-T	Jovens	Coordenadores
Santa Luzia	1074	3	12	
São Pedro	1581	4	18	
Conceição	1666	4	19	
Sé	1052	3	12	
São Bento	809	2	8	
Total	5373	16	69	8

Considerando cada visita com uma duração aproximada de 30 minutos por domicílio, ponderou-se um total de 5 visitas diárias por jovem, a realizar numa tarde (das 14.30h às 17.00h) ou manhã (das 9.30h às 12.00h) de acordo com a disponibilidade de cada uma das instituições parceiras. Previa-se assim, um total de 18 dias de intervenção a acontecer entre 7 de Maio e 31 de Junho. O que faria com que cada jovem contribuísse para a globalidade da intervenção com a visita de 90 fogos.

Dado o avultado número de fogos, foram necessários inúmeros contatos formais com Presidentes e Funcionários das Juntas de Freguesia, com líderes e com figuras emblemáticas da comunidade, com o objetivo de sensibilizar as instituições e grupos informais da necessidade de ajuda na cativação e angariação de participantes.

Como complemento a todos estes contatos institucionais e dada a dificuldade sentida na angariação de voluntários foi ainda criada uma página no *facebook* (Figura 23), uma *mailing list* com um anúncio digital (Figura 24) a divulgar, através de vários endereços de correio eletrónico pessoais, os contornos da iniciativa, os seus propósitos e fundamentalmente a apelar à inscrição de interessados.



FIGURA 20- Página do *facebook* dos Esquadrões-T.



FIGURA 21- Flyer digital dos Esquadrões-T.

REGULAÇÃO, PILOTAGEM E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE IMPATOS

Para apoiar a operacionalização e assegurar uma efetiva pilotagem e regulação desta iniciativa foram criados dois instrumentos:

- o “Protocolo de Visita” (Figura 25), distribuído aos participantes e apresentado oralmente nas reuniões prévias e no início de cada uma das jornadas de trabalho. Um instrumento fundamental para tornar clara a descrição das tarefas a desempenhar por cada um dos voluntários, os procedimentos a adotar nas visitas porta-a-porta, as instruções a seguir aquando da montagem de armadilhas e finalmente delimitar as funções de coordenação que competia ao voluntário sénior enquanto “Coordenador do Esquadrão”.
- os “percursos” para as jornadas de trabalho (Figura 26), sendo que cada um dos percursos foi atribuído apenas a um só Esquadrão de forma evitar sobreposições na atribuição dos mesmos e a garantir que todo o território delimitado fosse visitado. A Equipa de Comunicação de Risco teve sempre presente “no terreno” em todas as sessões de trabalho a fim de assegurar a pilotagem de todo o processo.

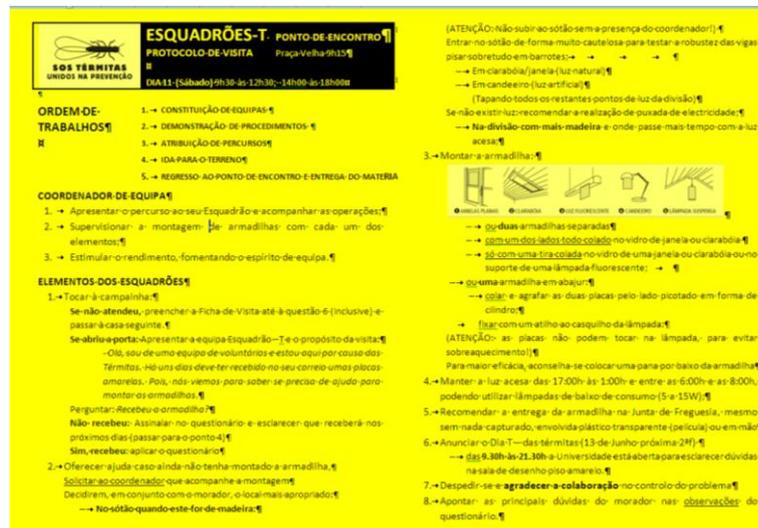


FIGURA 22- “Percurso” dos Esquadrões-T | FIGURA 23- “Protocolo de Visita” dos Esquadrões-T

A avaliação dos Esquadrões foi realizada de acordo com os dois objetivos cimeiros para os quais concorria: promover a consolidação da consciência social do risco de infestação por térmitas e contribuir para o bem-estar e qualidade de vida no envelhecimento. Para a recolha de dados foram concebidos e aplicados três instrumentos:

- Um inquérito por questionário que avaliou a ação do ponto de vista do grau de satisfação e da pertinência reconhecida pelos destinatários (Figura 25), junto de 115 angrenses que participaram na entrega das armadilhas nas suas Juntas de Freguesia e que haviam sido visitados nos seus domicílios pelo Esquadrões T. Os dados recolhidos foram sujeitos a análise de frequências.
- Um inquérito por questionário de respostas abertas administrado a todos os participantes voluntários jovens (n=30) – o “Testemunho de apreciação” (Figura

37) que visava desocultar os significados, motivações e expectativas face à participação numa intervenção de voluntariado com contornos intergeracionais, avaliar a satisfação e as mais-valias reconhecidas a esta intervenção e a sua intenção em voltar a participar, bem como propor melhorias;

3. uma entrevista “focus group” conduzido a 4 dos 5 voluntários seniores com propósitos similares à avaliação conduzida junto dos jovens, mas que pretendeu ainda aferir eventuais benefícios reconhecidos a esta ação em termos de bem-estar e qualidade de vida no envelhecimento ativo.

Os dados recolhidos no “Testemunho de apreciação” e no “focus group” foram sujeitos a análises descritivo-interpretativas categoriais com elaboração de um sistema de categorias *a posteriori* e de um mapa concetual;

ESQUADRÕES-T
Testemunho de Apreciação

1. O que o levou a participar nesta ação de voluntariado?

2. O que destaca da sua participação nesta experiência? (mais valias)

3. Que balanço faz da ação dos Esquadrões-T?

3.1 Sugestões para melhorar esta iniciativa

4. Voltaria a participar em experiências deste género?

4.1 E em outras experiências de voluntariado?

FIGURA 24- Instrumento de avaliação “Testemunho de apreciação” dos voluntários jovens participantes nos Esquadrões-T.

AVALIAÇÃO DA PERTINÊNCIA
SATISFAÇÃO COM
ACOMPANHAMENTO

Depois de ter recebido as armadilhas pelo correio, foi visitado por um jovem dos Esquadrões T que se disponibilizou para o ajudar?

1. Não, não fui visitado.

2. Sim, fui visitado mas não me serviu de grande coisa.

3. Sim, fui visitado e achei uma iniciativa interessante, embora sem grande utilidade.

4. Sim, fui visitado e achei essa iniciativa excelente.

FIGURA 25- Instrumento de avaliação da satisfação e pertinência dos Esquadrões-T, por parte dos cidadãos destinatários

IMPLEMENTAÇÃO

Constituição e funcionamento:

Dada a dificuldade sentida na sensibilização de muitas das instituições contactadas, para a necessidade de mobilização de voluntários, nomeadamente das próprias Juntas

de Freguesia alvo da intervenção, os Esquadrões-T passaram de uma iniciativa pensada inicialmente para um espaço temporal de 18 dias para apenas 3 dias de intervenção.

Os Esquadrões-T contaram com a participação de (44) jovens entre os 15 e os 21 anos e de 12 adultos com idades compreendidas entre os 26 e os 70 anos. Cada esquadrão foi composto em média por 4 a 5 jovens e um adulto, responsável pela liderança e coordenação da equipa e garantindo a articulação necessária com a equipa de Comunicação de Risco.

As jornadas de trabalho tiveram lugar durante as tardes e manhãs de fins-de-semana de modo a garantir maior disponibilidade dos residentes e, simultaneamente, a interferir o menos possível com as habituais atividades escolares e profissionais dos participantes. As visitas ocorreram, durante o mês de Junho, em três dias de intervenção: no dia 11 de Junho (das 9h30 às 12h30 e das 14h às 17h00) e durante as tardes dos dias 18 e 19 de Junho, dez dias após a receção postal das armadilhas para que aos moradores tivessem tempo para montar as armadilhas por sua livre e espontânea vontade. Num total de fogos (n=6184) a abranger foram visitados (n=1554) pelos Esquadrões-T, de acordo com a seguinte distribuição (Quadro 6):

QUADRO 6- Freguesias intervencionadas pelos Esquadrões T e respetivos dias.

Dias de Intervenção	Freguesias	Nº de Fogos	Casas Visitadas	Esquadrões-T	Jovens	Coordenadores
11 de Junho	Sé	1074	546	32	24	8
	São Pedro	1581	344	17	12	5
18 de Junho	Conceição	1666	212	14	11	3
19 de Junho	Santa Luzia	1052	270	12	8	4
	São Bento	809	182	16	11	5
Tota		6184	1554	91	66	25

Estima-se que cada visita tenha tido uma duração aproximada de 15 minutos por domicílio, perfazendo um total de 913 visitas diárias. O que faz com que cada jovem tenha contribuído para a globalidade da intervenção com a visita de 108 fogos. Em que 868 domicílios não foram visitados apenas porque os moradores não se encontravam em casa, não atendendo nem abrindo a porta aos voluntários.



FIGURA 26- Receção de boas vindas aos participantes.



FIGURA 27- Apresentação do protocolo de visita.



FIGURA 28- Exemplificação de montagem das armadilhas.



FIGURA 29- Apresentação de um dos percursos



FIGURA 30- Um dos Esquadrões-T numa jornada de trabalho.



FIGURA 31.- Um dos voluntários seniores.



FIGURA 32.- Uma das jovens voluntárias numa visita.



FIGURA 33- Armadilha montada pelos Esquadrões-T.

3.3.2. Dia-T

CALENDARIZAÇÃO

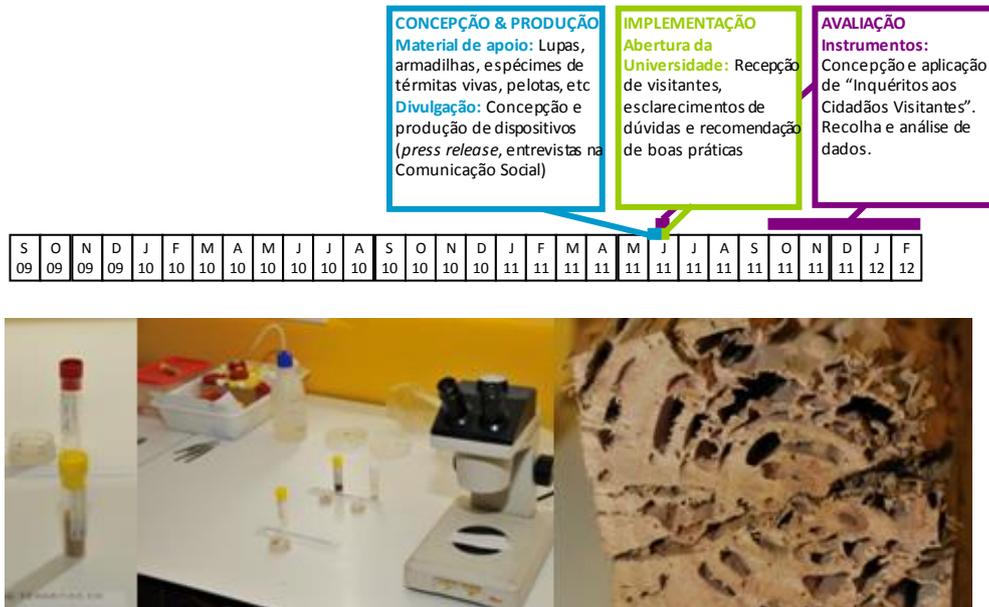


FIGURA 34-Material de apoio utilizado no Dia T.

CONCEITO: Celebrar o dia da Região Autónoma dos Açores abrindo as portas da Universidade para esclarecimento de dúvidas dos cidadãos

Objetivos

Consolidar a consciência social do risco da infestação:

- promover a literacia no âmbito da deteção, controlo e extermínio da praga;
- desenvolver competências no âmbito da deteção, controlo e extermínio da praga.

CONCEÇÃO, PRODUÇÃO & IMPLEMENTAÇÃO

No dia 13 de Junho de 2010, feriado Regional dedicado à celebração do dia dos Açores, a Equipa de Comunicação de Risco em parceria com a Equipa de Avaliação de Risco, coordenada pelo Professor Paulo Borges, realizou o seu primeiro “Dia-T”, abrindo as portas da Universidade (das 9h30 às 21h30) a todos os cidadãos residentes na Ilha

Terceira que desejassem ver as suas dúvidas esclarecidas relativamente à infestação por térmitas.

Para isso foi montada, na sala de desenho do Departamento de Ciências da Educação, uma exposição de diversos materiais (lupas, espécimes de térmitas vivas e de outros insectos vulgarmente confundidos com a *C. brevis*, armadilhas com térmitas capturadas, etc.) para que fosse oferecida a oportunidade aos cidadãos de falarem diretamente com os investigadores, exporem as suas dúvidas, de forma personalizada, podendo assistir, através de projeções de vídeo e de uma visita ao site SOS Térmitas, à recomendação de práticas de prevenção e controlo a adotar caso a caso.



FIGURA 35- Sinalética de indicação da sala no Dia-T



FIGURA 36-. Aspeto geral da sala no Dia-T



FIGURA 37 Espécimes de térmita de madeira seca



FIGURA 38- Espécimes de pelotas fecais de diferentes térmitas.



FIGURA 39- Computador para visita guiada ao SOS Térmitas.

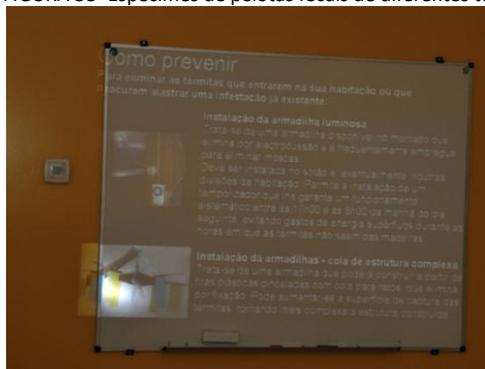


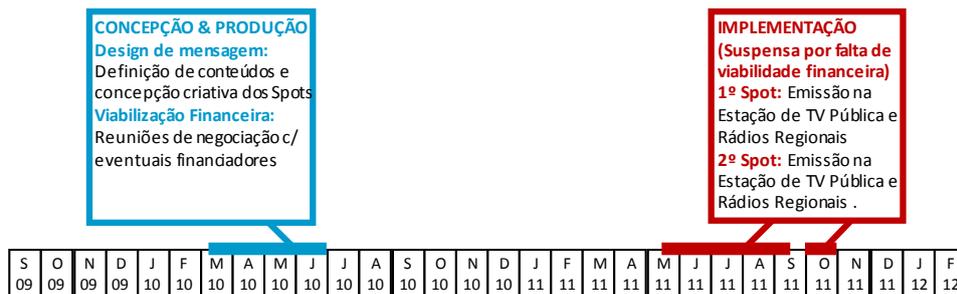
FIGURA 40- Projeção de conselhos de prevenção e de controlo.

REGULAÇÃO, PILOTAGEM E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS
Não foi realizada.

3.4.Outros suportes e veículos previstos mas não implementados

3.4.1. Spots (TV+Rádio)

CALENDARIZAÇÃO



CONCEITO: “As Térmitas só são um problema invisível se não olharmos para ele”

Objetivos

Consolidar a consciência social do risco da infestação:

- sensibilizar as populações para o problema;

Promover a partilha de responsabilidades na gestão:

- Promover a confiança dos *stakeholders* na gestão dando visibilidade às responsabilidades assumidas pelo Estado;
- Co-responsabilizar os *stakeholders*, implicando-os em práticas concretas.

CONCEÇÃO & PRODUÇÃO

Pressupostos para o desenvolvimento do conceito-base:

- mostrar que a apatia e inactividade por parte da população podem ter consequências graves;
- chamar a atenção para a existência de um problema que muitas vezes não é visível ou de percepção imediata, mas que se encontra por toda a parte;

- alertar para a necessidade de deteção, prevenção, controlo e erradicação da praga;
- informar acerca de apoios para a resolução do problema.

Proposta criativa do Spot de TV

A proposta é dividida em 2 momentos correspondentes a dois spots: o primeiro a lançar em Maio servindo de alerta e sensibilização para a gravidade do problema e o segundo a lançar em Setembro para informar sobre os apoios à disposição da população reforçando a necessidade e eficácia da cooperação de todos.

Num primeiro momento - Utilizando cenários próximos à vida diária da população açoriana, em espaços públicos e privados, pretendemos com este anúncio mostrar a presença e efeitos nefastos da ação das térmitas, em contraste com a apatia e inactividade das pessoas presentes nesses espaços. Esta inatividade resulta num crescendo dos estragos estruturais e materiais dos vários espaços, que comprometem a integridade dos mesmos e afetam a qualidade de vida dos seus ocupantes de uma forma que não pode ser ignorada.

Num segundo momento — usando os mesmos cenários para fácil reconhecimento e relação com o primeiro — a população está ativa e empenhada na resolução do problema.

Vêm-se os frutos do trabalho conjunto e da aplicação das medidas divulgadas até então, que se traduzem na recuperação dos espaços danificados presentes na primeira parte da campanha.

SINOPSES - Spot #1 - Tom geral

O tom é neutro e o ambiente pautado por cores frias e escuras.

As pessoas intervenientes caracterizam-se por uma apatia total em relação às situações graves que as rodeiam.

Os cenários que descrevermos de seguida, darão o tom “cómico-trágico” pretendido, entre o *nonsense* das situações e a gravidade da deterioração dos espaços. Pretende-se um efeito de colapso geral dos espaços, sem motivo aparente.

Caraterização dos espaços

Cenário 1: Numa casa tipicamente açoriana, uma família toma uma refeição na sala de jantar/cozinha. Enquanto comem, a mesa parte-se (como se estivesse demasiado enfraquecida pela ação das térmitas). O que está na mesa cai para o chão, mas a

família continua as suas ações como se nada se tivesse passado. Em seu redor, outros objetos sofrem danos semelhantes: prateleiras caem, o quadro fica torto, vê-se um esfregar do tecto e estuque a cair em algumas partes da parede.

Cenário 2: Numa igreja, vários bancos cedem sem que as pessoas neles sentadas ou apoiadas reajam. O confessionário, o altar e algumas traves e paredes da igreja sofrem danos semelhantes.

Cenário 3: Na sala duma escola primária, algumas mesas e cadeiras onde estão sentados os alunos quebram-se e cedem. O ponteiro da professora parte-se, o quadro sofre danos. Tal como nas outras situações, ninguém reage e todos continuam como se nada se passasse.

[Durante esta cena, uma voz-off começará a dizer o slogan da campanha:

“As térmitas só são um problema invisível se não olharmos para ele...”]

Surge por último, e na sequência do texto em voz-off, um ecrã com texto mostrando o slogan, logótipos da campanha e governo regional, morada do site e outros contactos úteis. A voz-off reiterará as informações veiculando ainda a informação “Esteja atento à sua caixa de correio e informe-se na sua Junta de Freguesia.”

Spot #2 - Tom geral

O tom é agora oposto ao do primeiro spot contrastando com cores quentes, mais vivas, tornando-se o cenário mais luminoso, alegre e enérgico com as pessoas a interagirem umas com as outras e com os espaços onde se inserem. Os cenários são os mesmos do primeiro spot, embora possam estar com algumas melhorias que os caracterizem de forma mais positiva.

Os objetos que ficaram danificados no primeiro spot são agora reconstruídos, como se o tempo voltasse para trás, num rebobinar — as peças caídas voltam aos seus lugares e as peças partidas voltam a ficar inteiras. As pessoas ajudam a tornar possível essa reconstrução, como se fosse a sua energia e dedicação que ativasse a recuperação dos objetos danificados.

Caraterização dos espaços

Cenário 1: Na casa tipicamente açoriana, reconstrói-se a mesa de jantar e a família volta a colocar os pratos, talheres, etc. As prateleiras e paredes também são reconstruídas.

Cenário 2: Na igreja, reconstruem-se os bancos, o altar, o confessionário e as paredes. As pessoas já não estão apenas sentadas, mas participam e interagem umas com as outras, dando-se ênfase ao esforço comunitário.

Cenário 3: Na escola primária, reconstroem-se bancos e cadeiras, o quadro e o ponteiro da professora. Os alunos e a professora estão atentos a esta reconstrução, sublinhando a importância de passar a informação sobre as térmitas às camadas mais jovens da população.

[Durante esta cena e a próxima, a *voz-off* fala no trabalho conjunto desenvolvido pela população, instituições públicas e governamentais, e alerta para os apoios disponíveis para rastreio e controlo da praga].

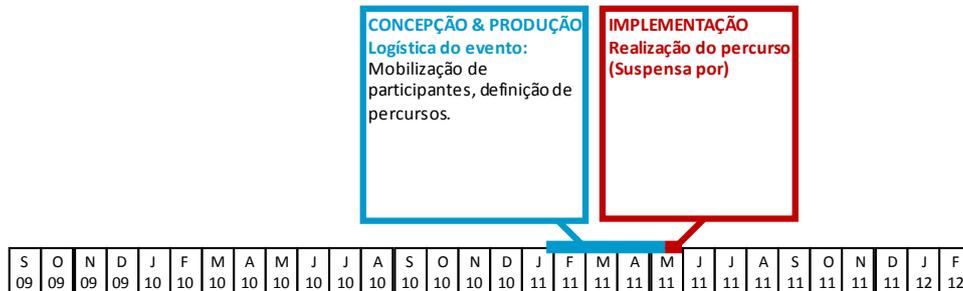
Surge por último um ecrã apenas com texto útil, logótipos da campanha e do governo regional, morada do site, e contatos úteis consoante os apoios disponíveis.

IMPLEMENTAÇÃO

Apesar dos inúmeros contatos estabelecidos com a Senhora Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (SRTSS) e o Senhor Secretário Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), com o objetivo de sensibilizar as duas instâncias do Governo Regional com competências diretas na matéria, para a necessidade de se implicarem como os municípios o fizeram, a Equipa de Comunicação de Risco viu-se forçada, em Maio de 2011, a suspender a implementação deste dispositivo de comunicação, dada a urgência da sua articulação com os restantes suportes comunicacionais entretanto assegurados e já em implementação. Apesar de todo o trabalho de orçamentação e recolha de diferentes propostas criativas junto de empresas do setor audiovisual com custos financeiros diferenciados e ajustados aos recursos necessários à sua produção e realização, não foi de todo alcançado um compromisso efetivo que permitisse a sua viabilização financeira, após mais de um ano de sucessivas diligências e de assegurado o espaço para a sua emissão na Televisão Regional (RTP Açores), sem encargos adicionais, ao abrigo da publicidade institucional de interesse público.

3.4.2. Arruada

CALENDARIZAÇÃO



CONCEITO: Ação-modelo inaugural da campanha.

Passeio público protagonizado por representantes das diferentes instituições públicas do Estado implicadas na gestão do problema (Presidentes de Câmara, Secretaria Regional do Trabalho e da Segurança Social e Secretaria Regional do Ambiente), com início nos Paços do Concelho (Câmaras Municipais), seguindo posteriormente pelas artérias da cidade mais afetadas pela infestação. Visitando porta-a-porta, diferentes domicílios, com o objetivo de, simbolicamente, confirmar a correcta receção das armadilhas previamente enviadas via postal e reforçar a importância da utilização daquele objeto, assim como, prestar auxílio na interpretação das instruções de montagem e na colocação das armadilhas. Na comitiva, estariam ainda representados, elementos da comunidade científica que se têm dedicado ao estudo da praga, empresas de comercialização de *pestkillers*, representantes da proteção civil e membros da associação de proprietários, inquilinos e cidadãos anónimos.

Mensagem: Você não está sozinho. Isto é um problema de todos nós!

Objetivos

Consolidar a consciência social do risco da infestação:

- sensibilizar as populações para o problema;

Promover a partilha de responsabilidades na gestão:

- Promover a confiança dos *stakeholders* na gestão dando visibilidade às responsabilidades assumidas pelo Estado;

IMPLEMENTAÇÃO

Das 5 Câmaras Municipais que se fizeram representar na Cimeira dos T8, apenas o município da Horta mostrou interesse na produção deste evento. No entanto, no período previsto para a sua implementação, Maio de 2011, ocorreram eleições autárquicas num cenário político marcado por forte contestação ao Governo Central e por inúmeras manifestações de desagrado por parte da população que vaiou em praça pública muitos dos seus candidatos. Entendeu-se, por isso, ser mais avisado não avançar com a sua realização, dado que a ação de rua projetada para reforço da confiança pública poderia produzir um efeito exactamente antagónico e contraproducente para o objetivo gizado.

3.4.3. BD

CALENDARIZAÇÃO

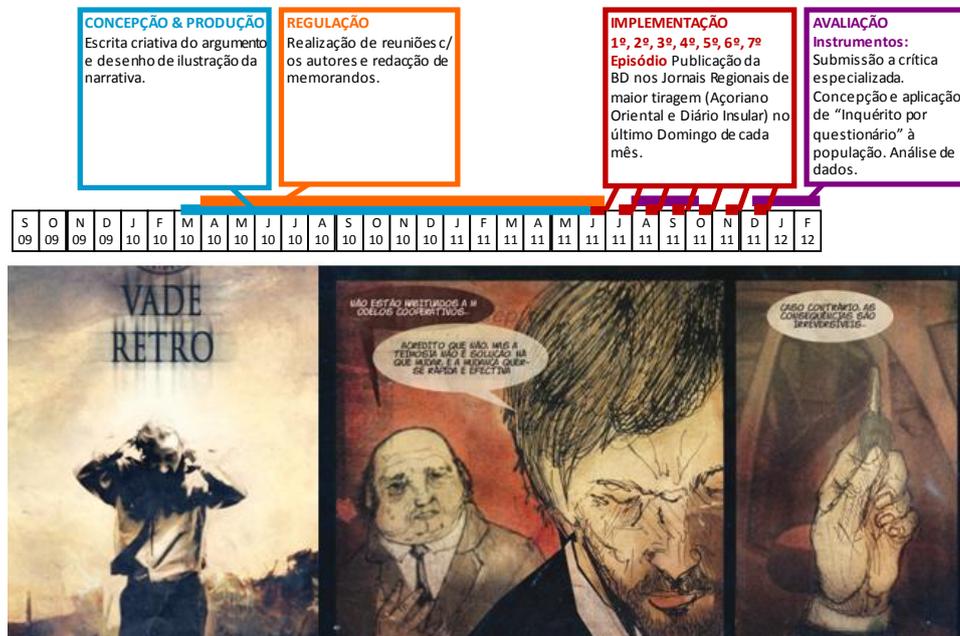


FIGURA 41- Capa e pequeno excerto da Banda Desenhada “Vá de Retro”

CONCEITO: Narrativa apocalíptica de uma invasão e colonização de Térmitas

Objetivos

Consolidar a consciência social do risco da infestação:

- sensibilizar as populações para o problema;

CONCEÇÃO & PRODUÇÃO

Conceção de uma Banda Desenhada original que contempla sete episódios a publicar junto dos suplementos de fim-de-semana nos Jornais Regionais de maior tiragem, Açoriano Oriental e Diário Insular, no último fim-de-semana de cada mês ao longo de toda a Campanha. Por forma a estimular a leitura de fim-de-semana, mais demorada e normalmente feita em família. Recorrendo a uma abordagem ficcional e hiper-realista, no exagero das características formais e ecológicas da espécie, uma descrição pessimista, catastrófica e apocalíptica de uma invasão em massa de insectos terríficos, onde a humanidade se encontra subjugada a uma espécie com alto poder

destrutivo. Um cenário distópico, criado como um aviso, com uma base moral de alerta que explora as consequências da falta de ação humana.

REGULAÇÃO & PILOTAGEM

Para a sua regulação foram adotadas quatro abordagens:

- Redação de um *briefing* com definição de conceito editorial, objetivos comunicacionais de sensibilização ao risco como documento base disponibilizado aos autores para a conceção do argumento e das ilustrações.
- Realização de reuniões de acompanhamento com os autores, com uma periodicidade quinzenal, onde foi feita uma apreciação global e apontadas incorrecções e/ou incumprimentos (face ao *briefing* apresentado) ficando sinalizados em *memorando* (quer do ponto de vista da narrativa quer do ponto de vista da ilustração) para que os autores pudessem repensar o trabalho desenvolvido e proceder a alterações.
- Submissão à apreciação crítica especializada de duas personalidades de reconhecido mérito e idoneidade no seio artístico e editorial Português, João Miguel Lameiras e Gonçalo Freitas. Ambos com vasta experiência no campo editorial e comercial, sendo o primeiro sócio gerente da Dr. Kartoos (Coimbra) e o segundo colaborador da VitaminaBD e da BDMania (Lisboa).

Devo dizer que a história está bem construída, com um clima de tensão criado de forma eficaz. Tenho dúvidas se, tratando-se de uma campanha de sensibilização destinada a uma praga concreta, o tom metafórico da narrativa, com uma ameaça natural cuja origem nunca é explicada ao leitor, seja a forma mais eficaz de fazer essa sensibilização. Se calhar, além da BD, o livro deveria trazer algumas páginas de informação sobre o problema concreto que motivou esta campanha. De qualquer modo, o livro é coerente no tom simbólico, em que as personagens vítimas desta estranha ameaça natural, nem sequer têm nomes (nesse aspecto, lembrou-me o Ensaio sobre a Cegueira, do Saramago). Em termos gráficos, a coisa também funciona bem, com o desenhador a defender-se bem, recorrendo à fotografia e ao computador para disfarçar as limitações do seu traço. As cores dominantes são bem escolhidas e também ajudam à criação do clima de tensão. Não me parece é que a maneira como as explosões são representadas funcione bem, mas isso é um pormenor menor (tal como o símbolo/assinatura que aparece em cada página e que, em alguns casos, está em cima dos textos, dificultando a sua leitura). No geral, parece-me um projeto bastante bem feito, com qualidade profissional, mesmo que a história, bastante simples, se contasse facilmente em menos páginas e com diálogos menos palavrosos que, no caso das páginas 16 e 17, só ganhavam em terem sido distribuídos por um número maior de páginas. O mesmo em relação ao monólogo do narrador, que por vezes é redundante em relação ao que as imagens mostram.

João Miguel Lameiras

“Vá de Retro”

Após leitura da obra “Vade Retro” de Rogério Sousa e Tiago Pimentel, venho por este meio dar o meu parecer sobre a mesma.

Antes de mais, gostaria de me posicionar como um apreciador/coleccionador de Banda Desenhada e não como um crítico. A minha experiência profissional nesta área tem sido essencialmente nas áreas comercial e editorial nas editoras VitaminaBD e BdMania.

Acima de tudo, gosto de ler boa banda desenhada e consequentemente aconselhá-la a outros para que possam ter o prazer de desfrutar deste meio, que muitas vezes é encarado como menor.

Gostava de salientar que a minha leitura do livro foi feita através de um ficheiro digital e que li o mesmo no meu computador, que não tenho qualquer conhecimento sobre a praga descrita e que estou de férias e sem acesso a nenhum material de suporte para melhor me informar sobre a mesma.

Achei a história bastante interessante tanto no aspecto gráfico, como no narrativo.

O uso de fotografias tratadas joga muito bem com o desenho e com a paleta de cores usada. Regra geral, não sou grande apreciador desta técnica. Mas no caso parece-me bastante bem.

Achei a história aterradora e remeteu-me para universos como os descritos por H.P. Lovecraft nos seus contos de terror, assim como para os filmes de informação pública produzidos pelo governo inglês na década de 70 (que eram igualmente aterradores).

Faço só uma chamada de atenção para o uso excessivo dos graus de parentesco entre as personagens na ilha. Aquelas personagens devem ter nome próprio depois de introduzidas.

Sendo que a obra serve para alertar os leitores sobre a praga das térmitas, devia existir também uma parte mais técnica/descritiva da mesma (talvez uma introdução?). Embora tenha gostado imenso da história fiquei sem saber grande coisa sobre as térmitas.

Espero de algum modo ter sido útil e quero desde já dar os meus parabéns a todos os envolvidos neste projeto. É sempre bom ver Banda Desenhada desta qualidade feita por portugueses.

Gonçalo Freitas

- Administração de inquérito por questionário a 100 cidadãos residentes nos Açores, em que foram avaliados os indicadores que constam do modelo de análise elaborado para o efeito (Quadro 7).

QUADRO 7- Modelo analítico da BD.

DIMENSÃO	SUB-DIMENSÕES		INDICADOR
Caracterização Sociográfica	Leitor		Sexo
			Idade
			Habilitações literárias
			Profissão
			Cidade em que vive
Perfil do consumidor	Hábitos de leitura de BD		Intensidade do gosto
			Frequência
			Preferências
Perfil do produto	Genérico		Projetivo
	Atributos		Sensitivos
			Estéticos
			Intelectivos
Avaliação da qualidade	Atratividade	Juízo de gosto	Argumento
			Desenho
	Originalidade	Inovação	BD/Suporte
			Argumento
			Previsibilidade da narrativa
			Ação
			Desfecho
	Motivação para a leitura	Intenções comportamentais	Motivo
			Leria ou saltaria a BD?
	Motivação para a compra	Intenções comportamentais	Intenção de compra, após leitura num jornal de um café
Motivo			
	Efeitos		Mais-valias
Eficácia da mensagem	Problema		Identificação
	Estratégias de enfrentamento		Identificação
			Avaliação
			Conclusão
Eficiência	Consumo do suporte		

QUADRO 8- Caracterização da amostra inquirida para regulação da BD.

Variáveis	Modalidades	n	%
Sexo	Masculino	46	46,0
	Feminino	54	54,0
Escalões Etários	12-18 anos	26	26,0
	19-30 anos	40	40,0
	31-65 anos	33	33,0
	≥ 65 anos	1	1,0
Habilitações literárias	2º Ciclo EB	7	7,0
	3º Ciclo EB	23	23,0
	Ensino Secundário	41	41,0
	Bacharelato	3	3,0
	Licenciatura	25	25,0
	Mestrado	1	1,0
Residência	Angra do Heroísmo	81	81,0
	Praia da Vitória	15	15,0
	Ponta Delgada	4	4,0
Perfil de leitor de BD	Leitor habitual	5	5,0
	Leitor esporádico	49	49,0
	Leitor de circunstância	33	33,0
	Nunca leu	13	13,0
Relevância da BD nos hábitos de leitura	Amante	6	6,0
	Gosta	29	29,0
	Aprecia mas não é o seu estilo preferido	42	42,0
	Não gosta	20	20,0
	Detesta	2	2,0

Em termos etários os inquiridos apresentam uma idade média de 27 anos, concentrando-se nos escalões de 19 a 30 anos e de 31 a 65 anos, e a maioria são do sexo feminino (54%). Prevaecem os detentores das habilitações literárias ao nível do Ensino Secundário, embora cerca de um quarto se situe ao nível da Licenciatura e outro tanto do 3º Ciclo.

Grande parte dos inquiridos que compõem a amostra à qual foi submetida a *Vade Retro* caracterizam-se, em termos de hábitos de leitura de Banda Desenhada, por não serem consumidores frequentes deste tipo de publicações, 5 em cada 10, reconhecem mesmo que, apesar de as apreciarem, não constituem *o seu estilo de leitura preferido*, e 3 em cada 10 dos inquiridos afirma ter, até ao momento, apenas lido *uma ou duas histórias*. O que nos leva a concluir que a apreciação resultante deste estudo permitirá, com elevado grau de fiabilidade, aferir a eficácia deste dispositivo aos seus propósitos comunicacionais de sensibilização ao risco, junto do um público alargado e pouco familiarizado com este tipo de linguagem.

A esta caracterização resultante da frequência e intensidade do gosto podemos ainda acrescentar que, no âmbito da Banda Desenhada, as preferências de leitura recaem sobre publicações infanto-juvenis como as histórias da *Walt Disney* em geral e do *Tio*

as características dominantes percebidas na estratégia de acção mobilizada na história. Daí que o perfil traçado por estas associações constitua um indicador de fiabilidade do dispositivo aos seus propósitos iniciais.

Ainda para caracterizar o perfil dominante deste produto, mas de uma forma mais dirigida, recorreu-se a uma escala de diferencial semântico com cinco pontos para avaliar o dispositivo num conjunto de atributos antagónicos de natureza sensorial, estética e intelectual (Figura 43). De acordo com as avaliações realizadas, a Banda Desenhada é, em média, perspectivada como *stressante*, *dramática*, *violenta*, *surreal*, *estranha* e *sentimental*, ainda que nenhum destes atributos seja extremado. Reconhecem-lhe ainda um cunho manifesto pedagógico que vem reforçar a pertinência reconhecida a esta medida de intervenção comunicacional. Os restantes atributos, como a beleza ou o idealismo da mensagem, não caracterizam o dispositivo, a afiançar pela posição que as avaliações ocupam, em média, na latitude de não compromisso do sujeito.

	-2	-1	0	1	2	
Relaxante						Stressante
Cómico						Dramático
Pacífica						Violenta
Racional						Sentimental
Realista						Idealista
Real						Surreal
Comum						Estranha
Bonita						Feia
Pedagógica						Anti-Pedagógica

FIGURA 44- Caracterização da Banda Desenhada de acordo com um conjunto de atributos pré-definido, recorrendo a uma escala de diferencial semântico

A Banda Desenhada colheu, por outro lado, bons resultados no que respeita à avaliação da qualidade do desenho e da história já que a maioria dos inquiridos *gostou* do desenho da *Vade Retro*, (Figuras 45 e 46) considerando-o atrativo pela sua *originalidade* (52,0%). Não tão expressivos, embora também satisfatórios, são os resultados relativamente ao argumento já que 4 em cada 10 dos inquiridos afirmou ter *gostado*, apesar de já não atribuírem o mesmo grau de inovação reconhecido às ilustrações, pendendo a avaliação da história para uma *originalidade* mais moderada (Figuras 47 e 48). O que poderá ser compreendido pelo facto de, apesar de 6 em cada 10 leitores ficar satisfeito com o desfecho, encarando-o como *pertinente* (45%), embora lhe tenham atribuído alguma previsibilidade, não ficando propriamente muito *surpreendidos* (12%) com o seu final (Figura 50). No entanto é de ressaltar que apesar de uma certa desilusão face às expectativas criadas, uma vez que reconhecem que a narrativa cativou a sua atenção ao longo dos diferentes momentos a que compõem

(Figura 49) tendo vontade de saber o que iria acontecer a seguir (64%), talvez apenas sinalize a necessidade de rever o final para que se torne mais coerente com o desenrolar da história. O indicador mais importante para garantir a eficácia comunicativa do dispositivo - o *suspense* que é capaz de suscitar no leitor – já se encontra assegurado uma vez que este se destina à publicação por episódios separados no tempo dependendo fortemente da capacidade de atrair o leitor para a edição do fim-de-semana seguinte.

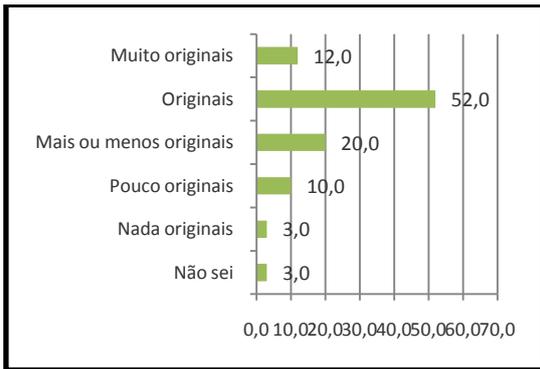


FIGURA 45- Avaliação da qualidade dos desenhos quanto à originalidade e inovação.

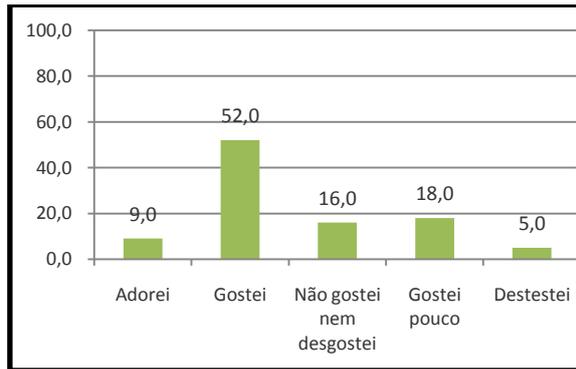


FIGURA 46- Avaliação da qualidade através de juízo de gosto, quanto à atratividade dos desenhos.

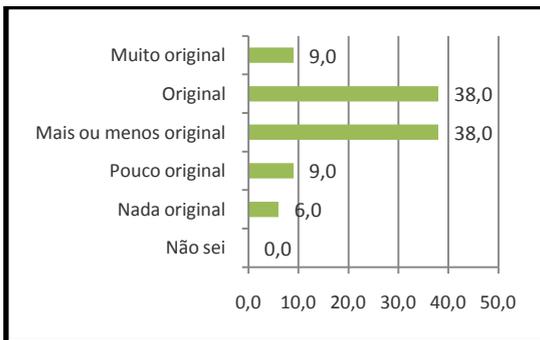


FIGURA 47- Avaliação da qualidade da história quanto à originalidade e inovação.

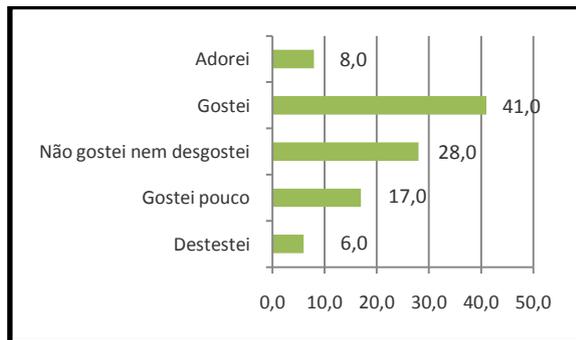


FIGURA 48- Avaliação da qualidade através de juízo de gosto, quanto à atratividade da história.

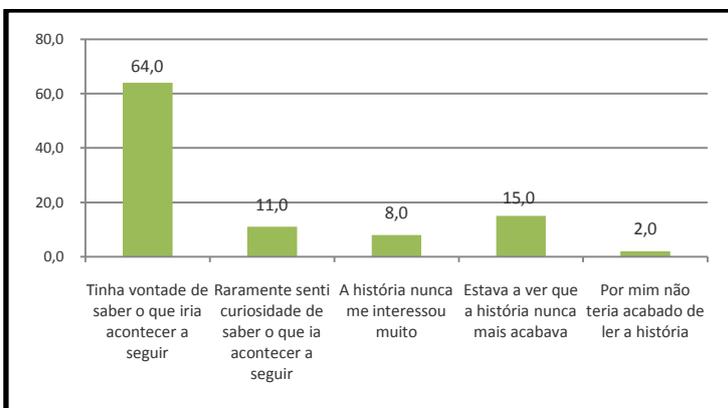


FIGURA 49- Avaliação da qualidade da história quanto à previsibilidade da narrativa.

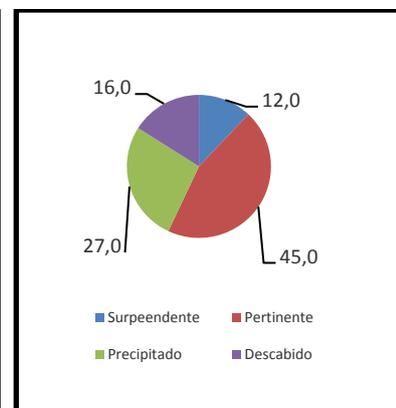


FIGURA 50- Avaliação da originalidade do desfecho da história.

Também bastante satisfatórios são os resultados relativamente à intenção comportamental de leitura da BD caso acidentalmente os leitores se deparassem com a BD num café, ou na sala de espera de um qualquer consultório, por exemplo, uma vez que, grande parte dos inquiridos afirma que sim *lia as páginas* (40%) e *lhes passava os olhos* (41%) quer pela *surpresa* suscitada, quer pela qualidade dos *desenhos* e da *história* (Figura 51). Embora considerem na sua grande maioria que *não comprariam o jornal* (62%) onde ela se encontra-se integrada. Esta postura quanto à *willingness to pay* (Figura 53) é facilmente explicável dado que o perfil de leitor maioritariamente representado na amostra *aprecia* BD mas prefere outros géneros de leitura. Corroborando a *pertinência* e *adequabilidade* da estratégia a accionar aquando da implementação do dispositivo (em formato encarte nos jornais regionais de maior tiragem) ao contrário da tradicional publicação em formato livro (a adquirir mediante compra) que não permitiria abranger um grande número de destinatários.

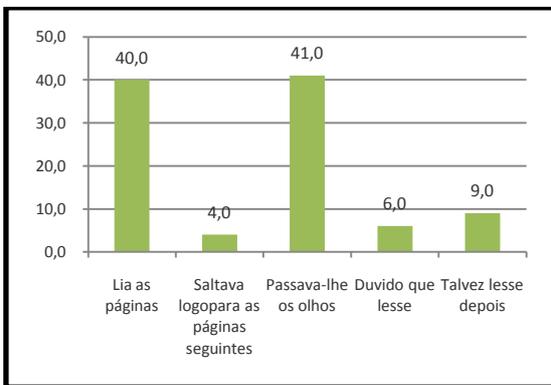


FIGURA 51- Intenção comportamental de leitura.

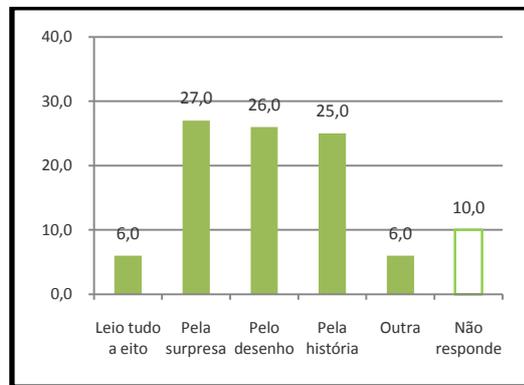


FIGURA 52- Motivações para a leitura.

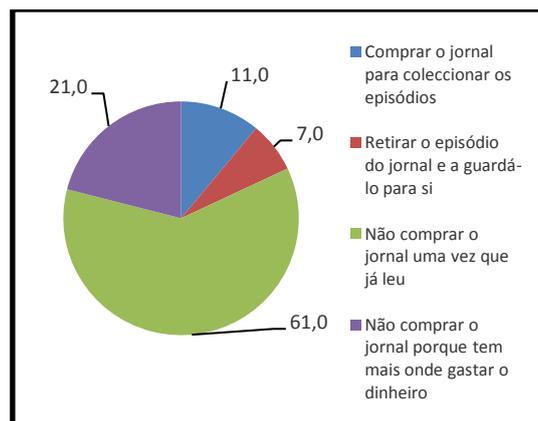


FIGURA 53- Avaliação da qualidade da BD – *willingness to pay*.

Para avaliar a *pertinência* reconhecida pelos inquiridos no que respeita aos seus propósitos de sensibilização ao risco, recorreu-se novamente a um contínuo bipolar de diferencial semântico com um conjunto de seis adjetivos antagónicos, para aferir as perspetivas dos destinatários quanto à sua integração na campanha SOS Térmitas: Unidos na Prevenção. O que permitiu constatar que esta foi considerada *pertinente*,

útil, original, bem como adequada, eficaz e acessível, reforçando a adequabilidade dos objetivos e estratégias adotadas nesta medida de intervenção comunicacional.

	-2	-1	0	1	2	
Não pertinente						Pertinente
Inútil						Útil
Corriqueira						Original
Inadequada						Adequada
Ineficaz						Eficaz
Complicada						Acessível

FIGURA 54- Opinião sobre o enquadramento da BD numa Campanha de sensibilização ao risco de infestação por térmitas.

IMPLEMENTAÇÃO

Apesar dos inúmeros contactos estabelecidos com Senhor Secretário Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), alertando para a necessidade de fazer cumprir a responsabilidade assumida pelo então Diretor Regional do Ambiente aquando da Cimeira dos T8 de negociar a publicação deste dispositivo nos Órgãos de Comunicação Social indicados – Diário Insular e Açoriano Oriental – a Equipa de Comunicação de Risco viu-se forçada a suspender a implementação deste dispositivo de comunicação em Maio de 2011, na ausência da viabilização da sua publicação por parte da Direcção Regional do Ambiente. Contudo, todo o trabalho de conceção editorial, argumento e ilustração já se encontra concluído e pronto para ser publicado na imprensa regional.

3.5. Outros suportes de apoio à divulgação da campanha

3.5.1. Press releases

Ao longo do período de negociação e de implementação da Campanha (Março de 2010 a Novembro de 2011) revelou-se absolutamente imprescindível a redação de notas de imprensa para munir os Órgãos de Comunicação Social de informação (textual e imagética) que permitisse assegurar a sua devida repercussão mediática. Nesse sentido foram redigidas ao todo cinco *press releases* divulgando os objetivos do projeto, públicos-alvo a que se destinava e parceiros envolvidos. Cada uma delas cumpriu objetivos comunicacionais específicos de acordo com as diferentes fases que a compuseram.

A primeira para divulgar o momento da negociação financeira aquando da realização da Cimeira dos T8 (Março de 2010). A segunda preparada para o arranque oficial da campanha anunciando o início da distribuição postal das armadilhas e a afixação do primeiro outdoor “Cabem mil numa algibeira mas destroem a casa inteira” (Maio de 2011). A terceira para alertar para o período do enxameamento aquando da afixação da mensagem do segundo outdoor “A térmita ganhou asa, proteja a sua casa” e reforçando a necessidade da montagem das armadilhas previamente distribuídas (Junho de 2011). A quarta apelando para a entrega das armadilhas nas Juntas de freguesia anunciando o prazo limite em que deveria ser feito (Agosto de 2011). A quinta e última *press release* com o objetivo de assinalar o encerramento da campanha e divulgar os resultados obtidos ao nível da participação pública e número de térmitas capturadas complementando a afixação do terceiro e último outdoor “Com apenas 1842 armadilhas matámos 84.000 térmitas” (Outubro de 2011).

PRESS RELEASES - 5

Equipa de Comunicação de Risco, SOS Térmitas – Unidos na Prevenção. (2010). Cimeira dos T8: Negociação de mega campanha de sensibilização no combate às térmitas nos Açores. [Press release]. Angra do Heroísmo, Portugal: Autor.

“Cimeira dos T8”: Negociação de mega Campanha de sensibilização no Combate às Térmitas nos Açores

A próxima segunda-feira, 15 de Março, pelas 14.30 horas, marca um ponto de viragem no combate às Térmitas na Região. Investigadores e decisores políticos encontram-se reunidos na Universidade dos Açores, no Pólo da Terra Chã, para negociar a implementação da primeira campanha à escala regional. Neste encontro estarão presentes a Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, Dr.ª Ana Paula Marques, o Diretor Regional do Ambiente, Dr. Frederico Cardigos, a Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo e representantes das Câmaras Municipais de Ponta Delgada, da Horta, da Calheta de São Jorge e de Vila do Porto. O convite partiu de um grupo interdisciplinar de investigadores que se uniu para criar um Plano Estratégico de Combate às Térmitas nos Municípios Açorianos (PECTMA), que combina de forma integrada o conhecimento científico produzido no

âmbito dos vários projetos de avaliação do risco com a perceção social da infestação, culminando numa proposta inédita: a conceção de um Programa de Comunicação de Risco. Várias ações coordenadas foram pensadas desdobrando-se em diversas frentes, mas sempre com um mesmo princípio comum: o envolvimento de toda a sociedade civil, sem o qual nunca se poderá fazer face a este flagelo. Com o mote “A união faz a força!”, construir uma aliança estratégica entre investigadores e decisores é fundamental para pôr em curso a maior campanha de comunicação pública já acionada nos Açores. O alcance e sucesso desta campanha dependerá da capacidade de mobilização conquistada neste encontro e das responsabilidades concretas assumidas por cada um dos parceiros envolvidos.

Equipa de Comunicação de Risco, SOS Térmitas – Unidos na Prevenção. (2011). SOS Térmitas – Unidos na Prevenção: arranque de campanha de sensibilização. [Press release]. Angra do Heroísmo, Portugal: Autor.

“SOS Térmitas – Unidos na Prevenção”: ARRANQUE DE CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO

Com o mote “Cabem mil numa algibeira, mas destroem a casa inteira”, arranca na próxima segunda-feira, dia 23 de Maio, a primeira campanha de informação pública para o combate às Térmitas na Região. Esta iniciativa nasceu dos compromissos assumidos aquando da Cimeira dos T8 (12.03.10) convocada pela Equipa de Comunicação de Risco da Universidade dos Açores que, sob a coordenação da Doutora Ana Moura Arroz, reuniu à mesma mesa peritos e decisores de diferentes instâncias do Governo Regional e Municípios das zonas infestadas, permitindo construir uma aliança estratégica entre investigadores e decisores políticos. Desta aliança resultou a viabilização de uma campanha de informação pública que irá sensibilizar os cidadãos para a praga urbana mais preocupante actualmente na Região. Com o esforço empreendido pelos municípios afectados, pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e pela Universidade dos Açores, inicia-se hoje a distribuição postal de armadilhas oferecidas a todos os moradores das freguesias infestadas. Com este gesto os autarcas pretendem mostrar aos seus munícipes como é que, através de uma ação tão simples como a de montar uma armadilha e devolvê-la na respetiva Junta de Freguesia, se pode participar de forma muito eficaz para controlar o problema. Uma vez que sem a colaboração de todos nunca poderemos fazer face a este flagelo, o princípio subjacente a toda a campanha é: “Sendo um problema de todos nós, todos temos de fazer a nossa parte!” Esta Campanha, que ocorrerá de Maio a Outubro, será implementada em cinco municípios: Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Horta e Vila do Porto, em todas as freguesias delimitadas como áreas de risco pelo atual enquadramento legal. Para além da oferta de armadilhas, a Campanha integra outras ações de comunicação de risco, como Outdoors, Esquadrões T, uma Banda Desenhada e ações de formação na área do atendimento público que visam consolidar o apoio à população.

Equipa de Comunicação de Risco, SOS Térmitas – Unidos na Prevenção. (2011). A térmita ganhou asa, proteja a sua casa: Voluntários percorrem Angra para auxiliar a população. [Press release]. Angra do Heroísmo, Portugal: Autor.

“A Térmita ganhou asa, Proteja a sua casa” VOLUNTÁRIOS PERCORREM ANGRA PARA AUXILIAR POPULAÇÃO. No âmbito da Campanha “SOS Térmitas – Unidos na Prevenção

Com o mote “A Térmita ganhou asa, proteja a sua casa!” arranca este sábado dia 11 de Junho uma iniciativa de voluntariado intitulada “Esquadrões-T” cujo objetivo primordial é prestar auxílio à população residente nas freguesias de Angra do Heroísmo delimitadas como áreas de risco de infestação por Térmitas. Esta iniciativa surge integrada na primeira campanha de informação pública para o combate às Térmitas na Região “SOS Térmitas: Unidos na Prevenção”. E realizar-se-á também no fim-de-semana de 18 e 19 de Junho. A rede de voluntários Esquadrões-T irá visitar porta-a-porta domicílios das freguesias de São Pedro, Santa Luzia, Sé, São Bento e Conceição, que receberam, via postal, as armadilhas que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo ofereceu aos seus munícipes para lhes mostrar como é que, através de uma ação tão simples como a de montar uma armadilha, se pode participar de forma muito eficaz para controlar o problema. Os voluntários irão ajudar os moradores na montagem de armadilhas nas suas casas, dar conselhos práticos de prevenção e de controlo e sinalizar situações sociais problemáticas (financeira, demográfica, sociocultural, etc.).

Uma vez que, sem a colaboração de todos nunca poderemos fazer face a este flagelo, e que o princípio subjacente a toda a campanha é: “Sendo um problema de todos nós, todos temos de fazer a nossa parte!” os Esquadrões-T representam simbolicamente o empenho da sociedade civil no controlo da infestação. Esta ação de voluntariado foi possível graças à colaboração da Associação Rota do Futuro, da Academia da Terceira Idade e do Serviço de Voluntariado da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, bem como da Unidade de Formação da Cáritas da Ilha Terceira que desempenharam, a par de cidadãos anónimos, um papel crucial na angariação de participantes. Este projeto contou ainda com o apoio financeiro de várias empresas que tornaram possível a impressão de T-shirts para a identificação dos voluntários, demonstrando, desde logo, interesse em se associar ao projeto, por acreditarem ser imprescindível todos estarmos estar alerta para esta questão e dando um exemplo de responsabilidade social no setor privado empresarial. Para além disto no dia 13 de Junho, dia dos Açores, a Universidade celebrará o seu primeiro Dia –T (de térmitas), estando aberta das 9.30h às 21.30h a todos os terceirenses que desejem ver as suas dúvidas esclarecidas. Quem se deslocar à sala de desenho do Departamento de Ciências da Educação terá a oportunidade de assistir à demonstração de práticas de prevenção e de controlo, de ver térmitas vivas alojadas em pedaços de madeira infestados, entre outros indícios que permitem estar alerta.

Equipa de Comunicação de Risco, SOS Térmitas – Unidos na Prevenção. (2011).
Entregue já as armadilhas para contarmos quantas térmitas juntos capturámos nas ilhas. [Press release]. Angra do Heroísmo, Portugal: Autor.

ENTREGUE JÁ AS ARMADILHAS PARA CONTARMOS QUANTAS TÉRMITAS JUNTOS CAPTURÁMOS NAS ILHAS. No âmbito da Campanha: SOS Térmitas – Unidos na Prevenção

A Universidade dos Açores, a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e as Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Horta e Vila do Porto apelam a todos os residentes das Freguesias “áreas de risco de infestação por térmitas”, que receberam nas suas caixas de correio durante os meses de Maio, Junho e Julho, armadilhas amarelas para que as entreguem nas Juntas de Freguesia até ao dia 5 de Setembro. Este dia marcará o momento decisivo da campanha de informação pública “SOS Térmitas: Unidos na Prevenção” que, pela primeira vez, disponibilizou às populações um instrumento valioso para o seu combate. Se reside em alguma das Juntas de Freguesia acima mencionadas por favor entregue a armadilha que montou na sua casa, envolvida em película aderente, mesmo que a armadilha nada tenha capturado, para cada um de nós perceber se efectivamente foram encontradas térmitas na sua casa e quantas capturámos juntos. Sem a sua participação todo este esforço empreendido pela Universidade e pelo Governo e Municípios terá sido em vão. É um gesto muito simples mas por demais importante uma vez que nos permitirá traçar um retrato da situação da infestação na Região. Sem a sua colaboração nunca poderemos fazer face a este flagelo, uma vez que “Sendo um problema de todos nós, todos temos de fazer a nossa parte!”

Equipa de Comunicação de Risco, SOS Térmitas – Unidos na Prevenção. (2011).
Açorianos matam 84 mil térmitas. No âmbito da Campanha: SOS Térmitas – Unidos na Prevenção [Press release]. Angra do Heroísmo, Portugal: Autor.

Açorianos matam 84 mil térmitas. No âmbito da Campanha: SOS Térmitas – Unidos na Prevenção

“Com apenas 1842 armadilhas matámos 84.008 térmitas nas ilhas” encerra este mês a primeira iniciativa de combate às térmitas na Região. A Campanha “SOS Térmitas – Unidos na Prevenção”, que teve como objetivo primordial consolidar a consciência social do risco, ao implicar os cidadãos na montagem de armadilhas nas suas casas, alcançou uma participação de cerca de 9% da população alvo da campanha.

Apesar de a adesão não ter sido muito expressiva conseguiu-se, mesmo assim, com a totalidade de armadilhas entregues, eliminar 84 mil térmitas, evitando assim o estabelecimento de novas colónias que se estima poderem vir a ascender a 12 milhões de novas térmitas. Isto, claro está, em termos de números oficiais, tendo seguramente sido maior o número de térmitas eliminadas e o número de

cidadãos que montou armadilhas nas suas casas, uma vez que, não foram contabilizadas aquelas que permanecem ainda hoje visíveis, já muito depois da data limite de entrega, nas janelas das habitações de várias ruas.

Neste último momento da campanha mostrar-se-á aos cidadãos os resultados que foram efetivamente conquistados pela população açoriana como um todo, na resposta ao desafio lançado pelo grupo dos quatro municípios parceiros. A Equipa de Comunicação de Risco, coordenada pela Professora Ana Moura Arroz, acredita que, ao mostrar resultados concretos aos açorianos, estes se sentirão mais confiantes para participarem em futuros desafios e mais conscientes do papel crucial que desempenham no controlo da infestação, com vista a uma aprendizagem progressivamente mais autónoma da forma de lidar com as suas já apelidadas “vizinhas de cima”.

É de ressaltar o papel crucial desempenhado pelas Juntas de Freguesia, na receção das armadilhas entregues pelos cidadãos, já que a campanha pretendia conquistar a confiança pública nas instituições, implicando os municípios no compromisso da oferta de armadilhas aos seus munícipes, dando aos cidadãos a primeira oportunidade de participar no controlo da infestação.

Os resultados preliminares serão ainda alvo, por parte da Equipa da Universidade dos Açores, de uma análise mais pormenorizada nos próximos meses, para que se possa compreender e caraterizar a participação pública açoriana alcançada, na prevenção e controlo da infestação.

Para além disso, pretende-se ainda utilizar as informações recolhidas, aquando do registo e entrega das armadilhas feitas pelas juntas de freguesia, como dados exploratórios em futuros estudos de monitorização, contando assim, de forma inédita, com a participação dos cidadãos no retrato da situação da infestação na região.

4.

DIVULGAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROGRAMA NA COMUNIDADE CIENTÍFICA

4.1. Divulgação Científica

Ao longo da conceção e desenvolvimento do Programa de Comunicação de Risco, revelou-se absolutamente essencial - para a sua maturação e legitimação - a divulgação e exposição à discussão na comunidade científica. Nesse sentido a equipa foi convidada a estar presente ou, fez-se representar mediante inscrição, em eventos científicos de referência, quer a nível nacional, quer internacional.

De um total de 15 comunicações, 10 foram realizadas num contexto nacional, 3 internacionalmente e 1 a nível mundial. De todos estes encontros merecerá especial destaque esta última, não só pela sua dimensão global, mas também por se ter cumprido na sequência de um convite que nos foi endereçado pela comissão científica do XI Congresso Mundial das Cidades Património Mundial (que teve lugar, o ano passado em Sintra) para que as opções concetuais e metodológicas do Programa fossem ali apresentadas.

Para além desta oportunidade gostaríamos de salientar a seleção da equipa para a participação em outros três congressos internacionais: o encontro anual da Society for Risk Analyses Europe (SRA-E) dedicada ao tema “Risk, Governance and Accountability”, no Kings Colledge em Londres, em Junho de 2010; bem como na “Conferência Internacional para o Desenvolvimento Comunitário” (Lisboa, Julho de 2011) e por último no “IV Congresso Internacional Envelhecimento (s) e Qualidade de Vida (Ponta Delgada, Novembro de 2011). O que demonstra claramente o reconhecimento científico de um programa que congrega componentes de investigação científica e de intervenção social num contexto de risco específico.

A Equipa de Comunicação de Risco não só participou nestes eventos como organizou ainda um workshop intitulado “Do Envolvimento à Participação: o papel da Comunicação na Gestão de Riscos” para que, ao longo de dois dias, se refletisse acerca do papel estratégico da comunicação na gestão integrada de riscos e dos processos de facilitação para o envolvimento dos cidadãos na sua gestão;

Comunicações em eventos científicos realizadas mediante convite –3

- XI Congresso Mundial da Organização das Cidades Património Mundial (OCPM). Sintra, Novembro de 2011.
- Oficina da Psicologia, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Lisboa, Novembro de 2011.
- Instituto de Ciências Sociais (ICS). Lisboa, em data a ultimar

Comunicações em eventos científicos realizadas mediante inscrição - 13

- Congressos Internacionais – 3
- Congressos Nacionais - 10

Organização de eventos científicos – 1

- Workshop “Do Envolvimento à Participação: o papel da Comunicação na Gestão de Riscos”

Objectivo: criação de um *think tank* para suportar e legitimar uma intervenção social que incite à emergência e a consolidação de uma cultura de *preparedness* e à mudança nas práticas de lidar com os riscos e as suas incertezas.

Participantes: para além das principais figuras nacionais da investigação no âmbito da análise psicossocial do risco e da governança e participação pública, estiveram presentes representantes do Governo Regional (SRAM e SRTSS) e dos Órgãos de Comunicação Social.

Resultados: 21 comunicações científicas; 2 comunicações por parte dos decisores políticos, 1 comunicação de uma jornalista; 2 *master classes* de reflexão teórico-prática sobre: *desenvolvimento de programas, sua implementação e avaliação e métodos e técnicas de participação, ação coletiva e jogo estratégico de atores.*

5.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

5.1.Procedimentos da avaliação

Para proceder à avaliação dos resultados da Campanha, em termos da satisfação que provocou, do impacto causado na consolidação da consciência social do risco e na implicação dos cidadãos em práticas de prevenção e controlo da infestação foi concebido o modelo lógico apresentado no capítulo 2.

A recolha de dados socorreu-se da administração de inquéritos por questionário, construídos para o efeito, de acordo com os modelos de análise patentes nos Quadros XX e YY, consoante o dispositivo em análise.

Para avaliar o *direct mail* foi administrado um questionário (cf. Apêndice I – Ficha de Registo das Juntas de Freguesia) – que avalia as dimensões e indicadores que constam do modelo de análise exposto no Quadro 9 – a todos os cidadãos participantes que aceitaram responder-lhe, num total de 1463 e cujas características sociográficas podemos observar no Quadro 10.

QUADRO 9- Modelo de análise dos resultados provocados pelo *direct mail* (Ficha de Registo das Juntas de Freguesias).

Dados armadilha	Código de proveniência
	Número do processo
	Data em que recebeu armadilha do utente
	Quanto tempo a armadilha esteve montada
	Número de entrega de nova armadilha ao utente
	Período de montagem
Dados sociográficos	Morada
	Contacto
	Sexo:
	Idade
	Relação com o imóvel:
Vulnerabilidade ao risco	Presença de madeiras. Que estruturas da sua casa são em madeira?
	Estimativa de térmitas capturadas
Práticas de participação	Experiência prévia com armadilhas de térmitas: (selecione as opções que se verificarem)
	Exequibilidade facilidade de montagem da armadilha que recebeu na sua casa:
	Fidelidade às instruções
	Fidelidade às instruções (motivos para inobservância)
	Localização da armadilha
Avaliação da iniciativa	Adequabilidade
	Eficácia da iniciativa (avaliação da pertinência)
	Satisfação com acompanhamento (avaliação da pertinência)
	Eficácia da iniciativa (intenção comportamental)
	Ressonância da campanha de informação pública

QUADRO 10- Caracterização dos participantes na ação de prevenção e controlo (montagem e entregas de armadilhas nas Juntas)

Variáveis	Modalidades	n	%	
Sexo	Masculino	844	57.7	
	Feminino	619	43.3	
Escalões Etários	12-18 anos	0	0	
	19-30 anos	42	3.2	
	31-65 anos	616	61.6	
	≥ 66 anos	467	35.2	
Municípios	Angra do Heroísmo	J F São Bento	55	7.4
		J F São Pedro	209	28
		J F Sé	171	22.9
		J F Santa Luzia	166	22.3
		J F N. S. Conceição	145	19.4
	Horta	J F N. S. Angústias	154	47.6
		J F Conceição	37	11.4
		J F Matriz	133	41
	Ponta Delgada	J F Santa Clara	17	3.7
		J F São José	106	23.1
		J F São Pedro	143	31.2
		J F São Sebastião	193	42
	Vila do Porto	J F São Pedro	103	33.1
		J F Vila do Porto	208	66.9
	Relação com imóvel	Proprietário	1192	69
Inquilino ou usufrutuário		110	6.4	
Parente do proprietário/inquilino		17	0.9	
Amigo do proprietário/inquilino		80	4.6	
Vizinho		0	0	
Outra		50	2.9	
Não responde		281	16.2	

Para testar a eficácia na adoção de práticas concretas de gestão do risco foi realizada uma ação de intervenção social – Esquadrões T – que visava auxiliar a população na montagem das armadilhas distribuídas e proceder ao levantamento de dificuldades nessa ação, que permitissem aferir a eficácia comunicacional das instruções disponibilizadas, bem como ao despiste de dificuldades sociais que obstaculizam a participação dos cidadãos. Na sua avaliação foi mobilizado um questionário, administrado pelos voluntários que integraram as Esquadrões a todos os cidadãos das freguesias assinaladas como áreas de risco de Angra do Heroísmo que quando visitados aceitaram responder, num total de 409, que avalia os indicadores presentes no Quadro 11. Podemos observar características sociográficas do grupo de inquiridos no Quadro 12.

QUADRO 11- Modelo de análise dos resultados provocados pelos Esquadrões-T (Ficha de Registo das Visitas).

Identificação do Esquadrão T	Número de registo da visita
	Recenseador
	Coordenador
	Morada do imóvel
	Visita
Práticas de participação	Acolhimento
	Que destino deu à armadilha?
	Se não montou, porquê?
Fidelidade às instruções	Seguiu as instruções de montagem?
Localização da armadilha	Onde montou a armadilha?
	Entregou a armadilha na Junta de Freguesia?
	Se não entregou, porquê?
	Tem experiência prévia com armadilhas de térmitas?
Dados sociográficos	Sexo
	Idade
	Habilitações literárias
	Relação com o imóvel
	Contacto (facultativo)
Avaliação da iniciativa	Adequabilidade
	Eficácia da iniciativa (intenção comportamental)
	Eficácia da iniciativa (avaliação da pertinência)

QUADRO 12- Caracterização dos cidadãos visitados e inquiridos no âmbito das visitas domiciliárias dos Esquadrões-T

Variáveis	Modalidades	n	%
Sexo	Masculino	178	43,5
	Feminino	231	56,5
Escalões Etários	12-18 anos	11	2,8
	19-30 anos	44	11,1
	31-65 anos	239	60,1
	≥ 66 anos	103	26
Habilitações Literárias	Não sabe ler nem escrever	6	1,5
	Sabe ler e escrever	11	2,7
	1º ciclo	119	29,1
	2º ciclo	41	10,0
	3º ciclo	79	19,3
	Ens. Secundário	55	13,4
	Licenc. ou bacharelato	75	18,3
	Pós-grad. (mest. ou dout.)	5	1,2
	Não responde	18	4,4
Relação com imóvel	Proprietário	249	60,9
	Inquilino ou usufrutuário	96	23,5
	Parente do proprietário/inquilino	35	8,6
	Amigo do proprietário/inquilino	1	0,2
	Vizinho	1	0,2
	Outra	6	1,5
	Não responde	21	5,1

5.2. Satisfação alcançada junto dos stakeholders

5.2.1. Avaliação da Campanha pelos cidadãos

Centrando-nos nas representações acerca da *pertinência* que os cidadãos reconheceram à ação *direct mail*, após análise estatística dos dados recolhidos nas “Fichas de Registo” (inquérito por questionário de 18 perguntas de resposta forçada e de escolha múltipla, N=1984) constatamos que mais de três quartos dos participantes (76,4%) considerou a distribuição gratuita de armadilhas pelas Câmaras Municipais uma iniciativa válida para a gestão do problema, ainda que apenas um terço a considere *excelente* (Figura 55). É interessante verificar que cerca de um quarto (22,2%) dos participantes sublinha a necessidade de uma gestão integrada em que os diversos atores implicados contribuam para o mesmo fim.

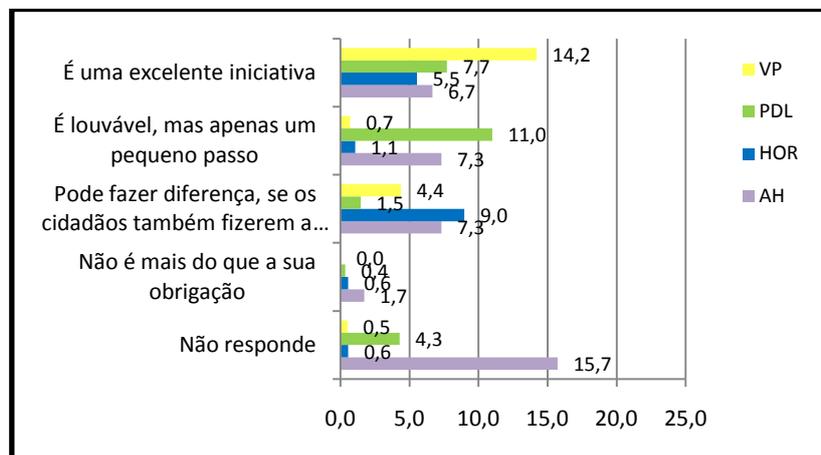


FIGURA 55- Pertinência reconhecida na ação *direct mail* (cidadãos participantes).

Fazendo-se uma análise por município, verificamos que os participantes de Vila do Porto foram sem dúvida quem atribuiu maior valor a esta iniciativa, tendo sido considerada excelente por 7 em cada 10 indivíduos (Quadro 10). Já no município da Horta prevalece a opinião de que ela *pode fazer a diferença se os cidadãos também fizerem a sua parte* (53,1%), reconhecendo *pertinência* e *adequabilidade* ao gesto da autarquia embora o ónus da *eficácia* da montagem das armadilhas seja imputado a um esforço por parte dos cidadãos, o que poderá revelar alguma falta de confiança nos seus conterrâneos. Por sua vez, nos participantes de Ponta Delgada predomina a ideia de que se trata de uma iniciativa *louvável mas apenas (de) um pequeno passo* (44,3%) a que se reconhece *pertinência* embora se relativize a *eficiência* e *eficácia*. Esta posição sublinha a complexidade de um sistema de enfrentamento do risco que exige o acionamento de muitas outras medidas para além da montagem de uma armadilha. Menos estruturado é o posicionamento dos participantes de Angra do Heroísmo que respondem a esta questão (59,4%), em cujas opiniões prevalece a noção de se tratar

de uma iniciativa necessária mas não suficiente (37,8%), quer por representar *apenas um pequeno passo* (18,9%), quer por reclamar uma ação colaborativa entre o Estado e o Cidadão pouco habitual no nosso país e de que se aprendeu a desconfiar (18,9%) (Quadro 13).

QUADRO 13- Pertinência reconhecida na ação *direct mail* (por município).

	AH		HOR		PDL		VP	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Na sua opinião, a distribuição destas armadilhas pela Câmara Municipal:								
É uma excelente iniciativa	132	17,2	110	33,2	153	31,1	282	71,8
É louvável, mas apenas um pequeno passo	145	18,9	21	6,3	218	44,3	14	3,6
Pode fazer diferença, se os cidadãos também fizerem a sua parte	145	18,9	178	53,8	29	5,9	87	22,1
Não é mais do que a sua obrigação	34	4,4	11	3,3	7	1,4	0	0,0
Não responde	312	40,6	11	3,3	85	17,3	10	2,5
Total	768	100,0	331	100,0	492	100,0	393	100,0

Merece especial destaque o facto dos cidadãos dos diversos municípios não se reverem num “Estado-pai”, uma vez que a posição de que a Câmara *não faz mais do que a sua obrigação* ao distribuir gratuitamente as armadilhas ficou abaixo dos 5% em todos os municípios, sendo que em Santa Maria nenhum participante se identificou com ela.

Em síntese, os cidadãos avaliam como francamente positivo o envolvimento do seu município na oferta das armadilhas, embora reconheçam a necessidade da implicação dos moradores na sua montagem e da implementação de muitas outras medidas para enfrentar o problema. Em termos da *consolidação da consciência social do risco*, esta representação dominante leva-nos a pressupor estarem criadas as condições mínimas necessárias à adoção de novos comportamentos de prevenção e controlo, dado reconhecer-se *pertinência e adequabilidade* a essas práticas

Ainda que cerca de metade cidadãos que colaboraram nesta iniciativa, devolvendo as armadilhas nas suas juntas de freguesia (N=1844), considere *essencial* a sua montagem para o controlo do problema (47,8%) e pouco menos de um quarto creia que ela é de algum modo benéfica, estas as representações sobre a *eficácia* das armadilhas deverão ser interpretadas como pouco expressivas (Figura 56), uma vez que muitos dos descrentes se encontrarão seguramente entre aqueles que por isso mesmo não participaram na devolução das armadilhas.

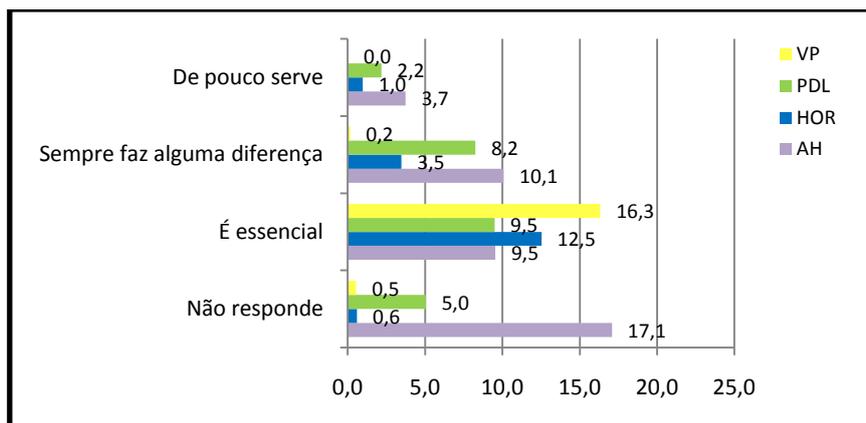


FIGURA 56- Eficácia reconhecida à montagem de armadilhas (cidadãos participantes N=1844).

Fazendo uma análise mais atenta, por município, verificamos que Vila do Porto é novamente o município mais expressivo quanto ao nível de *eficácia* reconhecido a esta ação (95%) (Quadro 14). Já os valores na Horta, desta feita, são surpreendentes, uma vez que, ao contrário do que pensam em relação à distribuição das mesmas - pode *fazer a diferença se os cidadãos também fizerem a sua parte* (53,1%) (Figura 50) - quanto à montagem de armadilhas acreditam em larga medida na sua *eficácia* ao considerarem ser *essencial* (71%). Em Ponta Delgada as opiniões dividem-se entre *sempre faz alguma diferença* (33%) e *é essencial* (38%) que, ainda assim, reúne o maior número preferências. Os cidadãos de Angra do Heroísmo, uma vez mais, e à semelhança dos micaelenses, distribuem-se pelo *é essencial* (23,6%) e *sempre faz alguma diferença* (24,9%), sendo que neste município a maior percentagem recai pela afirmação que atribui menor eficácia à ação.

QUADRO 14- Eficácia reconhecida à montagem de armadilhas (por município).

	AH		HOR		PDL		VP	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Para controlar o problema das térmitas, acha que a montagem das armadilhas nas casas:								
De pouco serve	69	9,2	18	5,6	40	8,7	0	0,0
Sempre faz alguma diferença	186	24,9	64	19,8	152	33,0	3	1,0
É essencial	176	23,6	231	71,3	175	38,0	301	95,9
Não responde	315	42,2	11	3,4	93	20,2	10	3,2
Total	746	100,0	324	100,0	460	100,0	314	100,0

O interesse e *satisfação* manifestada pelos destinatários dos Esquadrões T, foram estimados a partir da análise de uma das questões que compõe a “Ficha de Registo das Armadilhas” nas Juntas de Freguesia, respondida apenas por 58,6% dos cidadãos que integraram o estudo (n=433) possivelmente por cansaço, dado tratar-se de umas das últimas questões do instrumento.

Pensamos que esta representação claramente bipolarizada do papel e utilidade dos Esquadrões T deva estar associada ao fato de se ter tratado de uma iniciativa piloto que arrancou experimentalmente este ano, exigindo acionar uma pesada máquina logística de "backstage" na angariação de voluntários. A sua replicação gozará, neste sentido, de todo o trabalho prévio que permitiu a construção de uma espécie de "bolsa" de líderes informais na comunidade e de voluntários interessados em tornar a participar, permitindo concentrar as energias no melhoramento da capacidade de resposta dos voluntários para servir a população no auxílio na montagem, esclarecimento de dúvidas e disponibilização de informação.

5.2.2. Poder Local (CM + JF)

Apesar de, no modelo de análise concebido para a avaliação da campanha, não ter sido contemplado nenhum indicador de satisfação, ao nível do Poder Local, podemos apresentar como um impacto produzido, apesar de imprevisto, o facto da Câmara Municipal da Horta ter solicitado junto da Equipa de Comunicação de Risco, a realização de uma ação de formação em contexto profissional adicional, reconhecendo a pertinência e adequabilidade da realização de ações desta natureza na melhoria da capacidade de resposta municipal na gestão do problema.

5.2.3. Governo Regional (SRAM)

Na mesma ordem de ideias um impacto imprevisto mas aprazível de constatar quantos às repercussões que o Programa de Comunicação de Risco teve junto da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, podemos referir o facto de Sua Excia o Sr. Secretário ter manifestado afigurar-se absolutamente fundamental assegurar a continuidade ao programa que constituiu um marco para a governana do risco na região ao promover a assunção partilhada de compromissos na gestão do problema, sob pena das dinâmicas criadas, do esforço investido, do capital de conhecimento produzido e das verbas despendidas terem sido em vão. Solicitando a criação de um projeto que desse seguimento a este trabalho.

5.2.4. Participação dos voluntários (seniores e jovens) na Campanha

Na sequência das análises descritivo-interpretativas dos dados do *focus group*, conduzido a 5 dos 6 voluntários seniores, podemos constatar (Quadro 15) que nas motivações que estiveram subjacentes à participação nesta iniciativa de voluntariado ambiental predomina uma orientação para a promoção de um bem-estar exterior ao sujeito. Esta noção de *bem-estar social ou comunitário* encontra-se associada a uma *missão retributiva* oriunda da impossibilidade de deixar de “dar algo em troca” ou de corresponder ao que outros já haviam feito por nós de forma igualmente desinteressada. Este motivo foi considerado primordial para o “apelo” pelo trabalho voluntário, sendo que todos os seniores já tinham experiência e viram nos Esquadrões mais uma oportunidade para *continuar a ajudar o próximo face à disponibilidade temporal* que passaram a ter no período pós-reforma.

QUADRO 15- Motivações para a participação e função do trabalho voluntário nos Esquadrões T (seniores).

motivações dos voluntários (seniores) para a participação nos Esquadrões-T & funções do trabalho voluntário:				
	<i>ter disponibilidade temporal</i>	<i>continuar a ajudar o próximo</i>	<i>contribuir para a resolução de um problema social</i>	<i>identidade com o lugar e sentimento de pertença</i>
FOCO DA PARTICIPAÇÃO	BEM-ESTAR PRÓPRIO	BEM-ESTAR DA SOCIEDADE	BEM-ESTAR DA SOCIEDADE	BEM-ESTAR DA COMUNIDADE
FUNÇÃO DO VOLUNTÁRIO	PREENCHER UM VAZIO	MISSÃO RETRIBUTIVA	<ul style="list-style-type: none"> • CONTROLAR O RISCO • IMPLICAR CIDADÃOS ALHEADOS 	<ul style="list-style-type: none"> • EVITAR PERDAS PATRIMONIAIS • AJUDAR CONTERRÂNEOS

É de salientar o fato da *disponibilidade temporal* ser a única motivação que se foca no *bem-estar próprio*, como forma de *preencher um vazio* que anteriormente, em experiências prévias de voluntariado (Quadro 16) se orientou para a *capacitação* (através da lecionação de *aulas de informática* como forma de *prevenir a infoexclusão*), para a *estimulação cognitiva* (afim de *prevenir a doença e o envelhecimento mental* do outro), para prestação de *cuidados na alimentação e assistência a acamados* e na *prevenção da solidão* ao *visitarem e conversarem* com idosos em lares.

QUADRO 16- Perfil dos voluntários face a experiências anteriores (seniores).

perfil dos voluntários (seniores) face a experiências anteriores de voluntariado:				
	<i>capacitação</i>	<i>relacional</i>	<i>estimulação cognitiva</i>	<i>cuidado</i>
PROPÓSITO	PREVENIR A INFOEXCLUSÃO	PREVENIR A SOLIDÃO	PREVENIR A DOENÇA E O ENVELHECIMENTO MENTAL	ASSEGURAR E GARANTIR DIGNIDADE
ACTIVIDADE	DAR AULAS DE INFORMÁTICA	VISITAR E CONVERSAR	CONSTRUIR E JOGAR JOGOS	DAR COMIDA E ASSISTÊNCIA ACAMADOS E PRÉ-ACAMADOS

Mas é interessante perceber que, por vezes, se encontram implícitos nessa *disponibilidade ao outro* propósitos diversos para a participação e se atribuem diferentes funções ao voluntário nesta matéria, em particular: uns, mais focados *na resolução dos contornos sociais deste risco*, investem-se de um papel de veículos de consciencialização social e de recursos de promoção do controlo da infestação; outros, mais focados num *sentimento de pertença e na identidade com o lugar* em que o problema acontece – a sua cidade – perspetivam-se com funções centrada na minimização de perdas patrimoniais insubstituíveis e no auxílio aos seus conterrâneos que e ao não conseguirem fazer face ao problema, por desconhecimento e/ou indiferença, têm estando alheados da sua resolução necessitando de ajuda em dificuldades várias de orientação num sistema que caracterizam como confuso e burocrático. Como vemos, são vários os motores que justificam a motivação para o trabalho voluntário, alguns transversais a todo ele – *disponibilidade* temporal, sentido de missão, *contributo para a resolução de problemas sociais* – outros mais específicos do problema em causa – participar no controlo do risco e na consciencialização das populações e/ou ajudar a minimizar as suas consequências patrimoniais e sociais.

Ao sentirem que podem fazer algo em prol da sua cidade e dos *seus conterrâneos implicando-os* numa ação específica (prestando auxílio na montagem de armadilhas), as suas motivações iniciais vêm-se convertidas no *benefício de se sentirem úteis* ao serem reconhecidos como um recurso válido para a prestação de um serviço necessário à *sua* comunidade. (Quadro 17). A participação nos esquadrões trouxe ainda a mais-valia de terem adquirido *conhecimentos acerca do problema e de formas de o gerir* para além de ter sido muito gratificante a possibilidade de *renovar o contacto com as gerações mais novas ao trabalharem em equipa* com jovens.

A *prestação dos jovens* foi mesmo alvo de uma *avaliação* muito positiva (Figura 57) ao terem-se demonstrado, do ponto de vista dos seniores, muito *responsáveis, empenhados, participativos e solícitos*, destacando-se como uma *geração interventiva e crítica* quando comparada com as anteriores. Reconhece. Igualmente, a relevância e

pertinência da sua inclusão na resolução de um problema que *no fim de contas vai ser deles por o terem herdado das gerações mais velhas.*

QUADRO 17- Benefícios para os voluntários em participar nos Esquadrões T (seniores).

benefícios para os voluntários (seniores) em participar nos Esquadrões-T			
	<i>conhecimento</i>	<i>relacionais</i>	<i>utilidade</i>
AIM	<ul style="list-style-type: none"> • SOBRE O PROBLEMA • SOBRE A FORMA DE O GERIR 	<ul style="list-style-type: none"> • TRABALHO EM EQUIPA • RENOVAR O CONTACTO COM OS JOVENS 	SENTIR-SE ÚTIL

No entanto, a avaliação que fazem dos *cidadãos destinatários* já não é tão favorável, tendo as visitas porta-a-porta causado alguma *desilusão* face às *expectativas iniciais*. Ao invés de encontrarem cidadãos *recetivos, interessados* e com *vontade de aprender*, os seniores confrontaram-se com algum *desinteresse* e *desconfiança* por parte dos moradores.

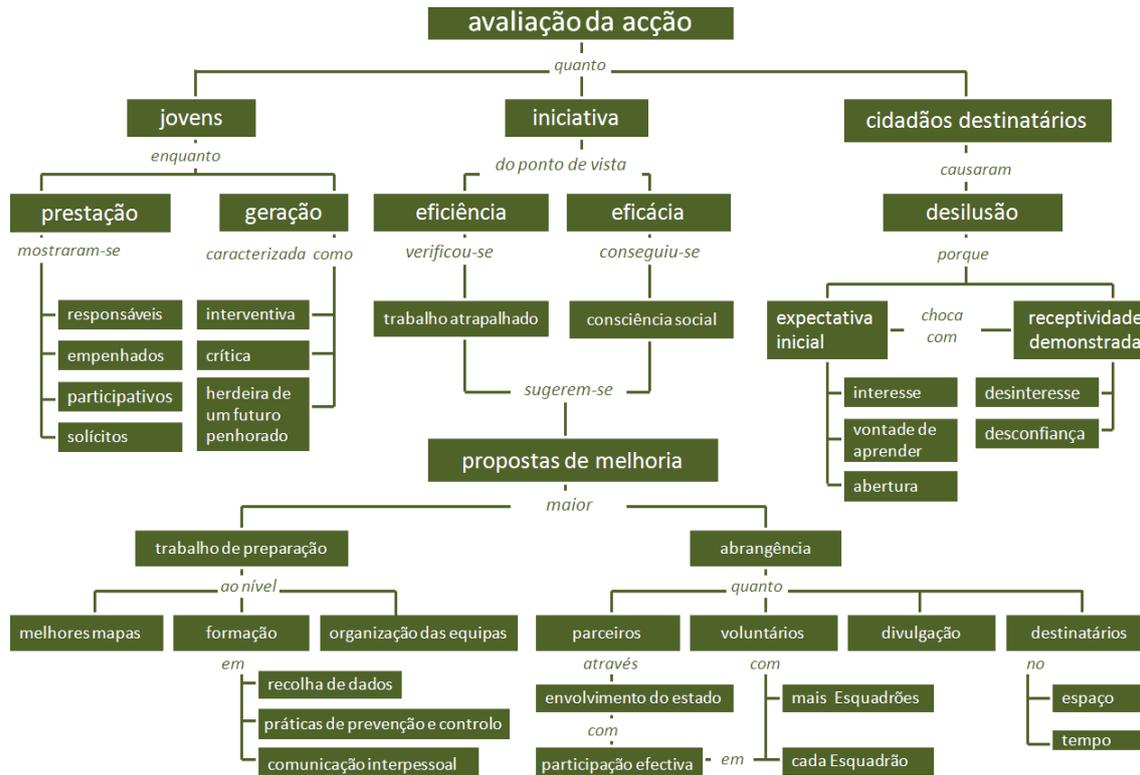


FIGURA 57- Avaliação dos Esquadrões feita pelos voluntários seniores (n=5).

Apesar do choque, entre o que esperavam e o que de fato encontraram no terreno, os seniores não deixaram de reconhecer *eficácia* à ação admitindo que, mesmo assim, os esquadrões conseguiram contribuir para a consolidação da *consciência social*. Sugerem, contudo, uma maior *abrangência* da ação, em termos *temporais* e *espaciais*, isto é, que esta não se cinja a intervenções casuais e esporádicas de dois ou três dias, nem única e exclusivamente às freguesias de Angra. Considerando ser imprescindível o alargamento a todas as freguesias que já se defrontam com o problema e a dilatação no tempo, caso contrário o trabalho empreendido ter-se-á esgotado em si mesmo e “não terá servido de nada” uma vez que o auxílio à população é uma necessidade contínua e que não se limita a um local ou Verão.

Mas para que tal ampliação das ações no terreno aconteça sugerem que se angariem mais *voluntários*, para que se possa contar com *mais esquadrões* e com um maior número de participantes por equipa. Propondo para isso o *envolvimento do Estado* e das suas entidades enquanto *parceiros* no projeto que, ao “dispensar” os seus trabalhadores, poderia destacá-los para uma *participação efetiva* no apoio à população. Confrontando-se com a ausência de representantes das instituições oficiais (do Ambiente, da Habitação, das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia) nos dias de intervenção em que participaram, estes voluntários seniores manifestaram a sua estranheza e desapontamento que esse envolvimento não ter já acontecido desta vez.

Para além destas sugestões relativas à eficácia da ação apresentaram ainda algumas outras *propostas de melhoria* do ponto de vista da sua *eficiência* ao constatarem que o trabalho nas jornadas ocorreu de forma um tanto ou quanto *atrapalhada*. Aconselham por isso mesmo um maior *trabalho de preparação* da intervenção ao nível da *organização das equipas*, do desenho dos *mapas* (onde faltaram alguns dos nomes de ruas) e da *formação* dos participantes. Para que possam estar mais preparados para *comunicar* com e *persuadir* os moradores, quer na *recolha de dados* feita através dos inquéritos por questionários, quer no esclarecimento de dúvidas e demonstração de *práticas de prevenção e controlo*.

PARTICIPANTES JOVENS

Centrando-nos nas representações e *satisfação* alcançada junto de 81,1% dos 37 voluntários mais jovens que integraram os Esquadrões-T, após análise descritivo-interpretativa temática dos dados recolhidos no “Testemunho de apreciação” (inquérito por questionário de 5 perguntas de resposta aberta, n=30) constatamos que as *motivações* que levaram com maior expressão os jovens a aderir a esta iniciativa foram considerar uma *atividade interessante* a explorar (40%) e o *querer ajudar* (30%) surgindo ainda a vontade de *contactar com pessoas* (13,3%) e a *curiosidade* (10%)

(Figura 58). Quando comparamos as motivações com os *benefícios* reconhecidos (Figura 59) constatamos que a participação não só correspondeu às expectativas como as superou. Enquanto que prestar auxílio ou *poder ajudar* representa o ganho mais conforme às expectativas iniciais em termos da incidência observada (30%), o *contacto com pessoas* (40%) superou as expectativas ao ser reconhecido como uma das mais-valias obtidas por quatro em cada dez jovens, muitos mais do que aqueles que já o antecipavam. *Adquirir novos conhecimentos* (23,3%) no âmbito do controlo da infestação constituiu um ganho não previsto inicialmente.

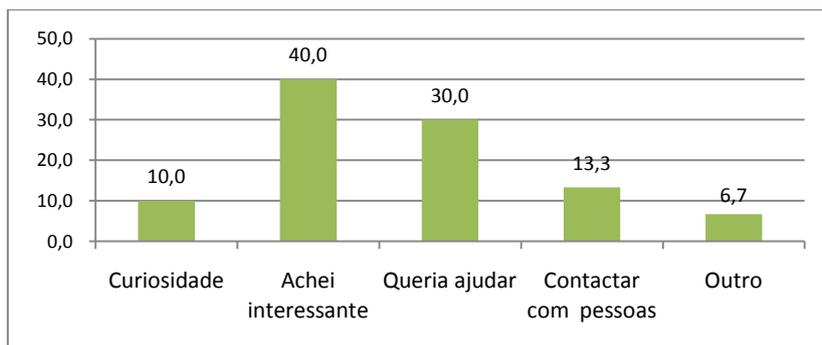


FIGURA 58- Motivações para a participação nos Esquadrões T (Jovens).

A título de ilustração, destacamos alguns excertos das respostas recolhidas quanto às motivações para a participação:

Decidi voluntariar-me porque achei que seria interessante (jovem volunt., reg. 5_TAET).

O que me levou a participar nesta ação de voluntariado foi a curiosidade (jovem volunt., reg. 1_TAET).

(...) fornecer ajuda na montagem da armadilha (jovem volunt., reg. 27_TAET).

(...) porque gosto de conviver com pessoas (jovem volunt., reg. 3_TAET).

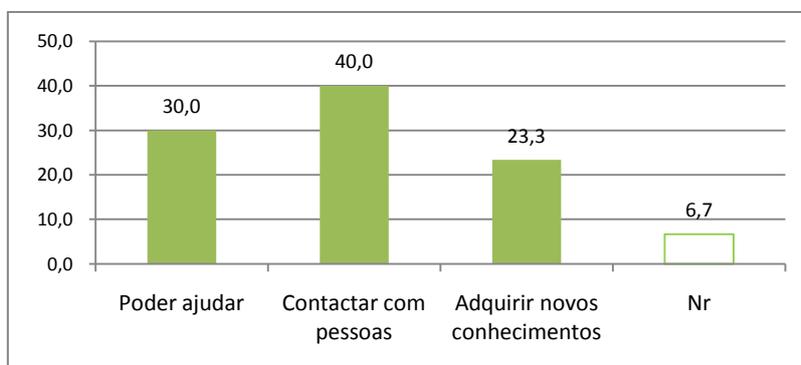


FIGURA 59- Benefícios para os voluntários em participar nos Esquadrões T (jovens).

Excertos representativos das respostas recolhidas quanto aos *benefícios* obtidos em participar nos Esquadrões:

Ajudou-me a ser menos tímido, uma vez que tive de falar com pessoas que não conhecia de lugar algum. (jovem volunt., reg. 7_TAET).

As mais valias desta experiência foi poder ajudar pessoas que nunca tinham ouvido falar sequer em térmitas. (jovem volunt., reg. 13_TAET).

Aprendi mesmo muito sobre a população e o que mais gostei foi ajudar pessoas com mais idade (jovem volunt., reg. 3_TAET).

Conhecimento sobre a problemática das térmitas a qual desconhecia. (jovem volunt., reg. 25_TAET).

O *balanço* feito pelos jovens da Ação dos Esquadrões foi francamente positivo, reunindo as posições de nove em cada dez participantes (Figura 60). O que é corroborado pela intenção expressa por 83% dos jovens de voltar a participar nesta iniciativa (Figura 61), manifestada em afirmações como as seguintes:

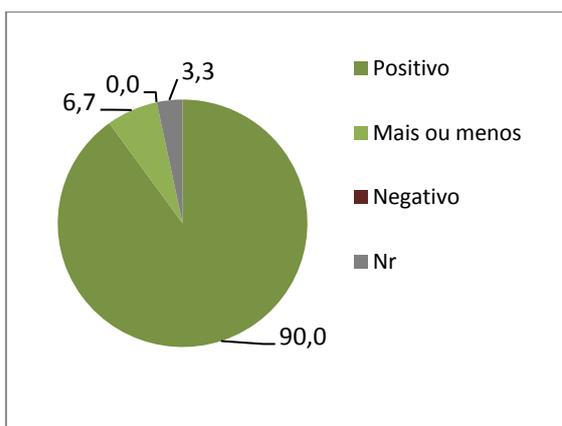


FIGURA 60- Balanço da ação dos Esquadrões T (jovens).

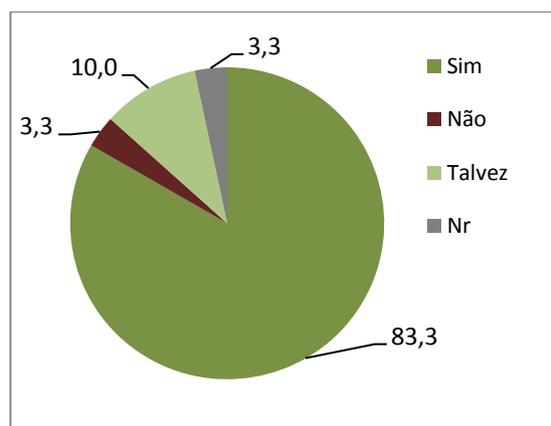


FIGURA 61- Intenção de replicar a participação (jovens).

Sim, sem dúvida. *Foi uma experiência enriquecedora.* (jovem voluntário, reg. 6_TAET).

Gostei muito da experiência: Voltaria a repeti-la sem dúvida alguma! (jovem voluntário, reg. 20_TAET).

Sim, sem dúvida, aliás estarei atento para participar novamente. (jovem voluntário, reg. 28_TAET).

Em síntese, conclui-se que os Esquadrões-T provocaram um elevado índice de *satisfação* nos voluntários (seniores e jovens) participantes, pelo reconhecimento da *pertinência* e *adequabilidade* desta iniciativa que, por isso mesmo, evidencia um grande potencial:

- na produção de estratégias de aproximação profícua, útil e relevante entre gerações através da troca de benefícios mútuos:
 - os jovens emprestam aos seniores energia e entusiasmo;
 - os seniores dão aos jovens um exemplo de cidadania ativa.
- na promoção de qualidade de vida através de formas ativas de envelhecimento;
- para a aquisição de conhecimentos e competências;
- na gestão de um problema público que reclama o contributo de muitos.

Para que os Esquadrões-T possam cumprir a função a que se destinam um longo percurso deve, porém, ser percorrido no sentido não só da incorporação das sugestões de melhoria propostas pelos participantes, como do alargamento da iniciativa a todas as outras comunidades de risco, para além das freguesias alvo nesta experiência piloto, por forma a não defraudar as expectativas dos participantes e destinatários e a garantir *eficácia* às ações.

5.3. Impactos produzidos

5.3.1. Consolidação da consciência social do risco

5.3.1.1. Repercussão nos media (nº de notícias)

Um dos indicadores da repercussão desta Campanha situa-se ao nível da visibilidade conseguida junto dos órgãos de comunicação social regional dado o seu poder de amplificação social. Para avaliar a repercussão mediática assegurada à temática das térmitas, procedemos a uma recolha sistemática na imprensa escrita regional (de maior tiragem) de Maio a Novembro 2010 e em igual intervalo de tempo no ano de 2011, de forma a comparar o número de notícias publicadas sobre tema no ano que antecedeu a campanha com o período da sua implementação. Foram objeto de recolha cinco Jornais, sendo dois de Ponta Delgada (Açoriano Oriental e Atlântico Expresso), dois de Angra do Heroísmo (Diário Insular e União) e um de Vila do Porto (Baluarte). O que resultou na consulta de um total de 1298 edições. (Quadro 18)

A recolha das notícias publicadas no “Açoriano Oriental” foi feita por funcionários do arquivo do próprio jornal, que nos disponibilizaram posteriormente em formato pdf, as notícias publicadas sobre o tema. No caso do “Atlântico Expresso”, “A União”, “Baluarte” e “Diário Insular” a pesquisa foi feita através da consulta das edições em suporte digital disponibilizadas online nos sítios oficiais dos jornais.

QUADRO 18- Elencagem dos Jornais objeto de recolha.

Periodicidade	Jornais	Número de edições consultadas	
		2010	2011
Diário	Açoriano Oriental	212	214
	Diário Insular	210	208
	União	200	179
Semanal	Atlântico Expresso	31	30
Mensal	Baluarte	7	7
	Total	660	638

Desta análise podemos concluir que esta Campanha captou com eficácia a atenção da imprensa escrita regional na medida em que, tendo em consideração o número de notícias publicadas no ano imediatamente anterior à sua implementação (2010), ao longo de 2011 se registaram mais 16 publicações do que nesse ano, que correspondem no total a cerca de dois terços das notícias publicadas nos dois anos. (Quadro 19).

QUADRO 19- Comparação do nº de notícias publicadas sobre térmitas no período de Maio a Novembro de 2010 e 2011.

Jornais	Nº de notícias publicadas sobre térmitas	
	2010	2011
Baluarte	1	0
Atlântico Expresso	0	1
Açoriano Oriental	11	19
A União	4	12
Diário Insular	11	13
Total	27	45

Fazendo uma análise comparativa na totalidade dos cinco jornais objeto de recolha, em termos mensais, constatamos que, de um modo geral, do ano de 2010 para o ano de 2011 o nº de notícias sobre térmitas aumentou em todos os meses à exceção de Novembro onde se registou um ligeiro decréscimo. A particular incidência de notícias em Novembro de 2010 deve-se ao facto de ter ocorrido nesse mês em Angra do Heroísmo o teste de uma estratégia física de dizimação – o teste da temperatura, cujo aparato mobilizado na cidade era impossível de passar despercebido.

Situação inversa ocorreu no mês de Agosto, mês em que se registou o maior aumento de notícias, passando de nenhuma notícia publicada em 2010 para oito no período de implementação da campanha (Figura 62 e 63).

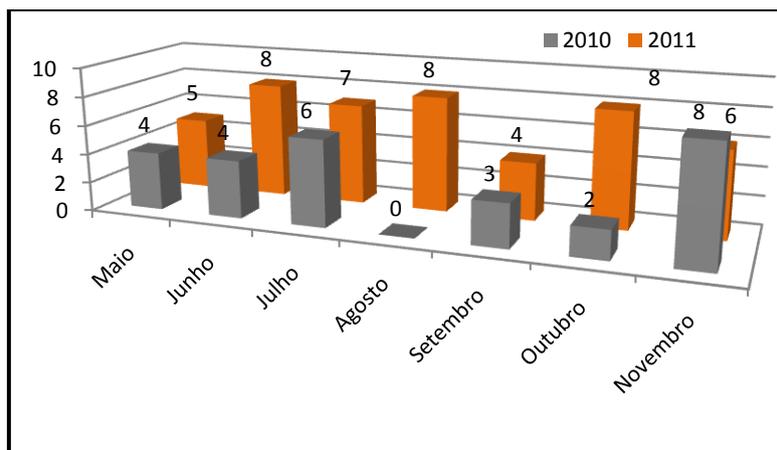


FIGURA 62- Comparação do nº de notícias publicadas sobre térmitas no período de Maio a Novembro de 2010 e 2011.

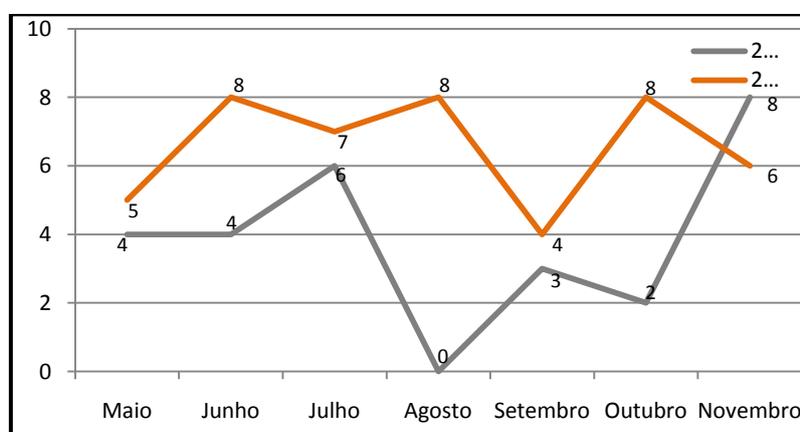


FIGURA 63- Comparação do nº de notícias publicadas sobre térmitas nos períodos de Maio a Novembro de 2010 e 2011.

Para além disso, podemos ainda examinar a representatividade por jornal e por local de publicação. No período em análise foi a cidade de Angra do Heroísmo que liderou a cobertura mediática do tema relativamente aos outros órgãos de comunicação social dos restantes três municípios (Figura 64 e 65). Em 2010, com o conjunto de dois jornais (“A União” e “Diário Insular”), Angra do Heroísmo assegurou a publicação de um total de 15 notícias enquanto, nos jornais de Ponta Delgada, apenas se publicaram 11 em igual período e com o mesmo número de órgãos de imprensa escrita (“Atlântico Expresso” e “Açoriano Oriental”). Em 2011, Angra continua a liderar ao publicar 26 face a 20 notícias de Ponta Delgada. Apesar disso, o aumento de notícias foi similar em ambas as cidades (9 notícias) de um ano para o outro, o que faz com que Ponta Delgada registe um aumento superior (29%) ao de Angra (22%) em termos proporcionais. É também de São Miguel o jornal que mais notícias registou acerca do tema no período de implementação da campanha, uma vez que o “Açoriano Oriental” publicou 19 face às 14 do “Diário Insular” e às 12 notícias do jornal “A União”.

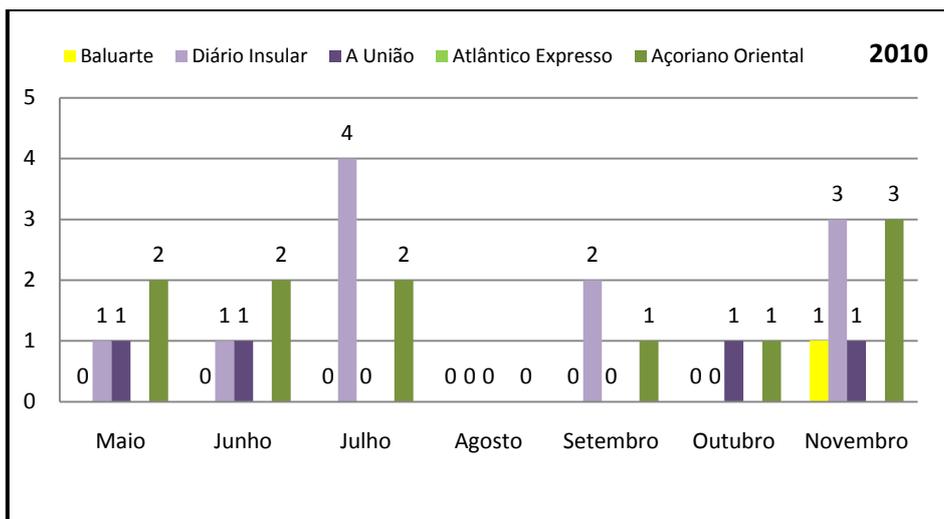


FIGURA 64- Comparação do nº de notícias publicadas sobre térmitas por jornal no ano de 2010.

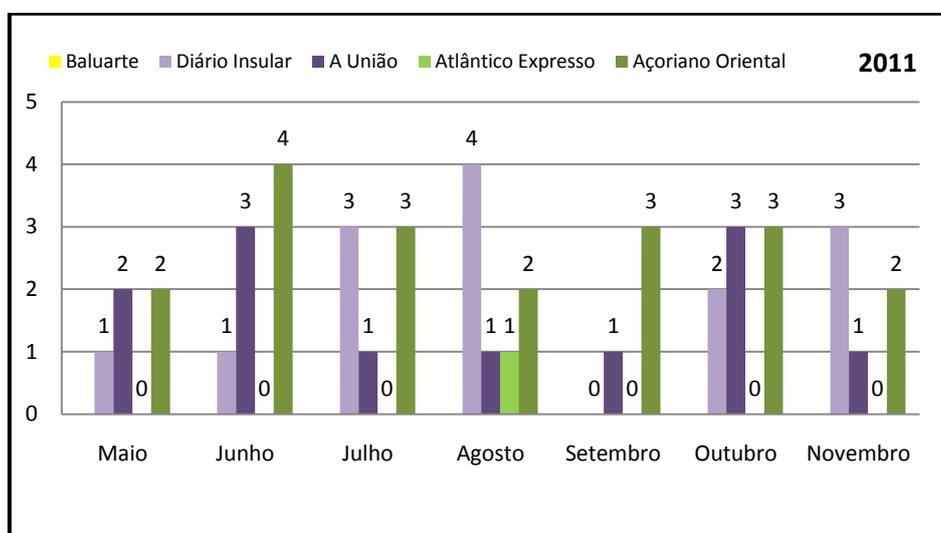


FIGURA 65- Comparação do nº de notícias publicadas sobre térmitas por jornal no ano de 2011.

CONVITES DE ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL REGIONAL

Outro dos indicadores de audibilidade da Campanha prende-se com os convites endereçados à Equipa de Comunicação de Risco por Órgãos de Comunicação Social para exposição e debate do programa de atividades que desenvolvemos. Ilustram esta situação a presença como notícia de abertura em telejornais da RTP-A (Figura 66) e o convite para o Programa Estação de Serviço com difusão simultânea na rádio e televisão regionais, para além de diversas entrevistas em vários jornais e do convite endereçado por uma Rádio Regional para o estabelecimento de uma parceria especializada (*mediapartnership*).

Rádio Televisão Portuguesa -Açores. (2011, Junho 20). *Telejornal*. Angra do Heroísmo

TÍTULO: Esquadrões –T (de térmitas)

Notícia de abertura do Telejornal programa diário da RTP Açores, em horário nobre.



FIGURA 66- Still fotográfico da reportagem acerca dos Esquadrões-T

Rádio Televisão Portuguesa -Açores. (2011, Junho 20). *Estação de serviço*. Angra do Heroísmo

Programa em direto com emissão em simultâneo na rádio e televisão pública regional, aberto à participação dos espectadores da RTP Açores e dos ouvintes da Antena 1. Emitido diariamente de segunda a sexta-feira, contando habitualmente com a presença de um comentador e um especialista convidado para responder às questões levantadas pelos participantes segundo o tema em debate.



FIGURA 67- Still fotográfico do programa “Estação de Serviço” com a presença da Coordenadora

Esta colaboração por parte dos *media* decorreu do reconhecimento da relevância do trabalho que estava a ser desenvolvido pela Equipa, bem como da perceção do estatuto de parceiro privilegiado que os *media* ocupam em matérias de comunicação de risco.

5.3.1.2. Repercussão junto das populações

Quanto aos impactos produzidos pelo dispositivo *direct mail* relativamente à promoção da consciência social do risco, mais concretamente ao nível da literacia acerca do problema, podemos constatar que os 1837 participantes na Campanha – aqueles que montaram as armadilhas nas suas casas e posteriormente as devolveram nas Juntas de Freguesia – dispunham de informação muito díspar relativamente à infestação por térmitas e às estratégias de a controlar. Relativamente à experiência prévia com armadilhas, pouco menos de dois terços (62,8%) já tinham ouvido falar do problema mas não tinham tido até ao momento contacto com este tipo de armadilhas. Menos de duas em cada dez pessoas (18%) tinham tomado contacto prévio com este meio de prevenção e de controlo (Figura 68) – o que só por si vem mostrar que esta Campanha permitiu chegar a muitos cidadãos completamente inexperientes e dotá-los de conhecimentos e competências específicas no domínio da prevenção e controlo desta praga.

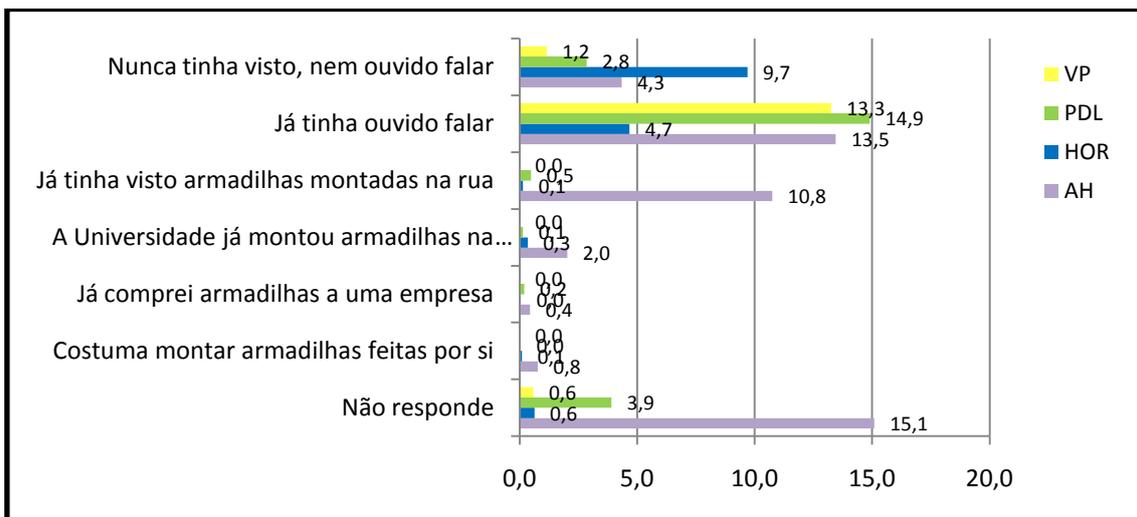


FIGURA 68 - Experiência prévia com armadilhas (1837 cidadãos participantes).

Neste sentido, a Horta foi a cidade em que o *direct mail* provocou um impacto mais expressivo ao nível da consciencialização social, uma vez que nesta cidade a maioria dos cidadãos *nunca tinha visto nem ouvido falar* do problema (62%) (Quadro 20), pelo que, proporcionalmente, um maior número de cidadãos teve assim acesso a informação nova.

É o município de Vila do Porto seguido do de Ponta Delgada (66,2%), que apresenta melhores valores de informação prévia, dado que oito em cada dez marienses (88,4%) *já tinham ouvido falar* do problema e seis em cada dez micalenses também. Contudo, e ainda que a Angra de Heroísmo apresente valores menos expressivos, representa a única cidade em que pouco menos de um quarto dos cidadãos *já tinham visto armadilhas montadas na rua* (22,9%).

QUADRO20- Experiência prévia com armadilhas (por município).

	AH		HOR		PDL		VP	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Experiência prévia com armadilhas de térmitas:								
Nunca tinha visto, nem ouvido falar	90	9,3	201	62,0	59	12,6	24	7,7
Já tinha ouvido falar	279	28,7	97	29,9	309	66,2	275	88,4
Já tinha visto armadilhas montadas na rua	223	22,9	3	0,9	10	2,1	0	0,0
A Universidade já montou armadilhas na sua casa	42	4,3	7	2,2	3	0,6	0	0,0
Já comprei armadilhas a uma empresa	9	0,9	1	0,3	4	0,9	0	0,0
Costuma montar armadilhas feitas por si	16	1,6	2	0,6	1	0,2	0	0,0
Não responde	313	32,2	13	4,0	81	17,3	12	3,9
Total	972	100	324	100	467	100	311	100

O que também merece especial destaque neste quadro é o facto de todas as afirmações que implicavam montagem de armadilhas nas casas dos participantes reunirem menos de 2% dos dados, ainda que 4,3% dos angrenses afirmem que *a universidade já montou armadilhas na sua casa*, o que corrobora a pertinência da distribuição deste importante instrumento para que a população esteja munida e tenha a oportunidade de adotar comportamentos de prevenção e de controlo.

Tendo em atenção os dados relativos ao local e condições de montagem das armadilhas nas casas dos cidadãos participantes, aferidos pela experiência-piloto dos Esquadrões-T, podemos constatar que nenhuma armadilha foi colocada em locais sem luz, independentemente da divisão seleccionada (Figura 69).

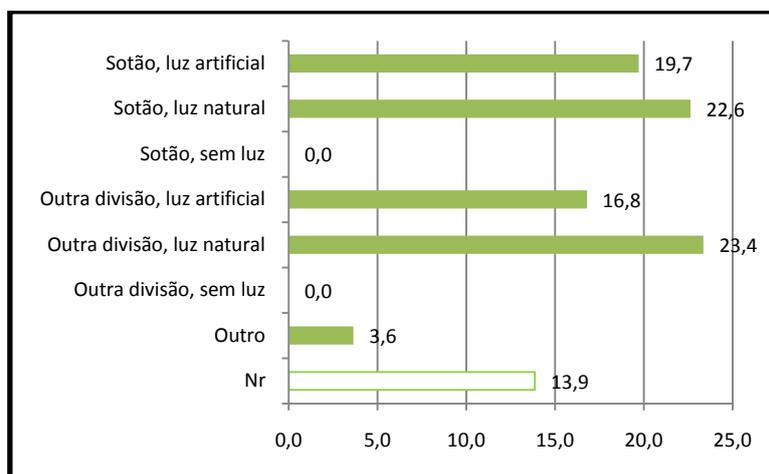


FIGURA 69 – Modo e localização da montagem das armadilhas encontradas nos imóveis visitados pelos Esquadrões T

Relativamente ao nível de autonomia dos cidadãos na montagem das armadilhas, e partindo dos dados do inquérito obtido nas Juntas de Freguesia, podemos verificar que em Angra do Heroísmo, mais de metade dos cidadãos declararam ter montado as armadilhas sozinhos (52,7%) (Quadro 21). Nos outros municípios os dados obtidos são ainda mais eloquentes em relação à facilidade de montagem da armadilha já que cerca

de três quartos afirmaram o mesmo em Ponta Delgada (73,5%) e mais de 9 em cada 10 respondentes em Vila do Porto e na Horta (95%). Proporções inferiores a 10%

QUADRO 21- Autonomia dos cidadãos na montagem de armadilhas por município (n=1837)

	AH		HOR		PDL		VP	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Facilidade de montagem da armadilha que RECEBEU na sua casa:								
Não responde	310	41,6	11	3,4	81	17,6	10	3,2
Montou a armadilha sozinho mas necessitou de ajuda para entregar a armadilha na JF	0	0,0	0	0,0	3	0,7	6	1,9
Necessitou de ajuda na montagem	43	5,8	6	1,9	38	8,2	0	0,0
Montou a armadilha sozinho	393	52,7	307	94,8	339	73,5	301	95,0
Total	746	100,0	324	100,0	461	100,0	317	100,0

declararam ter necessitado de ajuda na montagem, enquanto quase metade dos inquiridos em Angra do Heroísmo não respondeu a esta questão.

Estes dados sugerem que o *direct mail* contribuiu de facto para um aumento da literacia acerca desta praga urbana.

5.3.2. Implicação em práticas concretas de gestão do risco

5.3.2.1. Cidadãos

Mais do que promover simplesmente o conhecimento, interessava provocar com a distribuição gratuita de armadilhas o envolvimento dos cidadãos residentes nas áreas de risco no controlo desta infestação, levando-os a participar na Campanha com a montagem e devolução da armadilha que haviam recebido. Um indicador da sua participação nesta medida respeita ao número de moradores das 5 freguesias de Angra do Heroísmo que, sendo alvo da ação piloto dos Esquadrões-T, já tinham montado a armadilha quando foram visitados por estes (n=137). Pudemos constatar que a maioria dos moradores visitados (53,2%) havia guardado a armadilha oferecida pelo município (Figura 70), ainda que um terço (33,6%) já a tivesse montado.

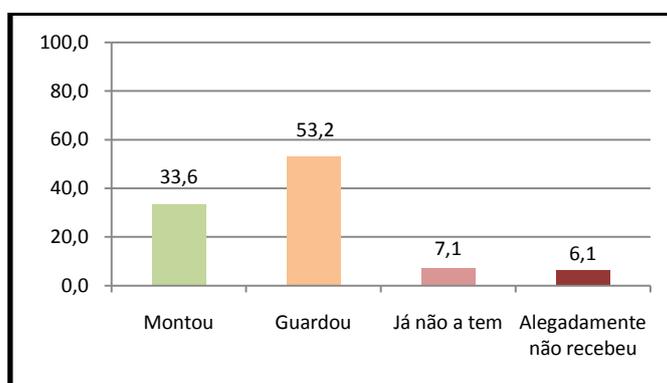


FIGURA 70- Implicação na montagem de armadilhas dos cidadãos visitados pelos Esquadrões (n=137).

Refira-se que a visita dos Esquadrões ocorreu uma semana após a realização da distribuição postal das armadilhas, intervalo de tempo que poderia ser considerado demasiado pequeno para a concretização da acção solicitada, mas que visou contrariar o extravio de material. Nessas visitas verificou-se que, contrariamente ao acordado, a distribuição das armadilhas tinha sido efectuada pelo CTT com a entrega de publicidade semanal, pelo que muitas pessoas nem tinham detetado o envelope enviado pelo Município no meio de toda a publicidade que se preparavam para descartar ou que já o tinham feito. Ainda que a maioria tenha manifestado a intenção de montar posteriormente as armadilhas, sabe-se que este tipo de intenções muito raramente é concretizado quando o comportamento não ocorre durante os primeiros 15 dias. Situação que vem confirmar a necessidade de uma intervenção mais próxima da população no sentido de reforçar a importância da sua *implicação em práticas concretas de gestão do risco* para que, gradualmente, se consciencialize sobre a urgência de *adoção de comportamentos de prevenção e controlo*, se prepare e se autonomize. Um papel que os Esquadrões desempenharam este ano a título experimental e cujos resultados mostram agora, em diversos indicadores observados, a *pertinência e adequabilidade* deste tipo de intervenções porta-a-porta.

Com a ação de proximidade dos Esquadrões-T conseguimos ainda recolher dados relativamente à *intenção comportamental* de posterior *entrega de armadilhas nas Juntas de Freguesia*, o que permitiu confrontar as perspectivas de cidadãos que expressaram a tenção de colaborar com aqueles que efetivamente vieram a fazê-lo participando na montagem, entrega e recenseamento pelas próprias Juntas.

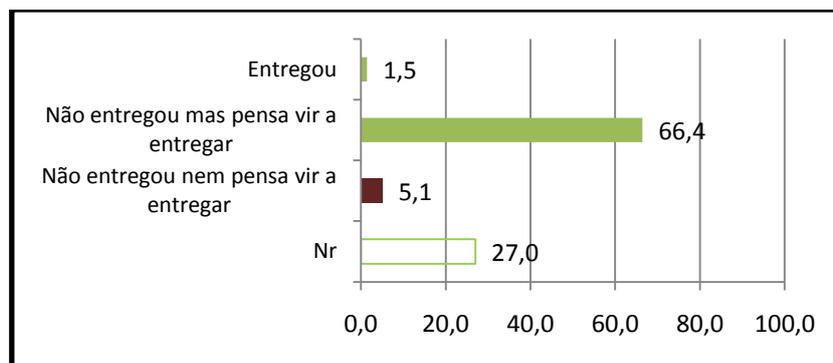


FIGURA 71- Intenção comportamental dos cidadãos visitados pelos Esquadrões que tinham montado armadilhas de as virem a entregar nas Juntas de Freguesia (n=137).

Na visita dos Esquadrões, dois terços dos cidadãos (66,4%) afirmaram *não ter entregue mas tencionar entregar* (Figura 71) sobretudo porque tinha sido *colocada há pouco tempo* (42,3%) (Figura 72) e apenas 5,1% foram claros sobre a tenção de não vir a fazê-lo, considerando-se certos da inexistência do problema no imóvel que habitam. Tendo em vista que as armadilhas poderiam ficar montadas todo o Verão, dependendo de local para local o momento preciso do enxameamento, e que dependia da severidade da infestação o intervalo de tempo de permanência de cada armadilha e eventual

substituição por uma nova, não se esperava nesse momento contabilizar o número efetivo de entregas, uma vez que a semana que mediou o depósito em caixa do correio e a visita dos esquadrões não seria suficiente para a armadilha cumprir a sua funcionalidade na íntegra, a menos que o nível de infestação fosse de uma enorme severidade.

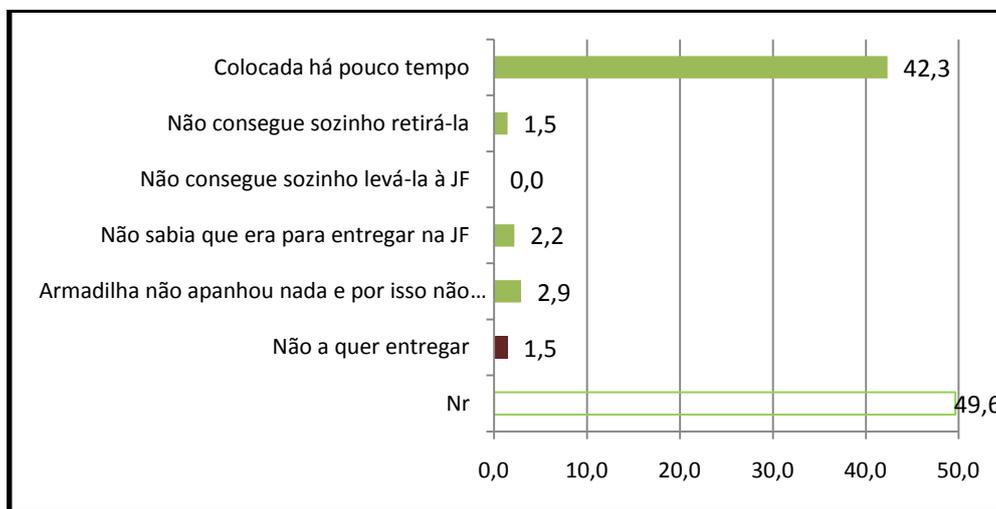


FIGURA 72- Condicionantes para a entrega de armadilhas nas Juntas de Freguesia (n=137).

Em termos regionais, foram entregues nas Juntas de Freguesia 1843 armadilhas das 21658 disponibilizadas pelos municípios, o que corresponde a um índice global de participação de 8,5%. Este valor é certamente inferior ao total de cidadãos que montaram armadilhas nas suas casas, uma vez que ainda atualmente se continuam a ver armadilhas nas janelas de Angra do Heroísmo, por exemplo. Além disso, tivemos conhecimento de que em Ponta Delgada grassou um boato relativamente à obrigatoriedade de desinfestação pelo cidadão dos casos em que fossem detetadas *térmitas* nas armadilhas entregues nas Juntas, pelo que a percentagem de participação pública se encontra subestimada.

Sem quaisquer pontos de referência que permitam avaliar o índice de participação alcançada quanto à sua magnitude, embora ela se afigure reduzida em termos absolutos, consideramos que a relevância deste valor decorre de poder passar a constituir o valor-base com o qual os índices futuros de participação nesta matéria deverão ser comparados.

A entrega de armadilhas nas Juntas de Freguesia reuniu, porém, uma adesão bastante diferenciada nos municípios em análise. Quatro em cada dez armadilhas foram entregues por angrenses (41,3%), seguindo-se de duas por ponta-delgadenses (24,4%). Menores contributos absolutos apresentaram a Horta (17,4%) e Vila do Porto (16,9%) (Figura 73).

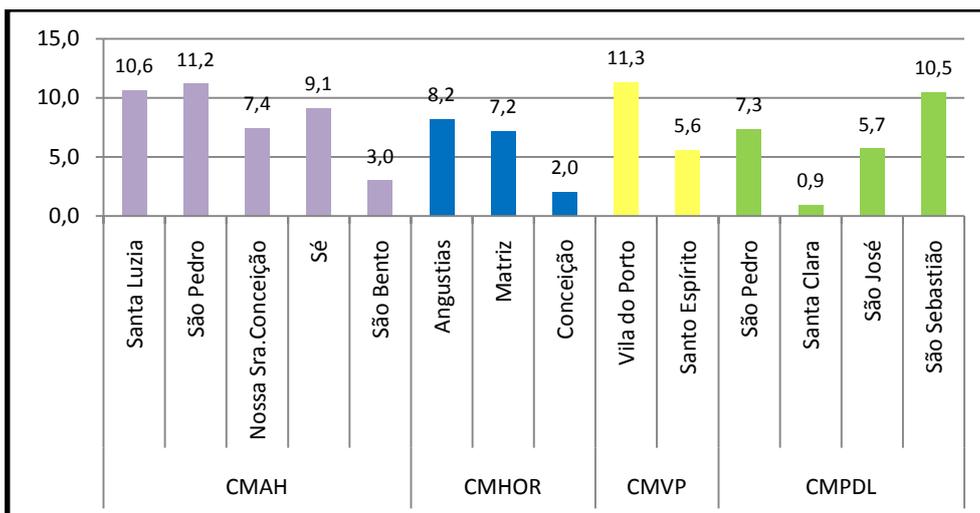


FIGURA 73- Entrega de armadilhas nas Juntas de Freguesia em valores não ponderados.

No entanto, para desvendar o *ranking* de participação pública alcançado com a Campanha estes valores exigem ser ponderados pelo número de fogos-alvo de distribuição do *direct mail*. Neste sentido, a distribuição patente na figura 74 altera-se substancialmente (Figura 74).

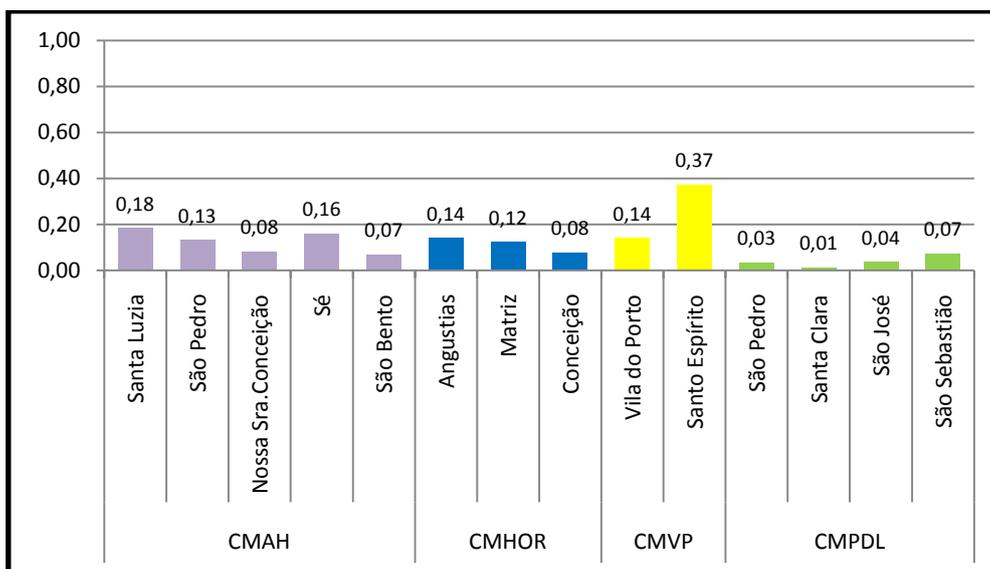


FIGURA 74- Entrega de armadilhas nas Juntas de Freguesia em valores ponderados.).

Hierarquizando o contributo das 14 freguesias alvo da Campanha, destacam-se agora como mais participativas:

- 1º. Santo Espírito (Santa Maria) com 103 armadilhas entregues em 277 distribuídas;
- 2º. Santa Luzia (Terceira) com 196 armadilhas entregues em 1074 distribuídas;
- 3º. Sé (Terceira) com 168 armadilhas entregues em 1052 distribuídas.

No extremo oposto, em termos de menores índices de participação, encontram-se três das quatro freguesias de Ponta Delgada:

- 1º. Santa Clara (São Miguel) com 17 armadilhas entregues em 1312 distribuídas;
- 2º. São Pedro (São Miguel) com 135 armadilhas entregues em 4101 distribuídas;
- 3º. São José (São Miguel) com 105 armadilhas entregues em 2991 distribuídas.

Das freguesias que se destacam, o maior índice de participação de Santo Espírito não surpreende, uma vez que apenas vem corroborar a eficácia potencial que os cidadãos atribuem à montagem de armadilhas no controlo da infestação e a vontade expressa em continuar a implementar este tipo de medidas. A compreensão da sua pró-atividade nesta matéria implica estudar mais de perto esta comunidade, uma vez que a identificação dos factores facilitadores desta postura pode revestir-se da maior importância para a agilização de fenómenos congéneres noutros contextos.

O posicionamento desfavorável das quatro freguesias do município de Ponta Delgada merece também reflexão. A precária adesão a esta Campanha reclama uma relação de maior proximidade com as populações deste município nas futuras iniciativas.

Nas figuras 69 a 72 encontra-se uma análise mais detalhada dos índices de

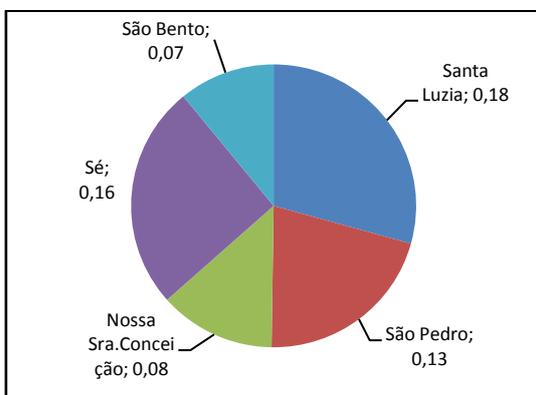


FIGURA 75- Índices de participação nas Juntas de Freguesia de Angra do Heroísmo

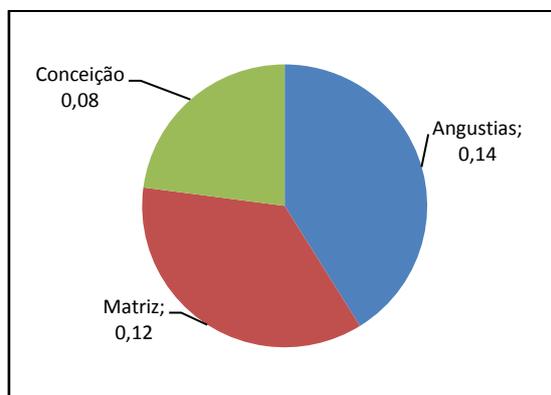


FIGURA 76- Índices de participação nas Juntas de Freguesia da Horta

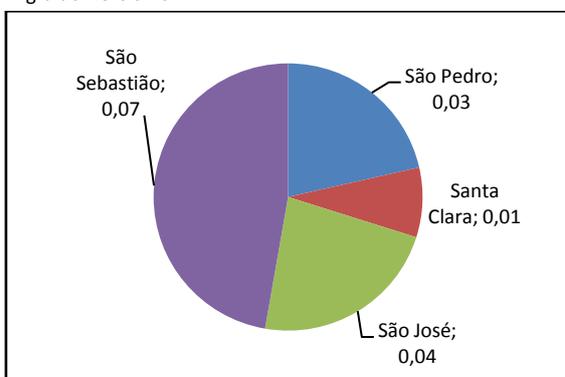


FIGURA 77- Índices de participação nas Juntas de Freguesia de Ponta Delgada

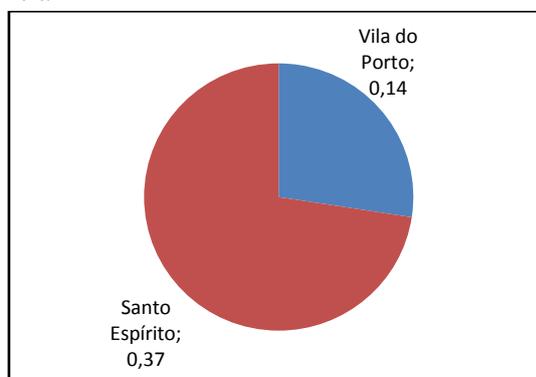


FIGURA 78- Índices de participação nas Juntas de Freguesia de Santa Maria

participação pública por freguesia em cada município. Como vimos, em Angra do Heroísmo (762 armadilhas entregues em 6182 enviadas) foram os residentes em Santa Luzia que mais aderiram a esta medida de prevenção e controlo, com Nossa Senhora da Conceição e São Bento a mostrar os menores níveis de implicação, como se ainda não tivessem tomado consciência de que a praga já lá chegou para se instalar. Santa Maria (311 armadilhas entregues em 1758 enviadas) também respondeu muito bem ao desafio colocado, uma vez que mesmo a Freguesia de Vila do Porto, que apresentou uma participação proporcionalmente bastante inferior à de Santo Espírito, ficou *aequo* em 4º lugar com a freguesia das Angústias da Horta. No município da Horta (320 armadilhas entregues em 2653 enviadas), a freguesia da Conceição destaca-se pela negativa. Mas nada suplanta a fraca adesão de Ponta Delgada (450 armadilhas entregues em 11064 enviadas) que ocupa os quatro últimos lugares no *ranking*, com contributos irrisórios.

Tendo em conta os promissores resultados da intervenção-piloto realizada em Angra do Heroísmo com a visita domiciliária dos Esquadrões-T que se revelou significativamente associada à entrega de armadilhas nas Juntas de Freguesia ($\chi^2 = 30,890$; gl=1; p=2,73E-08; Quadro 22), justifica-se recomendar que sejam acionados dispositivos congéneres, de aproximação e apoio às populações, nas freguesias em que se registaram fracas adesões, como as de Ponta Delgada. É possível que este tipo de medidas ajude a contrariar o distanciamento e isolamento que caracterizam os centros urbanos relativamente a outras comunidades mais pequenas em que a proximidade parece favorecer a entreaajuda.

QUADRO 22- Distribuição dos cidadãos que participaram e não participaram na Campanha em função de terem ou não sido visitados pelos Esquadrões T (N=6182)

	Foram visitados pelo ET		Não visitados pelo ET		TOTAL
	n	%	n	%	
Entregaram armadilhas nas JF	115	19,1	631	11,3	746
Não entregaram armadilhas nas JF	488	80,9	4948	88,7	5436
TOTAL	603	100,0	5579	100,0	6182

Por outro lado, para percebermos em que medida é que esta participação traduz uma efectiva alteração na forma como os cidadãos perspectivam o seu papel na prevenção e controlo da infestação, importa avaliar a intenção de *continuarem a montar armadilhas nos próximos anos*. E, de acordo com a vontade expressa na Ficha de Registo da Junta (N=1987), este indicador está longe de ser favorável (Figura 79). Ainda que cerca de três quartos dos inquiridos afirme a sua intenção de continuar a montar armadilhas durante o período do enxameamento, apenas um quarto se compromete a fazê-lo *caso tenha de as comprar* (25,3%). Os restantes, pouco menos de metade dos inquiridos (48,7%), apenas o farão *se a Câmara Municipal as continuar a oferecer*,

podendo assim querer sublinhar uma postura pouco confiante na implicação das instituições públicas na gestão da infestação, ainda que diversa da posição dominante que encontrámos anteriormente (Arroz, *et al.*, em prep. a.): de “*se eles não fazem porque é que eu hei-de fazer*”, a metáfora parece ter evoluído para “*eu faço se eles continuarem a fazer*”. No entanto, esta posição pode também sinalizar uma “subsidiodependência” comum em tantas outras matérias. De qualquer forma, a orientação evidenciada reclama novas experiências de colaboração ajudem a consolidar as práticas introduzidas mas também a confiança recíproca entre munícipes e autarcas.

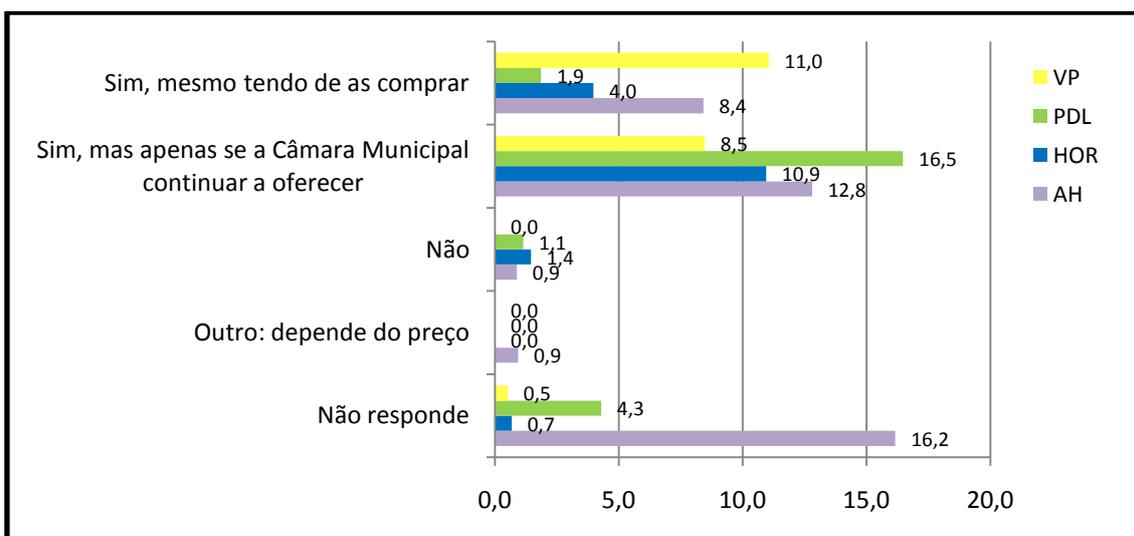


FIGURA 79- Intenção de continuar a montar armadilhas para a prevenção e controlo das térmitas (N=1987)

Olhando em termos de posicionamento por município (Quadro 23) constatamos que são os cidadãos de Ponta Delgada (69,3%) quem mais imputa responsabilidades aos autarcas no financiamento deste meio de prevenção e controlo, seguidos dos moradores participantes da Horta (64%) e, com menor representatividade, dos angrenses (32,7%). No extremo oposto, destaca-se pela positiva Vila do Porto, com a maioria dos cidadãos a assumirem uma postura pró-ativa, comprometida e autónoma (55,2%).

QUADRO 23- Intenção de continuar a montar armadilhas para a prevenção e controlo das térmitas por município

	AH		HOR		PDL		VP	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Pensa continuar a montar armadilhas nos próximos anos?								
Sim, mesmo tendo de as comprar	163	21,5	77	23,3	36	7,8	214	55,2
Sim, mas apenas se a Câmara Municipal continuar a oferecer	248	32,7	212	64,2	319	69,3	164	42,3
Não	17	2,2	28	8,5	22	4,8	0	0,0
Outro: depende do preço	18	2,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Não responde	313	41,2	13	3,9	83	18,0	10	2,6
Total	759	100,0	330	100,0	460	100,0	388	100,0

5.3.2.2. Poder local (CM+JF)

Quanto aos impactos produzidos ao nível da *implicação em práticas concretas de gestão de risco* podemos destacar o papel preponderante que as Juntas de Freguesia e os seus funcionários - recursos existentes no terreno e inexplorados até ao momento no combate às térmitas - passaram a desempenhar com as sinergias entretanto criadas, nomeadamente através da ação específica de receção das armadilhas que os cidadãos lhes entregavam e o seu registo num questionário concebido para o efeito. Esta simples ação permitiu o estabelecimento de uma plataforma de comunicação entre as Juntas – instância que prima pela proximidade à população - e a Universidade, partilhando informação de forma inédita e que veio a viabilizar o primeiro estudo, a nível regional, de participação pública no controlo da infestação recolhendo dados sociográficos de caracterização dos cidadãos participantes, tornando possível a análise do seu perfil, avaliar a percentagem de participação alcançada, a adequabilidade e a eficácia reconhecida.

5.3.2.3. Governo Regional (SRAM+SRTSS)

Ao nível do Governo Regional nomeadamente da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, podemos salientar, a audibilidade conquistada junto desta instância como impacto produzido em termos de *implicação em práticas concretas de gestão de risco* pelo facto de termos sido reconhecidos como um interlocutor relevante na consultoria do sistema de gestão em curso. Por várias vezes, fomos convocados para dar o nosso parecer, e apresentar o diagnóstico que temos vindo a desenvolver ao nível das tarefas necessárias para uma gestão integrada do problema, que passou assim a servir de instrumento de apoio à priorização na decisão política da gestão da infestação.

5.3.2.4. Voluntários (Institucionais e informais)

Das 19 instituições contactadas apenas 4 se comprometeram e envolveram ativamente na implementação da iniciativa Esquadrões-T. (Quadro 24). Destas, gostaríamos de destacar o Padre Dolores, pároco da Junta de Freguesia da Conceição (pelos contactos que nos ajudou a estabelecer), a Dr.ª Manuela Sousa do Serviço de Voluntariado da Santa Casa da Misericórdia, a Dr.ª Ana Cristina Pereira da Academia da Terceira Idade da Santa Casa da Misericórdia, o Dr. Rui Drummond da Unidade de Formação da Cáritas e ainda Laia Carbonell da associação de Defesa Ambiental Gê-Questa, peças-chave que garantiram o sucesso dos Esquadrões-T.

QUADRO 24- Elencagem de instituições contactadas e contribuições angariadas.

Instituições contactadas	Nº de voluntários angariados
Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória (SCMVP) Sr. Provedor Francisco Ferreira Dr. Alvarino Pinheiro	0
Paróquia de Nossa Sr.ª da Conceição Padre Dolores	0
Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH) Dr.ª Manuela Sousa	8
Academia da Terceira Idade da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH) Dr.ª Ana Cristina Pereira	5
Cáritas – Unidade de Formação Dr. Rui Drummond	8
Gê Questa – Associação de Defesa do Ambiente Laia Carbonell	7
Corpo Nacional de Escutas (CNE) Agrupamento da Conceição Chefe Telmo Alves Chefe Paulo Machado Agrupamento de São Sebastião Agrupamento de São Bartolomeu Agrupamento de Porto Judeu Núcleo Regional de Escutas (CNE) Chefe Pires Luís	0
Associação de Escuteiros de Portugal (AEP) Agrupamento de Santa Luzia Agrupamento da Sé Agrupamento do Lameirinho	0
Junta de Freguesia de São Pedro	0
Junta de Freguesia de Santa Luzia	0
Junta de Freguesia da Sé	0
Junta de Freguesia de São Bento	0
Junta de Freguesia da Conceição	0

5.3.3. Contributos para a monitorização e controlo do problema

A ação *direct mail*, ao distribuir gratuita e diretamente nas caixas de correio dos cidadãos, armadilhas que se destinam à captura de alados no período do seu enxameamento, para além de permitir a participação pública no controlo do problema e promover uma maior consciência social do risco, teve ainda um importante papel na no controlo do problema e na recolha de informação relativa à dispersão da infestação ao avaliar lugares que ainda não tinham sido monitorizados.

5.3.3.1. Nº de térmitas capturadas

A avaliação do índice de térmitas capturadas foi feita por estimativa atribuindo-se uma percentagem de ocupação da mancha de alados por armadilha (Quadro 25), sob recomendação do Professor Paulo A. V. Borges, da Universidade dos Açores, que coordena a equipa de Monitorização e Avaliação de Risco. Saliente-se que nas armadilhas em que se verificava um número reduzido de térmitas foi realizada uma contagem efetiva (e não estimada) de todos os alados presentes.

QUADRO 25- Percentagem de ocupação de térmitas e número estimado de alados correspondentes

Percentagem (de ocupação)	Estimativa (nº de Térmitas)	Cor SIG
0%	0	Ausência
25%	210	Presença
50%	420	Presença
75%	630	Presença
100%	840	Presença

No total foram capturadas 84.851 térmitas, mais de três quartos em Angra do Heroísmo (78%; 66021 alados) (Figura 80). Seguem-se Ponta Delgada (18%;15441 alados), Vila do Porto (3%;2520 alados) e Horta (1%;869 alados) mas francamente distanciadas.

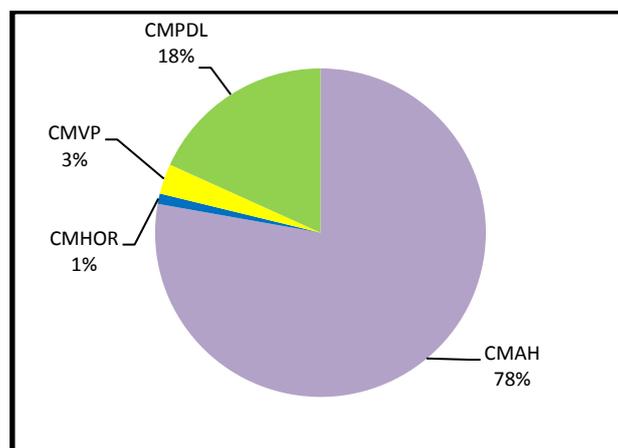


Figura 80 - Percentagem de térmitas capturadas nas armadilhas (N=84851)

Em termos de freguesias, foi a Junta de São Pedro (Angra do Heroísmo) quem mais térmitas capturou (26,49%), sendo que nas armadilhas de Santo Espírito (Vila do Porto) e de São Pedro (Ponta Delgada) nenhuma térmita foi capturada e nas das Angústias e da Conceição (Horta) apenas foram capturadas 6 e 22 térmitas, respectivamente.

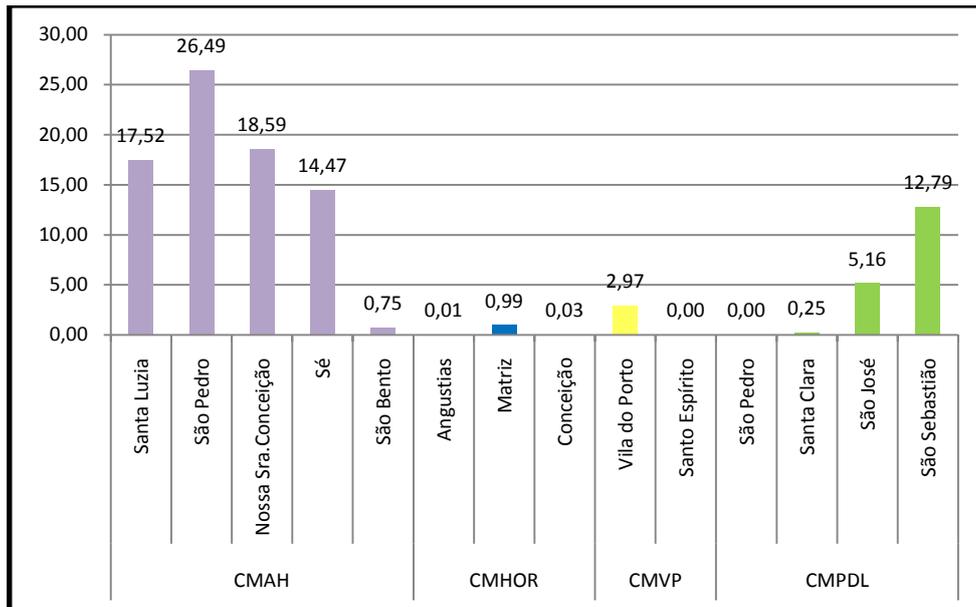


FIGURA 81- Percentagem de térmitas capturadas em todas as freguesias participantes

A média de térmitas encontradas por armadilha em cada município (Figura 82) continua a registar uma configuração idêntica à distribuição de alados capturados independentemente do número desigual de armadilhas entregue por Junta.

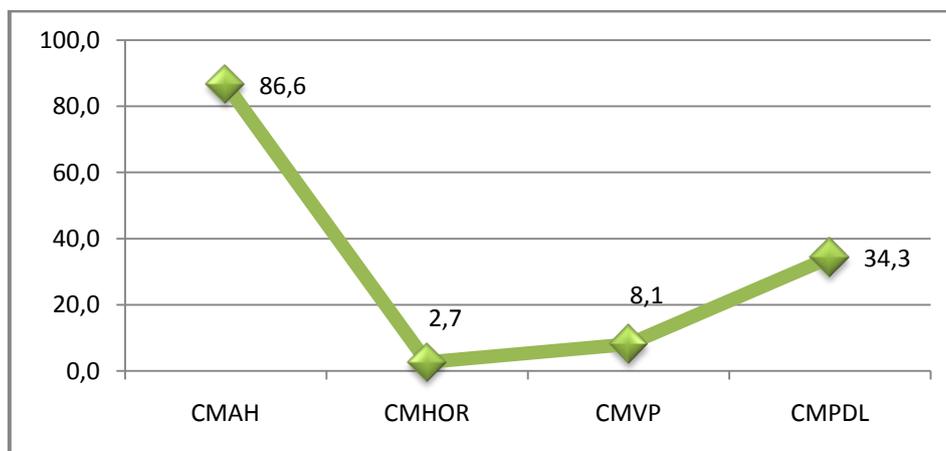


FIGURA 82- Número de térmitas capturadas em média por armadilha nos diferentes municípios.

Estes dados devem ser analisados com prudência, uma vez que não constituem um indicador fiável de abundância da espécie em cada local e, por isso mesmo, não podem ser interpretados com indicativos do grau de severidade da infestação. As condições não estandardizadas em que a monitorização foi realizada pelos cidadãos acarretam limitações significativas para o alcance dos resultados. De facto, ao deixar ao seu critério o local e forma de montagem da armadilha, apesar de lhe serem fornecidas instruções, não se garante um controlo sistemático da sua colocação. Também o tempo de exposição da armadilha apresentou flutuações consideráveis de umas casas para as outras, podendo, qualquer destes factores ou a sua interação levar à referenciação de alguns fogos como falsos negativos, ou seja como não tendo térmitas

ainda que possam estar infestados, ou à inflação dos alados capturados nuns locais em detrimento de outros.

Pelo elevado número de armadilhas envolvidas nesta operação, e independentemente do erro associado à variabilidade dos processos usados na captura de alados, a média de térmitas encontradas nas armadilhas de Angra do Heroísmo afigura-se de facto preocupante, exigindo um conjunto de ações coordenadas e diversificadas em função das características da infestação em cada freguesia, da sua familiaridade com o problema e das suas especificidades socioculturais. Bem diversa se supõe ser a situação na Horta e em Vila do Porto, onde o problema parece ainda estar circunscrito a uma área delimitada e nessa medida permitir ensaiar estratégias de dizimação colectiva. A reduzida expressão da participação nas Freguesias de Ponta Delgada não permite qualquer inferência que nos oriente a tomada de decisão sobre o formato das ações a empreender.

Por forma a aferir o grau de fidelidade dos cidadãos ao cumprimento das instruções disponibilizadas no íman que acompanhou as armadilhas, bem como a avaliar a eficácia da informação disponibilizada, uma das questões que integrava a “Ficha de Registo das Juntas de Freguesias” visava avaliar se as instruções haviam sido seguidas. Dos dados recolhidos podemos apenas concluir que a maioria dos cidadãos afirma que *sim* (74,1%) (Figura 83; Quadro 26) quanto à observância das instruções.

No entanto, fica por apurar se o local escolhido pelos cidadãos para a colocação das armadilhas foi de facto o mais apropriado para cada habitação, já que, à exceção de Angra do Heroísmo que contou com três dias de auxílio na montagem de armadilhas à população para evitar utilizações incorretas (ver descrição da ação piloto porta-a-porta dos Esquadrões-T), nada mais nos permite assegurar que tal não tenha sucedido noutros municípios, e até mesmo em Angra, em muito dos fogos que os voluntários não puderam visitar.

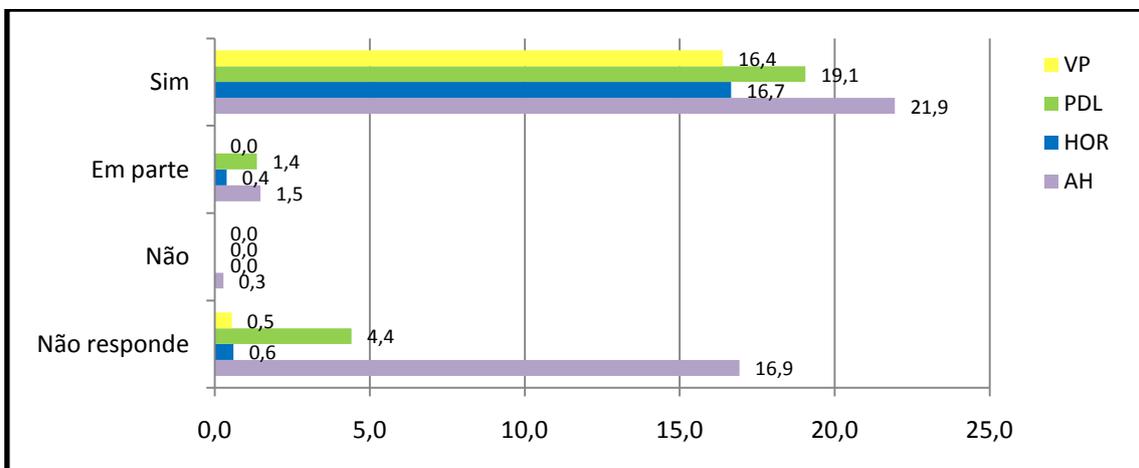


FIGURA 83- Observância das instruções disponibilizadas na montagem das armadilhas (N=1837)

QUADRO 26- Observância das instruções disponibilizadas na montagem das armadilhas por município

	AH		HOR		PDL		VP	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Seguiu as instruções de montagem?								
Sim	403	54,0	306	94,4	350	76,8	301	96,8
Em parte	27	3,6	7	2,2	25	5,5	0	0,0
Não	5	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Não responde	311	41,7	11	3,4	81	17,8	10	3,2
Total	746	100	324	100	456	100	311	100

5.3.3.2. Georreferenciação dos fogos participantes

Os mapas foram criados com as coordenadas (aproximadas) dos endereços fornecidos pelos participantes no programa. Cada ponto existente consiste numa coordenada relativa à morada de um participante e, a pelo menos, uma armadilha entregue.

Para obtenção das coordenadas foi utilizado o sítio “IDEiA – Infraestrutura de Dados Espaciais Interativa dos Açores” (<http://ideia.azores.gov.pt/>) e utilizado o *freeware* “Google Earth”. Estes dados foram, posteriormente importados para um Sistema de Informação Geográfica (SIG) onde foram trabalhados utilizando o *freeware* “gvSig”.

Com os dados existentes classificámos os pontos quanto à presença e ausência, relativamente à existência ou não de térmitas da espécie *C. brevis* (Figuras 84, 86, 88 e 90). Para os pontos de presença foi criado um *buffer* de 100 metros de raio, considerando a capacidade de dispersão da espécie (Guerreiro, 2009). Com este *buffer* realizámos uma intersecção com a malha urbana das localidades correspondentes obtendo-se, desta forma, a área de risco de infestação (Figuras 85, 87, 89, e 91).

Desta intersecção resultou o apuramento de 5 novos focos de infestação (Figuras 91, e 92) onde não tinha sido possível, até ao momento, comprovar a sua existência. Ainda que se tratem de locais situados nas freguesias delimitadas como “áreas de risco”, o alargamento da área conhecida de distribuição da espécie vem corroborar a importância do investimento no envolvimento do cidadão em ações colaborativas de controlo do problema.

Esta informação permite, por outro lado, estabelecer comparações com os dados obtidos pela Equipa de Monitorização e Avaliação de Risco, em prol de um melhor entendimento da dispersão da praga, ainda que os trabalhos das duas equipas envolvam metodologias distintas e alcances bastante diferenciados.

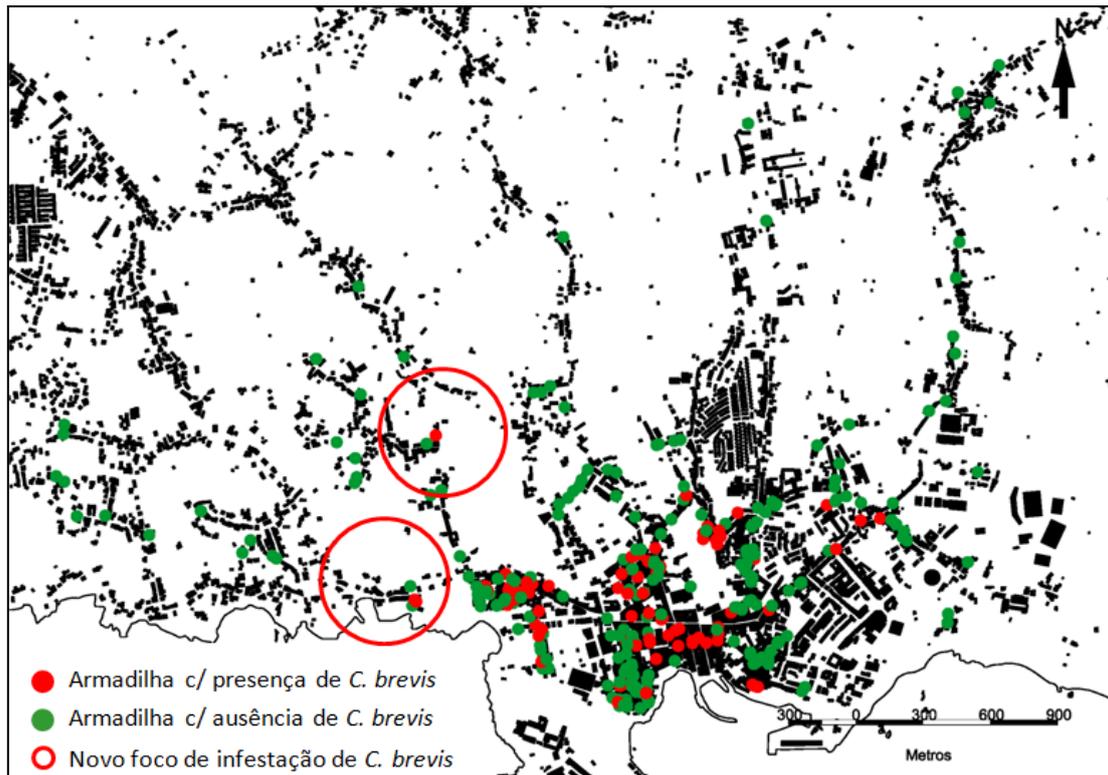


FIGURA 84- Georreferenciação dos fogos participantes no município de Angra do Heroísmo (n=746)

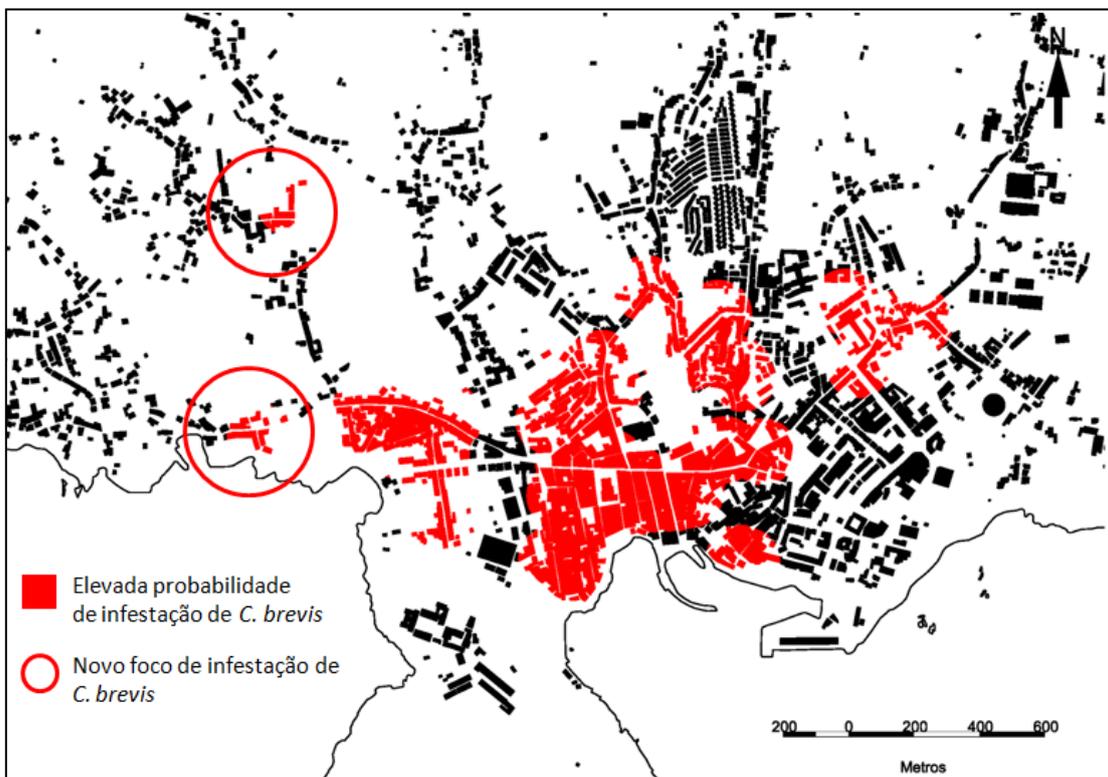


FIGURA 85- Intersecção dos fogos participantes georreferenciados com a malha urbana de Angra (delimitação de área de risco de infestação) (n=746)

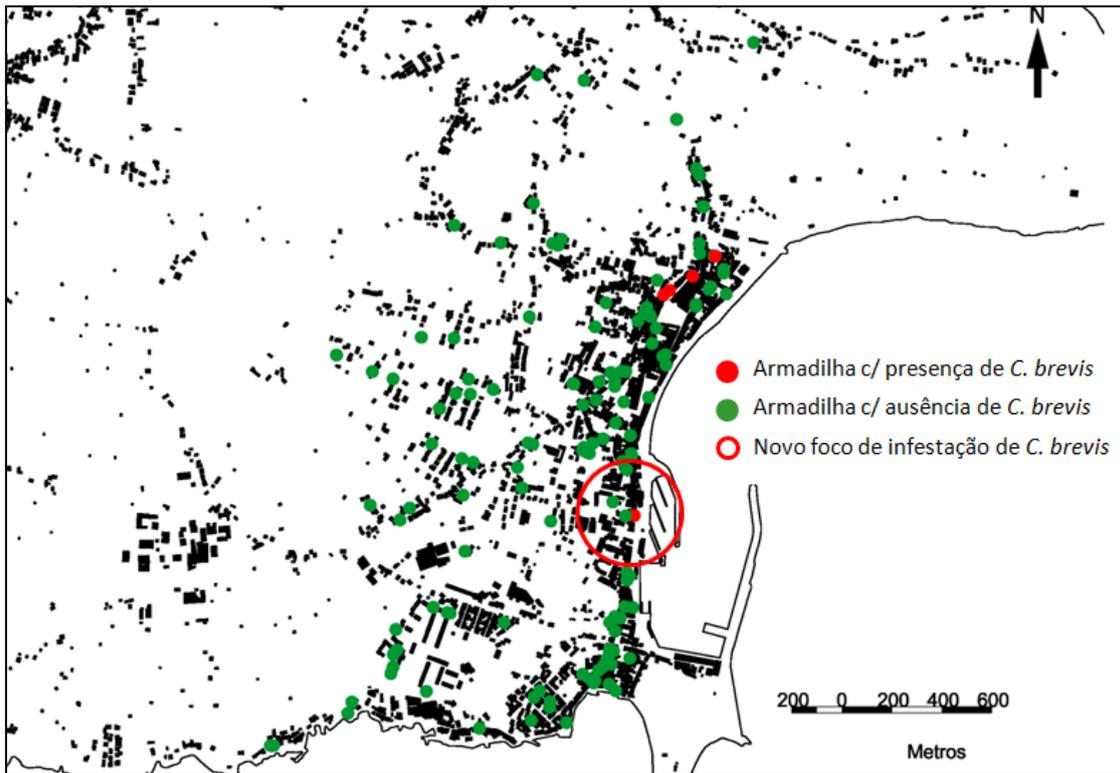


FIGURA 86- Georreferenciação dos fogos participantes no município da Horta (n=324)

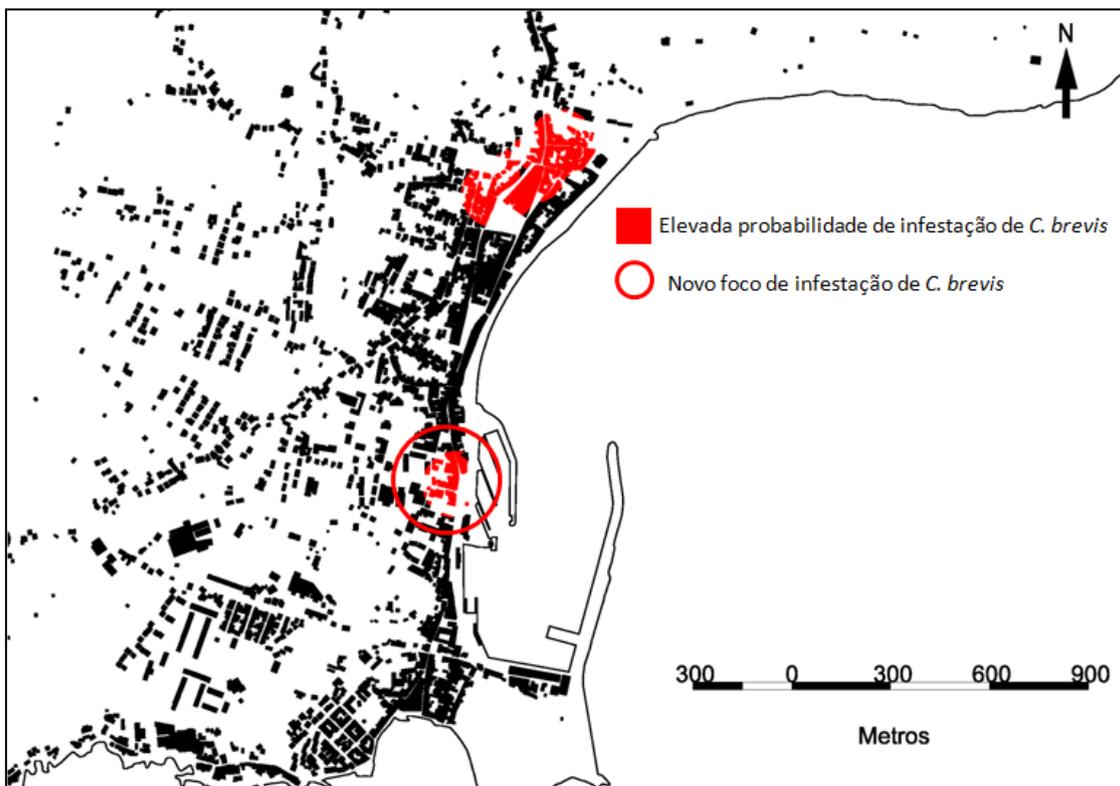


FIGURA 87- Intersecção dos fogos participantes georreferenciados com a malha urbana da Horta (delimitação de área de risco de infestação) (n=324)

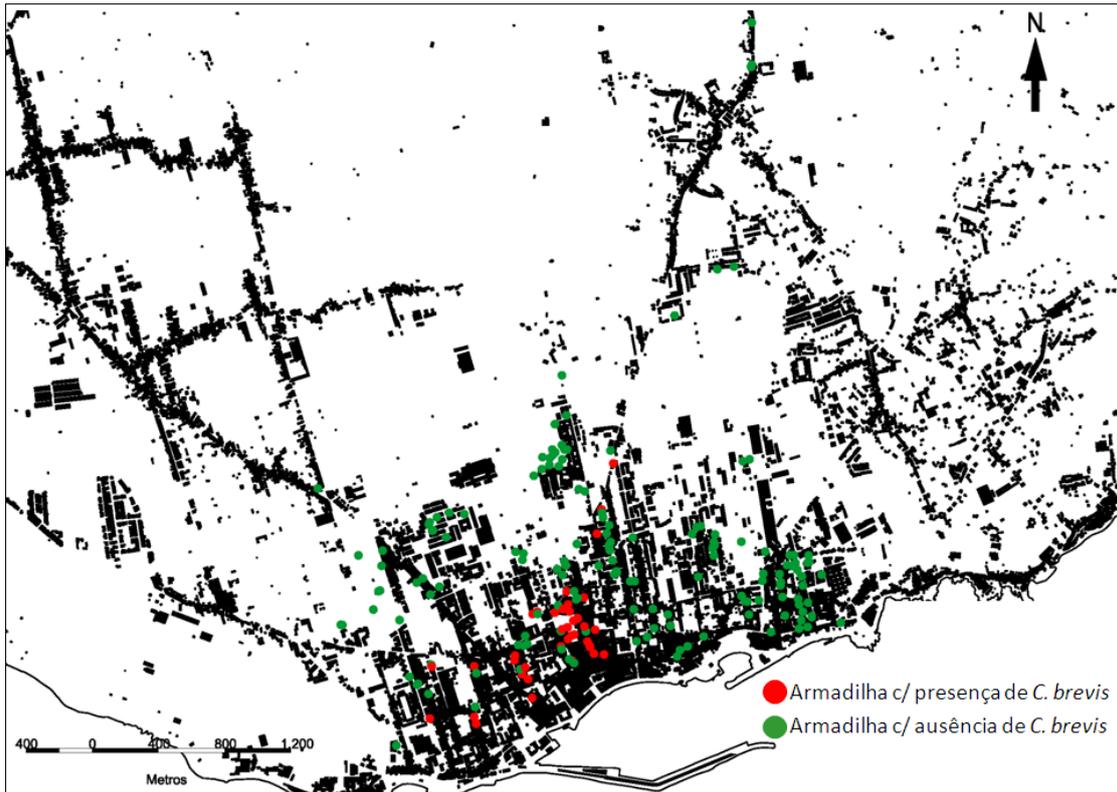


FIGURA 88- Georreferenciação dos fogos participantes no município de Ponta Delgada (n=456)



FIGURA 89- Intersecção dos fogos participantes georreferenciados com a malha urbana de Ponta Delgada (delimitação de área de risco de infestação) (n=456)

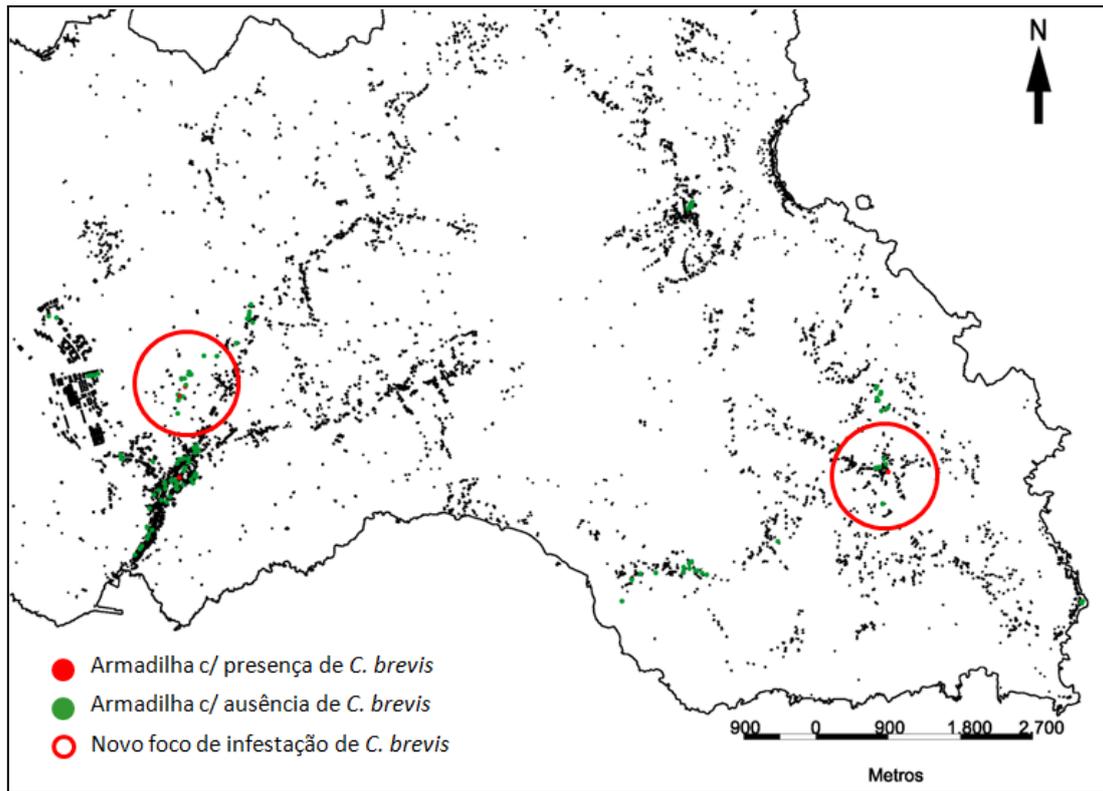


FIGURA 90- Georreferenciação dos fogos participantes no município de Vila do Porto (n=311)

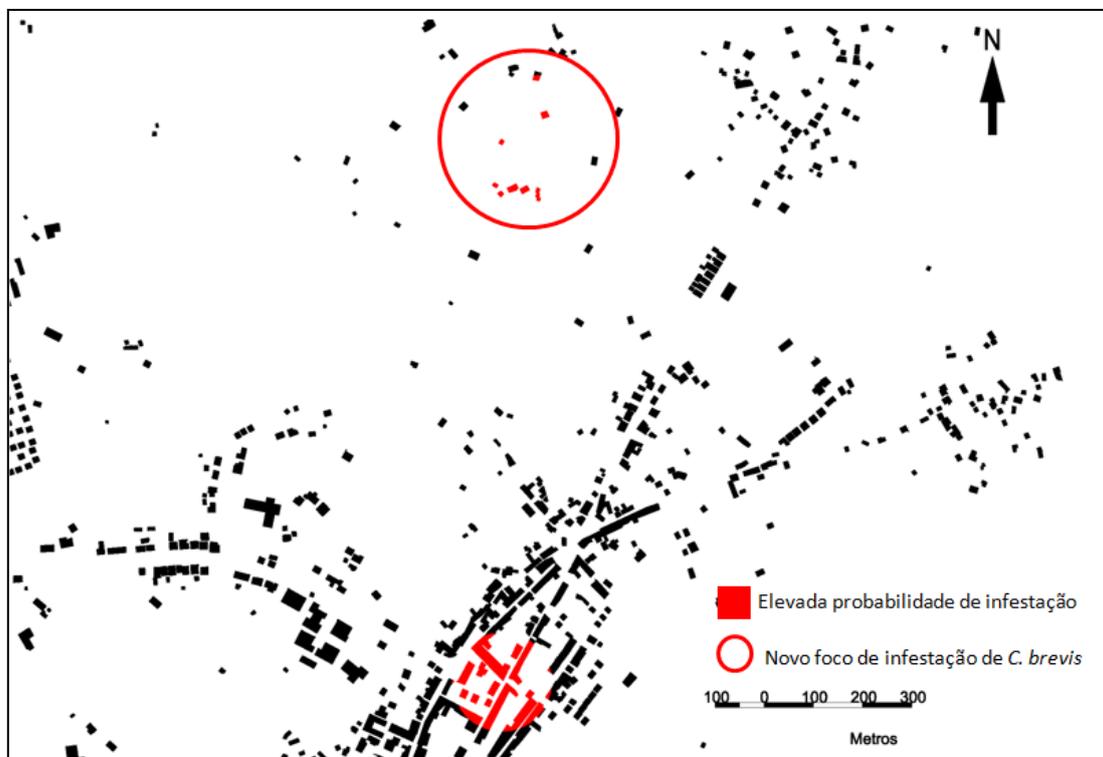


FIGURA 91- Intersecção dos fogos participantes georreferenciados com a malha urbana de Vila do Porto (delimitação de área de risco de infestação) (n=311)

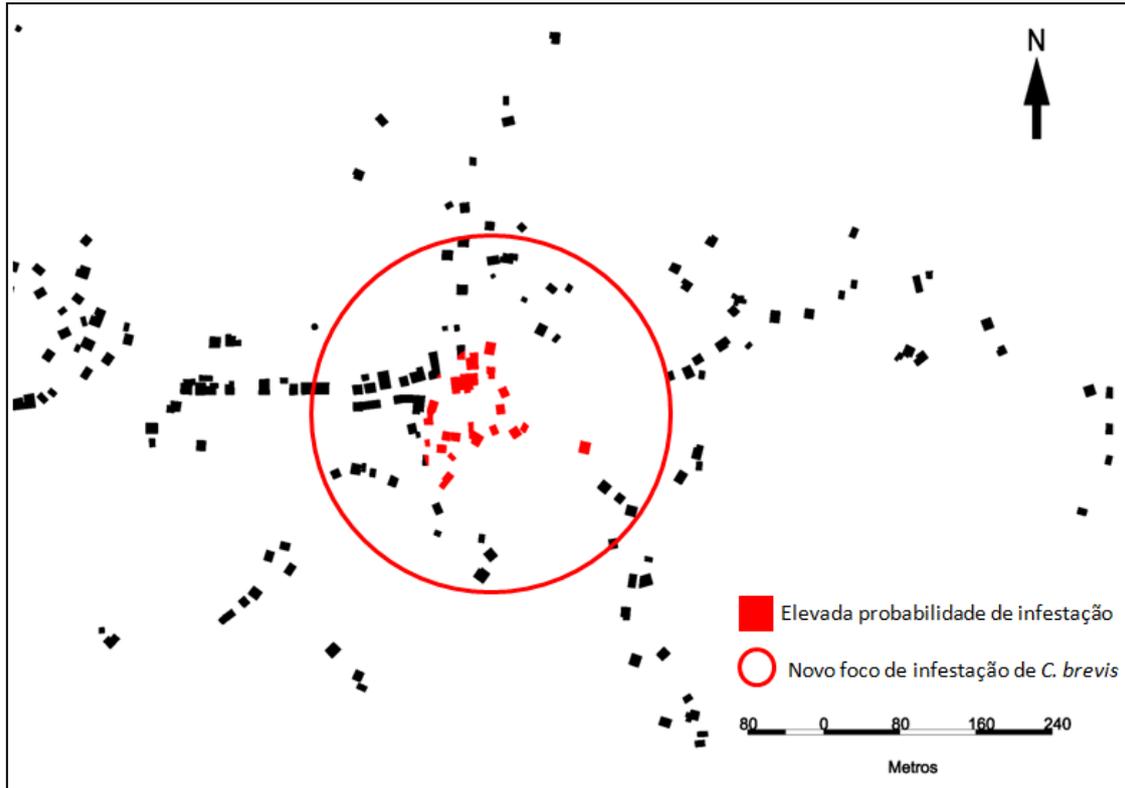


FIGURA 92- Intersecção dos fogos participantes georreferenciados com a malha urbana da Freguesia de Santo Espírito em Vila do Porto (delimitação de área de risco de infestação) (n=311)

6.

BALANÇO, DESENVOLVIMENTOS E RECOMENDAÇÕES

6.1. Síntese dos resultados

Em síntese, os principais resultados da Campanha “SOS Térmitas: Unidos na Prevenção”, caracterizam-se por:

Satisfação alcançada com a distribuição de armadilhas

Os cidadãos avaliaram como francamente positivo o envolvimento do seu município na oferta de armadilhas, embora reconheçam a necessidade da implicação dos moradores e do acionamento de outras medidas para além da montagem de armadilhas.

Representações dominantes por município:

Vila do Porto: 7 em cada 10 indivíduos considerou uma iniciativa *excelente*;

Horta: a eficácia das armadilhas é maioritariamente imputada ao esforço conjunto dos seus conterrâneos;

Ponta Delgada: a maioria perspectiva esta iniciativa apenas como um pequeno passo na gestão do problema ;

Angra do Heroísmo: os cidadãos dividem-se quanto a relevância atribuída à iniciativa, embora grande parte não responda.

Consolidação da consciência social do risco: promoção de literacia

Pela primeira vez foi implementada uma medida para dotar a população de conhecimentos e competências específicas, já que muitos dos cidadãos que montaram armadilhas e entregaram na Junta eram completamente inexperientes: menos de 2 em cada 10 tinham tido contacto prévio com armadilhas.

Representações dominantes por município:

Horta: 62% dos cidadãos nunca tinha visto nem ouvido falar das armadilhas;

Vila do Porto: 88% já tinham ouvido falar de armadilhas, embora nenhum já as tivesse montado;

Ponta Delgada: igual conhecimento embora em menor percentagem 66%;

Angra do Heroísmo: única cidade onde os cidadãos já tinham visto armadilhas montadas na rua, embora apenas 22% dispusessem desta informação.

Implicação em práticas concretas de gestão da infestação

Pela primeira vez foi facultada de forma generalizada aos cidadãos a oportunidade de experimentar e adotar um importante meio de prevenção e controlo da praga: a montagem de armadilhas nas suas habitações. As Juntas de Freguesia, enquanto recursos existentes no terreno, também se estrearam no combate às térmitas, através da ação específica de receção e registo de armadilhas.

Adoção de comportamentos de prevenção e controlo: Em termos regionais, foram entregues nas Juntas de Freguesia 1843 armadilhas das 21658 disponibilizadas pelos municípios, o que corresponde a um índice global de participação de 8,5%.

Hierarquizando o contributo das 14 freguesias, destacam-se como mais participativas:

1º. **Santo Espírito (Santa Maria)** com 103 armadilhas entregues em 277 distribuídas;

2º. **Santa Luzia (Terceira)** com 196 armadilhas entregues em 1074 distribuídas;

3º. **Sé (Terceira)** com 168 armadilhas entregues em 1052 distribuídas.

No extremo oposto, em termos de menores índices de participação, encontram-se três das quatro freguesias de Ponta Delgada:

1º. **Santa Clara (São Miguel)** com 17 armadilhas entregues em 1312 distribuídas;

2º. **São Pedro (São Miguel)** com 135 armadilhas entregues em 4101 distribuídas;

3º. **São José (São Miguel)** com 105 armadilhas entregues em 2991 distribuídas.

Maior índice de participação associado a:

- maior crença na eficácia das armadilhas como estratégia de controlo da infestação;
- maior crença na eficácia da acção de cada um de nós;
- valor atribuído à acção dos autarcas na oferta gratuita de armadilhas;
- apoio personalizado e socialização ao problema através de dispositivos do tipo dos Esquadrões-T;

Menores índices de participação reclamam uma relação de maior proximidade com as populações em futuras iniciativas de comunicação de risco.

Facilitação da participação : estudo-piloto da intervenção dos Esquadrões-T em Angra do Heroísmo

Satisfação provocada alcançada: A generalidade dos voluntários (90%), fizeram um balanço positivo da iniciativa, tendo 8 em cada 10 voluntários expresso a intenção de voltar a participar.

- Jovens:** **Principais motivações:** curiosidade, interesse, vontade de ajudar, contactar com pessoas
Benefícios alcançados: poder ajudar, contactar com pessoas, adquirir novos conhecimentos.
- Séniore:** **Principais motivações:** disponibilidade temporal, ajudar o próximo, contribuir para a resolução de um problema social, identidade com o lugar e sentimento de pertença.
Benefícios alcançados: conhecimento acerca do problema e formas de o gerir, renovar o contato com os jovens, trabalho em equipa e sentir-se útil.
- Destinatários:** Impacto altamente significativo das visitas na entrega de armadilhas

Contributos para a monitorização do risco: distribuição da praga

Com a participação da população conseguiu-se alargar o conhecimento da área de distribuição da espécie, obtendo-se informação acerca de lugares que ainda não tinham sido avaliados: deteção de 5 novos focos de infestação nas freguesias delimitadas como “áreas de risco”.

Novos focos de infestação detetados:

- 2 em Angra do Heroísmo (ambos na Freguesia de São Pedro)
- 2 em Vila do Porto (1 na Freguesia de Vila do Porto e 1 na Freguesia de Santo Espírito);
- 1 na Horta (Freguesia de Angústias)

Contributos para o controlo do risco: captura de térmitas

Com a primeira Campanha de captura de térmitas realizada pela população conseguiram-se eliminar aproximadamente 84.851 térmitas no total dos municípios.

Térmitas capturadas por município:

- Angra do Heroísmo** 86,6 alados capturados em média por armadilha;
- Ponta Delgada** 34,3 alados capturados em média por armadilha;
- Vila do Porto** 8,1 alados capturados em média por armadilha;
- Horta** 2,7 alados capturados em média por armadilha.

Atenção: estes valores não constituem um indicador fiável da gravidade da infestação por local, dadas as condições não standardizadas de montagem das armadilhas.

O número de térmitas encontrado nas armadilhas de Angra do Heroísmo exige um conjunto de ações coordenadas e diversificadas em função das características da infestação em cada freguesia, da sua familiaridade com o problema e das suas especificidades socioculturais. Diversamente, o carácter circunscrito da infestação na Horta e em Vila do Porto predispõe-se ao ensaio de estratégias de dizimação colectiva.

A reduzida expressão dos dados relativos às Freguesias de Ponta Delgada reclama, por isso mesmo, um esforço acrescido de aproximação para a mobilização das populações.

6.2. Balanço crítico do programa

Em face dos processos de implementação desta 1ª edição do Programa de Comunicação de Risco concebido para facilitar a gestão integrada da infestação por térmitas de madeira seca (*Cryptotermes brevis*), entendemos realizar uma análise SWOT para apreciar criticamente a nossa capacidade de resposta aos constrangimentos com que nos deparámos desde o primeiro instante em que começámos a investigar este problema numa ótica de intervenção social.

Transformar as ameaças em oportunidades e fazer das fraquezas forças constituiu um desafio constante, tornado mais aliciante pelas alianças construídas com inúmeras instituições, algumas sempre solidárias e outras que exigiram uma atenção constante à negociação de consensos estratégicos, mas em que raramente sentimos ameaçada a validade do nosso trabalho.

Mais do que retratar a implementação deste Programa ao longo dos últimos dois anos, pretende-se com este exercício promover a nossa capacidade competitiva, no sentido de orientar estrategicamente a ação a curto e médio prazos e de reconfigurar metas, parcerias, procedimentos, etc.

Simultaneamente, ao partilhar esta análise deseja-se envolver os parceiros neste processo reflexivo, prestando contas do trabalho realizado e apontando os melhoramentos e as novas realizações a propor.

Análise SWOT do Programa de Comunicação de Risco SOS TÉRMITAS: UNIDOS NA PREVENÇÃO

- Anteriormente
- Presentemente (no decorrer da implementação da campanha)
- Futuramente (a curto e médio prazos)

		Análise Interna	
		<i>Strenghts</i> - Pontos Fortes	<i>Weaknesses</i> - Pontos Fracos
		<ul style="list-style-type: none"> • Robustez do Modelo de Gestão Integrada do IRGC que fundamenta o Programa de CR; • Programa concebido em função dos resultados de investigação diagnóstica (TERMIPAR); • Consistência entre objectivos e metodologias adoptadas no Programa; • Abrangência de metas, públicos-alvo e estratégias de intervenção; • Programa alicerçado num modelo lógico de avaliação de impactos que garante pilotagem ao processo e transparência aos resultados; • Elevado empenho, motivação, persistência e pró-atividade da Equipa; • Elevado potencial criativo e reflexivo da Equipa; • Diversidade das formações e capital cultural da Equipa; • Forte sentido de ética e de responsabilidade social da Equipa; • Competências de relacionamento interpessoal e de mediação da Equipa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipa recentemente criada aquando da conceção do Programa; • Reduzido número de efetivos nos recursos humanos a tempo integral; • Instabilidade financeira para a manutenção da equipa, com forte dependência da obtenção de financiamentos externos e sempre precários; • Equipa sediada apenas num dos municípios afetados pelo problema.
Análise Externa	<i>Opportunities</i> - Oportunidades	<i>Strengths x Opportunities</i>	<i>Weaknesses x Opportunities</i>
	<ul style="list-style-type: none"> • Convite dirigido pela ECTMA (UAç) para estudar o problema; • Entidades (JF) com grande proximidade e audibilidade junto dos cidadãos; • <i>Stakeholders</i> (CM) com conhecimento prévio e experiência de prestação de serviço na identificação de térmitas; • <i>Stakeholders</i> (CM+JF) com capacidade de diálogo e boa vontade na viabilização da Campanha; • Resultados favoráveis dos testes da nova técnica da Temperatura e possibilidade de erradicação em freguesias onde a infestação se encontra delimitada • Manifestação de interesse por parte da tutela para dar continuidade ao trabalho desenvolvido; • Programa OTL da DRJuventude. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização de recursos (JF) existentes no terreno e inexplorados no combate às térmitas ao envolver as Juntas no processo de gestão, constituindo-os enquanto <i>stakeholders</i>; • Desenvolvimento de sinergias entre implicados na gestão do problema; progressiva inclusão de parceiros, entre os quais, o sector empresarial; • Implementação de novas dinâmicas na gestão da praga, facilitada pela rede de contactos entretanto criada com interlocutores diretos que asseguram uma comunicação ágil e profícua com a Equipa; resultando em efeitos concretos e mensuráveis, • Implementação de estratégias de intervenção social diferenciada de acordo com a comunidade e o grau de infestação, para promover a prática concertada entre vizinhos em medidas de prevenção, controlo e dizimação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação e financiamento de Projeto de investigação DRCT (2006-2009); • Aprovação e financiamento de um Projeto de investigação FCT (2009-2010); • Negociação e viabilização da Campanha através de modelo de cofinanciamento entre municípios e Governo Regional (2010-2011); • Apresentação de proposta de projeto a ser negociado com a tutela e cofinanciado pelo sector empresarial ao abrigo do programa PICTI e PRICE (2012); • Integração de jovens na equipa através de candidatura ao Programa OTL
	<i>Threats</i> – Ameaças	<i>Strengths x Threats</i>	<i>Weaknesses x Threats</i>
	<ul style="list-style-type: none"> • Desresponsabilização dos cidadãos por deficit de confiança na gestão pública da infestação; • <i>Stakeholders</i> (CM) com pesada máquina burocrática; • Região insular fortemente dependente da encomenda de material ao exterior; • <i>Stakeholders</i> (JF) com algumas dificuldades na utilização das TIC; • Alteração do quadro legal que regulamenta a gestão do problema em plena fase de implementação da Campanha; • Ausência de representantes dos moradores na Região • <i>Stakeholders</i> (SRTSS & DRA) que tendo-se inicialmente comprometido (Cimeiras dos T8) com a viabilização financeira de suportes (Spots de TV e Rádio & BD), abandonam o processo sem justificação; <i>Stakeholder</i> CMCSJ abandona a Campanha sem se comprometer financeiramente • Deteção de necessidades sociais que obstaculizam a adoção de comportamentos de prevenção e controlo; • Crise económica a nível europeu e com particular incidência no contexto nacional; • Eleições Regionais a curto prazo (Out., 2012); • Precaridade do estatuto do bolsheiro de investigação; • Insularidade e ultraperiferia 	<ul style="list-style-type: none"> • Implicação de 8,5% dos cidadãos em práticas concretas de prevenção e controlo; detecção de 5 novos focos de térmitas com a sua colaboração; • Novo dispositivo comunicacional a acionar de modo a suprir necessidade informativa de alertar os cidadãos para possíveis situações de incumprimento, sem que para isso tenham sido alertados face ao novo enquadramento legal, • Consultoria ao sistema de gestão em curso, para diagnosticar discrepâncias entre o regulamentado e o implementado; • Conceção de um novo projeto de investigação-ação para facilitação da mobilização e ação coletiva dos cidadãos por forma a lhes “dar voz”; • Recomendação da replicação da ação de proximidade à população dos Esquadrões-T tendo em conta o ao elevado impacto alcançado na entrega de armadilhas nas Juntas e o grande potencial na prestação de auxílio à população. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo consumido na criação de raiz de uma rede de contactos para viabilização e operacionalização dos processos; • Tempo consumido na formalização contratual e na viabilização financeira da encomenda de material (adiamento da campanha para 2011 e suspensão em 2012 na JF Fajã de Baixo e São Roque); • Prestação irregular na recolha de dados dos cidadãos participantes com algumas Juntas a revelar uma certa dificuldade na receção e utilização dos ficheiros digitais; • Desinvestimento dos Municípios na gestão do problema face ao novo enquadramento legal; • Dificuldade de acompanhamento físico e “no terreno” da implementação de dispositivos (<i>direct mail</i>) nas ilhas onde a equipa não está sediada; • Incapacidade de representação dos cidadãos nas reuniões de negociação (Cimeiras dos T8); • Cancelamento da produção e realização dos Spots de TV e Rádio & suspensão da publicação da BD na imprensa escrita regional; • Cancelamento da implementação (<i>direct mail</i>) na CMCSJ; • Dificuldade de afetação de bolsheiros.

6.4. Rumos futuros

Perante o recente reconhecimento do Estado, em decreto de lei, de que as térmitas constituem atualmente a praga mais preocupante para a Região (Dec. Leg. 22/2010/A, de 30 de Junho) e ao delimitar 17 freguesias de 6 ilhas do Arquipélago como “áreas de risco de infestação por térmitas” (Res. Conselho Governo, nº2/2011 de 3 de Janeiro), oficializou-se pela primeira vez o carácter urgente de um problema que já desde 2002 tem motivado grande preocupação e desassossego na esfera pública açoriana. Os dados de monitorização, que serviram de base à publicação deste normativo – e que demonstram o agravamento dos níveis de infestação bem como a deteção de novos focos - constituem uma clara prova que em dez anos não temos sido capazes de fazer face a este flagelo.

Exigindo-se assim a continuidade de um esforço acrescido de comunicação de risco que possibilite a mediação das diferentes perspetivas em presença (decisores políticos, avaliadores de risco e população) para que seja possível reconhecer-se mutuamente que sem cooperação e esforço conjunto jamais se conseguirá enfrentar este problema. Necessita-se pois da construção de uma cultura de *preparedness* e de confiança no sistema de gestão do risco acionado pelo Estado, que este não tem conseguido promover por si só, dando visibilidade às responsabilidades assumidas pelos Governantes através da disponibilização de informação e de instrumentos que permitam e motivem a participação pública no combate à infestação.

É, portanto, absolutamente prioritário para a Região assegurar a continuidade deste Programa de Comunicação de Risco que na sua segunda edição contará como eixos de atuação: 1) a informação pública, 2) a intervenção social e 3) a regulação do sistema de resposta social em curso para que se possa caminhar no sentido da promoção de uma gestão integrada. Caso contrário, a Região continuará vulnerável às enormes perdas patrimoniais que esta espécie tem provocado no edificado açoriano e que, dada a característica sísmica da Região, coloca em risco a segurança pública.

6.4.1. Objetivos estratégicos

Objetivos operacionais

Contribuir para a construção de uma cultura de *preparedness*

- informando a população não só sobre a evolução do problema quanto os direitos e deveres que lhe assistem;

- continuando a desenvolver competências no âmbito da deteção, controlo e extermínio da praga;
- fomentando o exercício de cidadanias participativas na adoção de medidas de prevenção e controlo.

Regular o sistema de gestão em curso:

- Identificando disfuncionalidades e discrepâncias entre o recentemente regulamentado e o implementado através do acompanhamento “processos” estudos de caso.

Intervir socialmente em freguesias “áreas de risco”:

- coresponsabilizando os atores implicados, facilitando e mediando a participação concertada dos cidadãos de forma articulada com as instâncias públicas e privadas, tendo em vista à desinfestação de imóveis da mesma freguesia;
- fortalecendo os laços da comunidade em práticas colaborativas de inter-ajuda no controlo da infestação.

Explorar os estímulos e constrangimentos que se confronta a participação pública em comunidades insulares no controlo desta infestação, estudando simultaneamente o impacto das estratégias acionadas:

- caracterizar o perfil sociográfico dos cidadãos-participantes, compreender as dificuldades e fatores que (des)incentivam uma postura ativa no enfrentamento do problema.

6.4.2. Eixos de intervenção

6.4.2.1. Regulação do Sistema de Gestão em curso

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei Regional (Dec.Leg. 22/2010/A, de 30 de Junho), introduziu-se uma profunda alteração na gestão pública deste problema, estando pouco clarificados muitos dos papéis e atribuições das diferentes entidades implicadas. Ao ignorar-se na prática o que compete a quem, assiste-se a uma desarticulação entre instituições que reclama a ação de uma instância de regulação e arbitragem crítica do sistema em curso sob pena de se ver comprometida a eficácia potencial dos normativos em vigor e de serem traídos os seus princípios. Analisando e auditando no terreno o sistema de gestão, competir-nos-ia:

- auscultar as perspectivas dos diferentes atores implicados (cidadãos, técnicos, empresas, decisores políticos) identificando divergências entre o regulamentado e o implementado (consultar);

- informar as entidades (técnicos e decisores políticos) das (des)funcionalidades diagnosticadas;(informar);
- mobilizar as entidades (técnicos e decisores políticos) para a resolução das (des)funcionalidades diagnosticadas e para a articulação entre instâncias).

6.4.2.2. Informação Pública

Esta profunda alteração legislativa introduzida no sistema público de gestão da infestação tem repercussões sérias no quotidiano dos açorianos ao definir, pela primeira vez, contra-ordenações ambientais (leves, graves e muito graves) que importa tornar públicos sob pena dos cidadãos se verem em situações de incumprimento sem que para tal tenham sido alertados. O destino final a dar aos resíduos infestados, a obrigatoriedade da desinfestação, a necessidade de certificação de imóveis aquando da venda, as novas modalidades de apoio financeiros, são apenas alguns dos direitos e deveres estipulados. Torna-se por isso mesmo necessário a criação e disponibilização de dispositivos que facilitem a sua compreensão e que ajudem os cidadãos a se reenquadrarem num sistema visto como confuso e burocrático, vítima de uma implementação débil, onde os próprios técnicos envolvidos na sua implementação se perdem. Para além desta nova complexidade introduzida no sistema importa ainda assegurar continuidade ao esforço de sensibilização ao risco e de promoção de literacia acerca do problema, sem a qual jamais se conseguirá uma verdadeira alteração de comportamento em termos de prevenção e de controlo da infestação.

6.4.2.3. Intervenção Social

A distribuição das armadilhas feita no contexto desta campanha constituiu o primeiro *estudo comparativo de participação pública no combate às térmitas* e permitirá, desde que seja assegurada a sua continuidade, caracterizar o perfil sociográfico dos cidadãos-participantes, compreender as dificuldades encontradas e os fatores que (des)incentivam uma postura ativa no enfrentamento do problema. Este tipo de estudos é essencial para informar e orientar criticamente o desenvolvimento de programas de intervenção social. Dado que a *mudança comportamental* exigida e o *exercício de cidadanias participativas*, representam desideratos que reclamam uma *intervenção continuada e temporalmente dilatada* junto das populações e entidades implicadas, afigura-se-nos absolutamente fundamental assegurar continuidade a este trabalho, sob pena do esforço investido, do capital de conhecimento produzido e das verbas dispendidas terem sido em vão.

AGRUPAI-T: Freguesias onde a infestação se encontra circunscrita

Recentemente e de acordo com o Professor Paulo A. V. Borges, com os resultados obtidos nos testes da técnica da temperatura, acredita-se que a infestação pode ser erradicada em locais onde esta se encontre circunscrita – tal como acontece na Freguesia da Matriz (Faial), Freguesia da Calheta (São Jorge), Freguesia de Vila do Porto, Santo Espírito (Santa Maria) e São Bento (Terceira) – desde que a aplicação desta técnica seja feita de forma concertada entre os proprietários de habitações vizinhas. Caso contrário, se aplicada de forma individualista, o problema nunca será controlado apesar do inegável poder de dizimação da técnica. Para isso torna-se absolutamente necessário conceber e implementar um projecto de intervenção social que facilite a participação concertada dos cidadãos de forma articulada com as instâncias públicas e privadas, tendo em vista à desinfestação de imóveis da mesma freguesia. Recorrendo-se a métodos, técnicas e dinâmicas de facilitação da participação pública e com técnicos implantados no terreno será possível sensibilizar e mobilizar a população de modo a produzir resultados concretos no controlo da *C. brevis*. A produção destes resultados numa freguesia estudo de caso com repercussão mediática permitirá promover a ideia e fomentar a crença na possibilidade do enfrentamento de um problema sentido até ao momento como incontrolável. Podendo o modelo criado neste estudo de caso ser posteriormente replicado às freguesias acima mencionadas.

ESQUADRÕES-T: Freguesias onde a infestação não se encontra circunscrita

Nas freguesias onde a infestação não se encontra espacialmente circunscrita torna-se necessário acionar outro tipo de estratégias que permitam travar o agravamento dos níveis de infestação ainda que sem possibilidade de erradicação. Pelo que, importa aumentar a capacidade de enfrentamento dos cidadãos, trabalhando no sentido da construção de uma cultura de *preparedness* que permita a conquista de uma autonomia progressiva na gestão do problema. Para isso perspectiva-se o alargamento da ação dos Esquadrões-T - implementados a título experimental nesta primeira edição da campanha apenas nas freguesias de Angra do Heroísmo - a outras freguesias também delimitadas “áreas de risco de infestação”. Uma vez que, a sua ação revelou um elevado índice de satisfação ao nível dos participantes voluntários e do ponto de vista dos cidadãos destinatários. Embora estes últimos a tenham considerado, na sua maioria, uma *excelente iniciativa* ainda que não lhe tenha sido reconhecida grande utilidade. No entanto, o rigoroso processo de regulação e avaliação a que esta ação foi sujeita, permitiu identificar as fragilidades que concorreram para esta apreciação menos favorável. Nesse sentido, incorporar-se-ão as sugestões e propostas de melhoria apresentadas, nomeadamente aperfeiçoando a capacidade de resposta dos voluntários às dúvidas expostas pela população, uma vez que a sua pertinência e adequabilidade nunca foi posta em causa, mas sim e apenas a sua eficiência e eficácia.

Colmatando-se esta lacuna através do aumento do tempo de formação, reforçar-se-á a qualidade na prestação do serviço de apoio à comunidade para que as expectativas da população se vejam satisfeitas quer em termos de disponibilização de informação quer ao nível do esclarecimento de dúvidas.

6.4.3. Viabilização dos rumos futuros

Atualmente já se encontra em curso o processo de constituição de um Projecto de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (ID&I) para a viabilização dos “rumos futuros” aqui descritos. Prevendo-se para isso a sua incorporação no Programa PICTI (Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia & Inovação) que possibilita a sua realização em diferentes variantes e modalidades de enquadramento. No entanto é da nossa intenção envolver um *stakeholder* não abrangido nesta primeira edição do Programa de Comunicação de Risco – o sector empresarial. Por isso mesmo, optar-se-á pela integração do projeto na medida 5.2.2 –“PRICE”- Projeto de ID&I em contexto empresarial do PICTI e que estipula uma percentagem obrigatória de financiamento privado nunca inferior a 15% do total do projeto. Nesse sentido têm tido lugar várias reuniões de apresentação e auscultação da receptividade dos empresários ao estabelecimento de uma parceria, através da discussão das vantagens e benefícios para os parceiros bem como a modalidade e condições para a realização do projeto. Podemos desde já adiantar que o balanço até ao momento é bastante positivo, quer do ponto de vista do apoio manifestado pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar e do Sr. Secretário para a Ciência Tecnologia e Equipamentos, quer do ponto de vista do interesse demonstrado pelas empresas contactadas. Contudo, gostaríamos ainda, neste novo projeto, de continuar a ver reflectido o modelo de cofinanciamento acionado na viabilização da 1ª edição do programa, que foi aqui alvo de relatório, por forma a assegurar a continuidade das ações de informação pública, apesar das alterações introduzidas no sistema público de gestão da infestação ter imposto uma modificação considerável na geografia das responsabilidades atribuídas aos poderes local e regional na matéria.

Podemos adiantar uma das modalidades previstas para que tal aconteça, dando como exemplo a nossa intenção de mobilizar excedentes da campanha que teve lugar no verão passado, no entanto gostaríamos de as discutir oportunamente com cada um dos municípios.

7.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DE SUPORTE

- Açores. Portaria n.º 32/2006 de 20 de Abril Secretaria Regional do Ambiente e do Mar I SÉRIE - N.º 16 - 20-4-2006.
- Açores. Resolução do Conselho do Governo n.º 2/2011 de 3 de Janeiro de 2011. Presidência do Governo Regional.
- Arroz, A. M., Palos, A. C., Rego, I. E., Borges, P. A. V. & Bettencourt (2007, June). Science, society, politics, and the media – Joining efforts to manage the risk of termite infestation in the Azores. Proceedings of the Conference Sustainability into practice: From local to global making a difference. Kingston University, London, UK.
- Arroz, A. M., Bettencourt, A. & Borges, P.A.V. (2007). Sumário executivo. In P.A.V. Borges & T.G. Myles (Eds.), *Térmitas dos Açores* (pp.5 -10). Lisboa: Príncipeia.
- Arroz, A.M., Palos, A.C., Elias, A., Borges, P.V.& Rego, I.E. (em prep. a). Incontrolabilidade ecológica e vulnerabilidade social como factores de desresponsabilização pessoal: perspectivas dos cidadãos acerca do risco inerente a uma infestação por térmitas de madeira seca nos Açores.
- Arroz, A.M., Palos, A.C., Elias, A., Borges, P.V.& Rego, I.E. (em prep. b). Como *teias de seda*: lógicas e racionalidades sociais e políticas na gestão de uma praga urbana.
- Borges, P.A.V. & Myles, T.G. (Eds.). (2007). *Térmitas dos Açores*. Lisboa: Príncipeia.
- Cass, N. (2006). *Participatory-deliberative engagement: A literature review*. Working paper nº 1.2 of the research project “Beyond Nimbyism: a multidisciplinary investigation of public engagement with renewable energy technologies”. Manchester, UK: School of Environment and Development. Extraído a 20.01.2008 de http://www.manchester.ac.uk/sed/research/beyond_nimbyism.
- Cvetkovich, G. & Löfstedt, R. E. (Eds.). (1999). *Social trust and the management of risk*. London: Earthscan.
- Fischhoff, B. (1995). Risk perception and communication unplugged: Twenty years of process. *Risk Analysis* 15 (2), 137-145.
- Galdo, J. H. (2007, Maio). *Pandemic communication: Can social marketing and risk communication both play a role?* Dissertação de mestrado apresentada à School of Communication, Washington, D.C.
- Guerra, I. C.(2006). *Participação e Acção Colectiva – Interesses, Conflitos e Consensos*. Edição Príncipeia. Estoril.
- Guerra, I. C.(2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Edição Príncipeia. Estoril.
- Guerreiro, O., Borges, A., Ferreira, F., Couto, C. & Borges, P.A.V. (2010a). *A térmita de madeira seca Cryptotermes brevis (Walker) no Arquipélago dos Açores: Monitorização e controle dos voos de dispersão e prevenção da colonização nas principais localidades afectadas*. Departamento de Ciências Agrárias, Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo. 49 pp.
- Guerreiro, O., Borges, A., Ferreira, F., Couto, C. & Borges, P.A.V. (2010b). *Relatório de acompanhamento do Projecto TERMODISP: A térmita de madeira seca Cryptotermes brevis (Walker) no Arquipélago dos Açores: Monitorização e controle dos voos de dispersão e prevenção da colonização nas principais localidades afectadas*. Departamento de Ciências Agrárias, Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo. 49 pp

- Guerreiro, O., 2009. Contribution to the management of the drywood termite *Cryptotermes brevis* (Walker, 1953) in the Azorean Archipelago. Master Thesis, University of the Azores. 115 pp.
- Hatton-Yeo, A. and Ohsako, T. (eds.) (2001): *Intergenerational programmes: public policy and research implications. An international perspective*. Stoke-on-Trent: The Beth Johnson Foundation.
- Innes, J.E. and Booher, D.E. (2004) Reframing public participation: Strategies for the 21st century, *Planning Theory and Practice*, 5 (4), 419-436.
- IRGC (2008). *An introduction to the IRGC Risk Governance Framework*. Geneva: International Risk Governance Council.
- Israel, G. D. (2007). Using logic models for program development., Publication #AEC360. Florida, An agricultural education and communication department, U.S. Department of Agriculture, Cooperative Extension Service, University of Florida, IFAS. Extraído de <http://edis.ifas.ufl.edu/wc041>.
- Klinke, A. & Renn, O. (2001). Precautionary principle and discursive strategies: classifying and managing risks. *Journal of Risk Research*. 4 (2), 159-173.
- Levi, M. & Stoker, L. (2000). Political trust and trustworthiness. *Annual Review of Political Science*, 3, 475-507.
- Masschelein, J., Quaghebeur, K. (2006). Participation: Making a difference? Critical analysis of the participatory claims of change, reversal and empowerment. *Interchange*, 73, 309-331.
- Máximo-Esteves, L. (2008). *Visão panorâmica da Investigação-Ação*. Porto: Porto Editora.
- McComas, K. A. (2006). Defining moments in risk communication research: 1996-2005. *Journal of Health Communication*, 11(1), 75-91.
- Nunes, L; Gaju, M; Krecek, J, Molero, R; Ferreira, MT; Bach de Roca, C. (2010) First records of urban invasive *Cryptotermes brevis* (Isoptera: Kalotermitidae) in continental Spain and Portugal. *Journal of Applied Entomology* 134 (8), 637-640.
- Portugal. *Decreto Legislativo Regional n.º 5/2008/A*. Diário da República, 1.ª série — N.º 42 — 28 de Fevereiro de 2008.
- Portugal. *Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/A*. Aprova o Regime Jurídico do Combate à Infestação por Térmitas. Diário da República, 1.ª série — N.º 125 — 30 de Junho de 2010.
- Redd, M. S. (2008). Stakeholder participation for environmental management: a literature review. *Biological Conservation*, 141, 2417-2431.
- Renn, O. (2005). *Risk governance. Towards an integrative approach*, White Paper, nº 1. Geneva: International Risk Governance Council.
- Renn, O. (2008). *Risk governance. Coping with uncertainty in a complex world*. London: Earthscan.
- Renn, O. & Walker, K. D. (Eds.). (2008). *Global risk governance. Concept and practice using the IRGC framework* (IRGC Book series, vol. 1). Dordrecht: Springer.
- Renn, O. & Walker, K. D. (Eds.). (2008). *Global risk governance. Concept and practice using the IRGC framework* (IRGC Book series, vol. 1). Dordrecht: Springer.
- Rowe, G. and Frewer, L.J. (2005) A typology of public engagement mechanisms. *Science, Technology, & Human Values*, 30 (2), 251-290.

- Scheffrahn, R.; Křeček; J. Ripa, R.; Luppichini, P. (2009) Endemic origin and vast anthropogenic dispersal of the West Indian drywood termite. *Biological Invasions*, vol.11 nº 4,787-799.
- Scheffrahn R.H. & Nan-Yao S. (2011). *West Indian Drywood Termite, Cryptotermes brevis (Walker) (Insecta: Isoptera: Kalotermitidae)*, 3rd ed. atualizada. Consultado em 22, Maio, 2011, de <http://edis.ifas.ufl.edu/in236>.
- Siegrist, M.; Earle, T. C. & Gutscher, H. (Eds.). (2010). *Trust in risk management. Uncertainty and scepticism in the public mind* (2nd ed.). London: Earthscan.

AGRADECIMENTOS

Os membros da equipa de comunicação de risco gostariam de agradecer a todas as instâncias do Poder Local e do Governo Regional, mais concretamente às Câmaras Municipais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta, Vila do Porto e à Direcção Regional do Ambiente que aceitaram o nosso convite para estarem presentes a 12 de Março de 2010 na Cimeira dos T8. Este encontro entre investigadores, municípios e governo viria a constituir um momento marcante para o enfrentamento desta infestação ao catalisar novas dinâmicas de negociação e de definição de estratégias. Sem a assunção partilhada de responsabilidades entre instâncias, que se assumiram parceiras nesta reunião, não teria sido possível viabilizar o “SOS Térmitas: Unidos na Prevenção”, nem, no Verão de 2011, se teria implementado a aquela que viria a ser a primeira campanha pública de comunicação de risco para o combate às térmitas na Região. A todos os funcionários das 16 Juntas de Freguesia “áreas de risco” alvo deste projecto a equipa de comunicação de risco gostaria de endereçar uma especial palavra de reconhecimento pelo papel decisivo que desempenharam na operacionalização da recepção, registo e devolução das armadilhas que possibilitou a recolha de dados que, para além de concorrer para a avaliação de impactos desta campanha, contribuiu para a realização do primeiro estudo comparativo de participação pública no combate à infestação.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) agradecemos a crença depositada neste projecto de investigação, bem como todo o apoio prestado durante a execução do mesmo. O nosso obrigado à Fundação Gaspar Frutuoso, pela gestão financeira que em muito concorreu para a sua escrupulosa administração orçamental.

Estamos profundamente gratos à Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, com uma especial referência à Doutora Manuela Sousa, Coordenadora do Serviço de Voluntariado, e à Dr.ª Ana Cristina Pereira, Directora da Academia da Terceira Idade, ao Dr. Rui Drummond e aos seus alunos da Unidade de Formação da Cáritas, à Laia Carbonell e ao Orlando Guerreiro da Gê-Questa, pelo entusiasmo empreendido na cativação e mobilização de participantes para as jornadas de trabalho dos Esquadrões-T. Um forte e especial agradecimento à Maria do Mar e seus amigos, aos “3 Zézinhos” e a todos os jovens e “menos jovens” voluntários pelo forte companheirismo e exemplar espírito de camaradagem que marcaram as saídas à rua dos Esquadrões-T.

Estamos ainda vivamente agradecidos às Doutoras Isabel Carvalho Guerra (Universidade Católica, Lisboa), Manuela Calheiros e Maria Luísa Lima (ISCTE, Lisboa), Lia Vasconcelos e Sofia Guedes Vaz (FCT-UNL, Lisboa) e ao Doutor José Manuel

Mendes (CES, Coimbra) pelo espírito crítico que animou inúmeras discussões aquando da realização do workshop “*Do envolvimento à participação: o papel da comunicação na gestão de riscos*” e que em muito contribuíram para a maturação deste projecto enquanto instâncias de consultadoria e de legitimação científica.

À Vanessa Soraia Furtado Teixeira pela contabilização de *C. brevis* capturadas, ao João Fonseca (OTL), Joana Moules (OTL) e Diogo Araújo (OTL) pela georreferenciação dos fogos participantes e pelo levantamento sistemático das notícias relacionadas com esta infestação na imprensa escrita regional, o nosso muito obrigado pelo apoio prestado.

Finalmente gostaríamos de expressar o nosso mais profundo reconhecimento a todos os cidadãos anónimos que, aceitando o desafio, *protegeram a sua casa quando a térmita ganhou asa*.

APÊNDICES

APÊNDICE I

Ficha de Registo de entrega de armadilhas

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO DE RISCO PARA O COMBATE ÀS TÉRMITAS NOS MUNICÍPIOS AÇORIANOS
CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO: JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO BENTO

REGISTO DE ENTREGA DE ARMADILHAS

DADOS GERAIS DA ARMADILHA				DADOS SOCIOGRÁFICOS					
Código de proveniência	nº processo	Data em que recebeu armadilha do utente (DD.MM.AA)	Quanto tempo a armadilha esteve montada até a entrega?	Nº de entrega de nova armadilha ao utente	Morada	Contacto (telefone, telemóvel ou e-mail)	Sexo: F-Feminino M-Masculino	Idade (anos)	Relação com o imóvel:
			1. menos de 1 semana 2. entre 1 a 2 semanas 3. até 1 mês 4. mais de 1 mês	1ª entrega 2ª entrega 3ª entrega ...					1. Proprietário 2. Inquilino 3. Usufrutuário 4. Parente (indicar grau de parentesco) 5. Vizinho 6. Outra. Qual?
AH_SB	EXEMPLO	01-06-11	2	1	Rua de baixo nº10	96 123 12 34	F	28	1

VULNERABILIDADE AO RISCO	PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO	FACILIDADE DE MONTAGEM DA ARMADILHA QUE RECEBEU NA SUA CASA:	Seguiu as instruções de montagem?	Caso não tenha seguido as instruções, explique o porquê de não o ter feito.	AVALIÇÃO DA INICIATIVA
Que estruturas da sua casa são em madeira? (selecione todas as opções que se verificarem) 1. Barrote do telhado 2. Cobertura do sótão, 3. tectos, 4. paredes-tábique, 5. sobrados em madeira	Experiência prévia com armadilhas de térmitas: (selecione todas as opções que se verificarem) 1. Nunca tinha visto, nem ouvido falar 2. Já tinha ouvido falar 3. Já tinha visto armadilhas montadas na rua 4. A universidade já montou armadilhas na sua casa 5. Já comprei armadilhas a uma empresa 6. Costuma montar armadilhas feitas por si	Facilidade de montagem da armadilha que RECEBEU na sua casa: 1. montou a armadilha sozinho 2. necessitou de ajuda na montagem 3. montou a armadilha sozinho mas necessitou de ajuda para entregar a armadilha na Junta de Freguesia	Seguiu as instruções de montagem? 1. Sim 2. Em parte 3. Não	Caso não tenha seguido as instruções, explique o porquê de não o ter feito. 1. Não compreendeu. 2. Não se adaptavam à sua situação 3. Não achou que fizesse diferença.	Para controlar o problema das térmitas, acha que a montagem das armadilhas nas casas: 1. de pouco serve. 2. sempre faz alguma diferença 3. é essencial.
1;5	3;4	2	2	1	3

	Na sua opinião, a distribuição destas armadilhas pela Câmara Municipal:	Lembra-se de ter ouvido falar das térmitas nos últimos 6 meses? (selecione todas as opções que se verificarem)	OUTRAS OBSERVAÇÕES (Comentários e sugestões dos munícipes)	ESTIMATIVA DE TÉRMITAS CAPTURADAS
	1. É uma excelente iniciativa; 2. É louvável, mas apenas um pequeno passo; 3. Pode fazer diferença, se os cidadãos também fizerem a sua parte; 4. Não é mais do que a sua obrigação;	1. Não, nunca tinha ouvido falar no problema das térmitas até receber as armadilhas. 2. Não, já não ouvia falar há muito tempo. 3. Sim, vi uns outdoors/placares sobre o assunto. 4. Sim, ouvi falar na rádio. 5. Sim, ouvi falar na televisão. 6. Sim, li notícias num jornal. 7. Sim, vi na internet no SOS Térmitas. 8. Sim, li uma Banda Desenhada sobre o assunto. 9. Sim, ouvir familiares ou conhecidos a falar no assunto.		
2		6;9		

ESTIMATIVA DE TÉRMITAS CAPTURADAS

a prescriber pela universidade dos açores

idade dos açores

APÊNDICE III

Lista de acrónimos e abreviaturas

BD – Banda Desenhada
CM – Câmara Municipal
CMAH – Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
CMCSJ – Câmara Municipal da Calheta de São Jorge
CMHOR – Câmara Municipal da Horta
CMPDL – Câmara Municipal de Ponta Delgada
CMVP – Câmara Municipal de Vila do Porto
CR – Comunicação de Risco
DRA – Direção Regional do Ambiente
DRCTE – Direção Regional da Ciência Tecnologia e Equipamentos
DRJ – Direção Regional da Juventude
ECTMA – Equipa de Combate às Térmitas nos Municípios Açorianos
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia
IRGC – International Risk Governance Council
JF – Junta de Freguesia
OTL – Ocupação dos Tempos Livres
PCR – Programa de Comunicação de Risco
PCTI – Plano Integrado da Ciência Tecnologia e Inovação
SRAM – Secretaria Regional do Ambiente e do Mar
SRTSS – Secretaria Regional do Trabalho e da Solidariedade Social
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UAç – Universidade dos Açores